



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

ELIANE VIGNATTI AVANCINI

**TRABALHO EM REDE: CONDIÇÃO PARA A
CONSOLIDAÇÃO DO PROGRAMA SENTINELA NO
MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR**

Londrina
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ELIANE VIGNATTI AVANCINI

**TRABALHO EM REDE: CONDIÇÃO PARA A
CONSOLIDAÇÃO DO PROGRAMA SENTINELA NO
MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social e
Política Social da Universidade
Estadual de Londrina – UEL, como
requisito parcial ao título de Mestre
em Serviço Social e Política Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Vera Lúcia
Tieko Suguihiro

Londrina

2006
ELIANE VIGNATTI AVANCINI

**TRABALHO EM REDE: CONDIÇÃO PARA A
CONSOLIDAÇÃO DO PROGRAMA SENTINELA NO
MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial ao título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Vera Lúcia Tieko Suguihiro

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr^a Vera Lúcia Tieko Suguihiro

Prof. Dr^a Zelimar Soares Bidarra

Prof. Dr^a Maria Ângela Silveira Paulilo

Londrina, 27 de junho, de 2006.

AGRADECIMENTOS

Apesar de se materializar apenas através da tarefa solitária da escrita, essa dissertação só se tornou possível em virtude de um trabalho coletivo de orientação e pesquisa e do apoio da família e amigos. Portanto, neste trabalho se encerram não só o esforço intelectual das pessoas que participaram do processo, mas também das relações de amizade e companheirismo que foram criadas e consolidadas ao longo do caminho.

Agradeço a Deus por ter me dado saúde, força e coragem nos momentos em que os obstáculos pareciam intransponíveis.

A professora Vera, orientadora deste trabalho, que me acompanhou desde a definição do tema e nos debates que se seguiram no período do mestrado.

A professora Maria Ângela e a professora Zelimar que muito contribuíram para enriquecer este trabalho, no exame de qualificação.

Aos professores e colegas do mestrado, pelos debates que permitiram nosso crescimento pessoal e profissional.

As entrevistadas que sempre se mostraram receptivas e dispostas a colaborar na pesquisa.

A meu esposo, Waldecir, que me apoiou incondicionalmente em todos os momentos (inclusive na TPM, que no período do mestrado duraram 30 dias por mês) e as minhas filhas Milena e Nicole, pelos momentos que não pudemos estar juntas nos últimos 28 meses. Sem o amor de vocês nenhum esforço faria sentido. Esse trabalho dedico a vocês.

Há aqueles que lutam um dia;
e por isso são bons;
Há aqueles que lutam muitos
dias;
e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos;
e são melhores ainda;
Porém, há aqueles que lutam
toda a vida; esses são os
imprescindíveis.

Bertold Brecht

AVANCINI, Eliane Vignatti. **Trabalho em rede: condição para a consolidação do Programa Sentinela no município de Cascavel**. 2006. 151 páginas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Universidade Estadual de Londrina - UEL, Londrina, 2006.

RESUMO

A pesquisa ora apresentada é fruto de inúmeros questionamentos acerca do trabalho com crianças e adolescentes que sofrem algum tipo de violência. Esse assunto ganhou visibilidade após a Constituição Federal de 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, no entanto, não é algo resolvido visto que, cotidianamente, a realidade evidencia histórias de violência contra a população infanto-juvenil. Esta temática é muito complexa e exige a ação de inúmeros profissionais nos diversos espaços institucionais de atendimento e proteção à criança e ao adolescente. Porém, o trabalho desses profissionais há que se dar de forma articulada, percebendo-se como elos de ligação numa teia de relacionamentos. Essa teia deve ter um sentido de complementariedade e articulação para se sustentar e construir o trabalho em rede. Essa é a condição essencial para a consolidação do Programa Sentinela que necessita estabelecer um fluxo de relacionamentos junto às instituições sócio-comunitárias municipais e assim buscar a atenção integral preconizada no ECA. Diante disso, desenvolvi esta pesquisa, de cunho qualitativo, realizada no Programa Sentinela do município de Cascavel, no período de outubro de 2004 a junho de 2005 e teve como sujeitos as profissionais executoras do Programa. A pesquisa teve por objetivo evidenciar os limites e as possibilidades do trabalho em rede. Para chegar ao objetivo proposto procurei entender o fluxo de atendimento a crianças e adolescentes violentados a partir da percepção das profissionais do Programa Sentinela, exposto neste trabalho. Os limites evidenciados na pesquisa servem de reflexão para aqueles que desejam enfrentar os desafios e com eles buscar as possibilidades de melhorar a qualidade de atendimento a crianças e adolescentes violentados.

Palavras-chave: Programa Sentinela, trabalho em rede, criança e adolescente, violência.

AVANCINI, Eliane Vignatti. **Working Chain: condition for a consolidation in the Sentinela Program in the city of Cascavel – PR.** 2006. 159 pages. Essay (Master in Social Service and Social Politics) - State University of Londrina - UEL, Londrina, 2006

ABSTRACT

The presenting research is a result of several inquiries about children and adolescents that suffer from any type of violence. This subject has gained visibility after the Federal Constitution of 1988 and the creation of the Children and Adolescent Statute – (CAS), however, it did not solve the problem for good, once it is still seen in every day life the reality shows us stories of violence against the youth. This thematic is very complex and it demands the action of a lot of professionals in the various areas of institucional attendance and protection for children and adolescents. However, these professional's jobs must be carried in an articulated manner so that it will be noticed links of connection on a chain of relationships. This chain must have a sense of completion and articulation to support and to build the working chain. This is the essential condition to consolidate the Sentinela Program which needs to establish a flux of relationships along with the socio-community and city institutions and thus search for complete action proposed by the CAS. According to this, I have done this research on a qualitative extent which has been conducted in the Sentinela Program in the city of Cascavel from October, 2004 to June, 2005 and had as it's main researchers the professionals who had made up the Program. The research had as main objective to evidence the limits and possibilities of working chain. To achieve the proposed goal. I have tried to understad the flux of attendance on children and adolescents who have been raped since the perception of the Sentinela Program professionals for those who intend to face the challenges of improving the quality of attendance on children and adolescents who once have been raped.

Key-words: Sentinela Program, working chain, children and adolescent, violence.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABRAPIA Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e
à
Adolescência

Art.	Artigo
BA	Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CEDCA	Conselhos Estaduais de Direitos da Criança e do Adolescente
CECRIA	Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMDCA	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CONANDA	Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRAMI	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância
DCI	Defesa Internacional da Criança
DF	Distrito Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECPAT	End Child Prostitution in Asian Tourism
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FMAISC	Fórum Municipal de Articulação das Instituições Sócio-Comunitárias
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
Fórum DCA	Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente
GO	Goiás
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDSCF	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MJ	Ministério da Justiça

MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
NGO	Grupo para a Convenção sobre os Direitos da Criança
n.p	não paginado
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGS	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PPA	Plano Plurianual
RN	Rio Grande do Norte
SEAS	Secretaria de Estado da Assistência Social
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SETP	Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SIPIA	Sistema de Informação para a Infância e Adolescência
SNDH	Sistema Nacional de Direitos Humanos
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
TCU	Tribunal de Contas da União
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	010
1 ASPECTOS SOCIAIS, CULTURAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E O ADOLESCENTE	018
1.1 Violência: um fenômeno presente na história da humanidade	018
1.2 Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: aspecto constitutivo da tradição cultural da sociedade brasileira	025
1.3 Família: reflexo das condições sociais, culturais, econômicas e políticas da sociedade	042

2 PROGRAMA SENTINELA: UMA RESPOSTA DO GOVERNO BRASILEIRO À PRESSÃO DA SOCIEDADE FRENTE A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	061
2.1 Movimentos em prol dos direitos da criança e do adolescente	061
2.2 Proposta oficial do Programa Sentinela	081
3 TRABALHO EM REDE: CONDIÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E POLÍTICAS SOCIAIS.....	095
3.1 Rede: algumas referências conceituais.....	095
3.2 Redes Sociais: além das práticas tradicionais	103
4 PROGRAMA SENTINELA: LIMITES E POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO COM ÀS INSTITUIÇÕES SÓCIO-COMUNITÁRIAS DE CASCAVEL- PR	109

CONSIDERAÇÕES FINAIS 137

REFERÊNCIAS 143

APÊNDICES 150

INTRODUÇÃO

Na última década, dentre as diferentes formas de violência a que estão expostas as crianças e adolescentes, a violência sexual passou a ser questão pública e atualmente, encontra-se em evidência na sociedade brasileira como fato ultrajante e merecedor de providências por parte da sociedade e do Estado.

A violência é um produto histórico em constante transformação. As próprias definições de violência mudam, dependendo da época, dos instrumentais intelectuais de percepção da realidade e do consenso que a sociedade tem sobre o que é certo ou errado, do que é bom ou mau. O fenômeno possui várias faces e se insere num contexto histórico-social no qual prevalece uma cultura de dominação e discriminação social, econômica, de gênero e de raça.

As diferenças sociais existentes entre os brasileiros, bem como as sucessivas políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal, em especial as políticas recessivas dos anos 80, fizeram a sociedade mobilizar-se pela redemocratização do país, conquistando a nova Constituição em 1988. Desta forma, a sociedade, apoiada nos novos paradigmas jurídicos da Constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, instrumentalizou-se estrategicamente para, de um lado, formar uma opinião pública favorável à defesa dos direitos de crianças e adolescentes e, de outro, criar mecanismos concretos de acesso às políticas sociais e ações especializadas no combate à violência, especialmente a sexual.

A intensa mobilização da sociedade, em prol dos direitos da criança e do adolescente, mostrou a importância da articulação, da união de esforços e, com isso, a possibilidade de potencializar recursos e ações na luta pela redemocratização do país e pela ampliação dos direitos de cidadania. Essa luta fez com que o governo federal criasse o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, no ano de 2000 e, a partir desse Plano, foi criado o Programa Sentinela, em 2001, em âmbito federal, o

qual requer um trabalho de articulação entre as instituições sociais do município onde ele esteja sendo implantado/implementado.

Diante disso, este estudo, partiu do princípio da imprescindibilidade de um trabalho integrado, articulado, entre as diversas instituições sócio-comunitárias¹ existentes no município de Cascavel, como uma das formas de acessar e garantir direitos sociais e, com isso, buscar o atendimento integral para as crianças e para os adolescentes que sofrem algum tipo de violência.

Para pensar no princípio de uma política integral, e não mais de políticas setoriais e fragmentadas, é preciso introduzir a noção de rede.

A REDE não é um simples ajuste técnico, metodológico e administrativo mas implica uma mudança cultural e comportamental. É uma oportunidade estratégica de construção de ambientes para novas posturas e de instrumentos de apoio que fazem parte de um processo de mudança em curso. (BNDES, 2002 *apud* GUIA ESCOLAR, 2004, p. 84)

Trabalhar em rede requer que se mudem atitudes e formas de pensar, dos diversos profissionais que atuam na área social. Ao mesmo tempo em que as redes estão sendo vistas por diversas áreas do conhecimento como uma forma moderna e dinâmica de organização da gestão social, elas também estão assentadas em bases tradicionais, fruto da história da administração pública brasileira, e fazem parte da sociedade capitalista no seu projeto de corte neoliberal.

¹ Neste trabalho, instituições sócio-comunitárias referem-se a todas as instituições sociais, públicas, privadas, Organizações Não Governamentais (Ongs) do município de Cascavel que atendem crianças e adolescentes em situação de violência.

Portanto, existe um desafio a ser enfrentado: como assentar um novo conceito de gestão social, em forma de rede, numa base tradicional de políticas sociais? Como pensar em uma rede articulada, numa sociedade capitalista neoliberal, que cada vez mais tem estimulado a segregação, ações individualistas e particularizadas?

A premissa, aqui sustentada, é a de que o trabalho em rede é uma estratégia de enfrentamento das expressões da questão social que, diante de sua complexidade, exige relações horizontais, de interdependência e complementariedade. Por isso, não basta a existência de instituições sócio-comunitárias consolidadas no município trabalhando de forma isolada, individualizada, mas é preciso o desenvolvimento de um “processo contínuo de busca de legitimação através de fluxos ativos de informação e interação.” (CARVALHO, 1995, p.11).

O interesse pelo fluxo de relacionamento do Programa Sentinela de Cascavel Junto às instituições sócio-comunitárias deste município, é por entender que o pilar central que o sustenta, é o trabalho em rede, uma vez que o Programa Sentinela não se esgota em si mesmo; necessita operacionalizar suas ações junto a uma gama de serviços sociais, de instituições, projetos e programas da comunidade. Desse modo, afirmo que o trabalho em rede é condição essencial de consolidação do Programa Sentinela.

Pelos motivos descritos, o processo de investigação teve por objeto o estudo sobre os limites e as possibilidades do Programa Sentinela de Cascavel em estabelecer, com as instituições sócio-comunitárias existentes no município, um trabalho em rede.

Como objetivo geral busquei:

- Identificar e analisar os limites e as possibilidades da articulação do Programa Sentinela com as instituições sócio-comunitárias existentes no município de Cascavel.

Como objetivos específicos:

- Resgatar e compreender o processo de implantação e implementação do Programa Sentinela de Cascavel, com enfoque no estabelecimento de uma articulação junto às instituições sócio-comunitárias deste município.

- Evidenciar a percepção que a equipe executora do Programa Sentinela possui sobre o fluxo de atendimento às crianças e aos adolescentes violentados.

- Desenhar o fluxo de atendimento existente entre o Programa Sentinela e as instituições sócio-comunitárias no município de Cascavel.

A pesquisa de campo ocorreu no Programa Sentinela do município de Cascavel², cuja população é de 272.243 habitantes (IBGE, 2004). Os sujeitos da pesquisa foram as profissionais do referido município: a gerente da área da criança e do adolescente, a assessora técnica dos conselhos municipais e da Secretaria de Ação Social (ambas participaram da implantação e implementação do Programa Sentinela em Cascavel no ano de 2001) e membros da equipe executora do Programa Sentinela: as assistentes sociais, psicólogas e coordenadoras, que integram ou integraram a equipe (APÊNDICE A), em um total de oito profissionais. As entrevistadas foram identificadas pelas letras do alfabeto A, B, C, D, E, F, G, H, com o objetivo de preservar sua identidade.

² O município de Cascavel localiza-se a oeste do estado do Paraná.

Para resgatar e compreender o processo de implantação e implementação do Programa (2001/2002), optei por realizar entrevistas com as primeiras profissionais que participaram do Programa: a assistente social e a psicóloga. Não foi possível localizar a primeira coordenadora do Programa, apesar da tentativa realizada. A psicóloga ainda permanecia no Programa. Para localização da assistente social foi necessário estabelecer diversos contatos, inclusive com o auxílio das profissionais. Todas as entrevistadas sempre se mostraram receptivas e dispostas a colaborar nesta pesquisa.

A pesquisa aconteceu no período de outubro de 2004 a junho de 2005. O local das entrevistas foi na sede do Programa Sentinela e na Prefeitura Municipal de Cascavel. Além das entrevistas foram analisados alguns documentos, quais sejam: as Diretrizes Gerais do Programa Sentinela, elaborado em 2001 pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e a Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS); o relatório da auditoria realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com a avaliação³ do Programa, em 2003/2004; o Relatório⁴ do Colóquio Nacional, o qual aconteceu em 2003 na cidade de Brasília. Devido à dificuldade de encontrar material impresso sobre a história do Programa Sentinela, em nível nacional, precisei realizar também uma pesquisa na *internet*, no sentido de desenhar o cenário

³ Para fazer a avaliação o TCU fez uma pesquisa postal com todas as coordenações estaduais e municipais do Programa e com todos os centros e serviços de referência. Além disso, foram visitados dez estados: Goiás, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Rio de Janeiro, Ceará, Pará, Alagoas, Bahia e Pernambuco. (2004)

⁴ O relatório “é fruto do processo de avaliação iniciado em centenas de municípios que contam com o Programa Sentinela e em praticamente todos os estados, através dos seminários, encontros e ciclos de debates que antecederam a realização do Colóquio. A publicação é também subsidiada pela resposta ao Questionário de Avaliação do Programa Sentinela, respondido pela maioria dos municípios.” (RELATORIO Colóquio Nacional sobre redes de Atenção às Crianças, Adolescentes e às Famílias em situação de violência sexual. MDSCF, OIT, e CECRIA. 2003).

Este relatório nos foi enviado via e-mail pelo primeiro coordenador nacional do Programa Sentinela – Motti, o qual colocou-se a disposição para auxiliar nesta pesquisa.

existente para a sua criação. A minha experiência vivenciada durante o período de 2003 em que trabalhei no Programa Sentinela, como assistente social, no município de Medianeira-PR, em muito me auxiliou para a compreensão do Programa. Nessa ocasião foi possível acompanhar cotidianamente situações de violência infanto-juvenil, o que trouxe uma infinidade de questionamentos, dúvidas, angústias, dada à complexidade da problemática. Estas situações fizeram-me buscar novos conhecimentos, tentar encontrar respostas as minhas dúvidas e angústias e formas de enfrentamento da questão.

A pesquisa fundamentou-se em métodos da pesquisa qualitativa e utilizei a entrevista semi-estruturada como técnica fundamental de coleta de dados, com base em três roteiros de perguntas semi-abertas. Um dos roteiros destinou-se às primeiras profissionais do Programa, (APÊNDICE B), com o objetivo de relatar o processo de implantação e a implementação do Programa. O outro roteiro (APÊNDICE C) foi dirigido aos profissionais que atuavam no Programa Sentinela de Cascavel no momento da entrevista e outro roteiro (APÊNDICE D) foi utilizado com as profissionais que trabalhavam no órgão gestor da assistência social com a função de gerenciar o Programa Sentinela do município e que também participaram de seu lançamento em nível estadual e sua implantação em Cascavel.

As entrevistas foram gravadas com a devida permissão dos sujeitos, com o objetivo de manter a maior fidedignidade às respostas dadas, não perdendo nenhuma informação importante. Após a coleta de dados, estes foram meticulosamente analisados visando apreender os limites e as possibilidades da articulação entre as instituições sócio-comunitárias e o Programa Sentinela.

Desse modo, para apresentar o estudo realizado organizei o trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo, discuto os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da violência contra crianças e adolescentes. Nele busquei compreender o significado da violência, algumas definições relativas ao tema e como o fenômeno se faz presente na história da humanidade, inclusive como um recurso pedagógico para “educar” crianças. Também discuto a violência cometida pela própria família contra seus filhos e como nesta família se reflete a violência estrutural. Para isso, foi necessário resgatar alguns momentos da década de noventa, em que o Estado foi reformado, destacando algumas características das políticas sociais neoliberais e suas implicações na área social.

No segundo capítulo, realizo um resgate do movimento da sociedade em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes nas décadas de 1980 e 1990, com o intuito de situar historicamente o Programa Sentinela na agenda das políticas públicas. Esse resgate teve como objetivo mostrar como se desenharam as condições e as ações da sociedade brasileira para a criação do referido Programa. Apresento organizações, momentos e movimentos significativos no enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil e como estes resultaram em inúmeras ações de proteção e colocando em evidência, na sociedade, a problemática da violência. Em seguida, apresento o projeto federal do Programa Sentinela, explicitando seus objetivos, diretrizes e a forma de operacionalização de suas ações.

No terceiro capítulo, abordo a categoria teórica do trabalho em rede, trazendo algumas referências conceituais presentes na sociedade, nas diversas áreas do conhecimento, ressaltando as redes sociais. Destaco

também algumas características do trabalho em rede, como complementariedade, troca de informações e comunicação entre as diversas instituições sócio-comunitárias.

No quarto capítulo apresento os resultados e a análise da pesquisa de campo. Para isso, inicio apresentando algumas dificuldades que os primeiros profissionais enfrentaram na implementação e implantação do Programa Sentinela no município de Cascavel. Para melhor visualização da relação existente entre o atendimento do Programa Sentinela e as instituições sócio-comunitárias, desenhei o fluxo das instituições que trabalham com crianças e adolescentes e suas famílias na cidade de Cascavel e que poderiam relacionar-se com o Programa Sentinela. O fluxograma foi desenhado a partir da descrição das entrevistadas, as quais relataram de que forma visualizam o fluxo de atendimento. Neste capítulo, exponho os fatores apreendidos nos resultados da pesquisa sobre o trabalho em rede e algumas reflexões acerca de seus limites e possibilidades.

Para finalizar trago algumas considerações, iluminada pelo referencial teórico e pelos resultados da pesquisa, com o objetivo de pontuar algumas sugestões e reflexões em torno do tema: trabalho em rede.

1 ASPECTOS SOCIAIS, CULTURAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

1.1 Violência: um fenômeno presente na história da humanidade

Vivemos uma contemporaneidade caracterizada pela violência, talvez um dos maiores males que assolam a humanidade. Os meios de comunicação estão, freqüentemente, veiculando notícias nas quais o foco central é a violência. São diversas formas de violência: urbana, na escola, no trânsito, contra a mulher, contra o idoso, contra a criança e o adolescente. Cotidianamente a sociedade defronta-se com novos fatos e dados de uma realidade violenta, que causa, no mínimo, indignação e desconforto. Parece que a violência multiplica-se diante de nossos olhos. São notícias que recebem enorme destaque na mídia e suas imagens são divulgadas e transmitidas até a exaustão, cultivando em nós muito mais um sentimento de insegurança do que de reflexão.

É preciso reconhecer que o tema violência faz parte da história dos homens e atinge a todos, independentemente da classe social, cultura, raça e religião a que o sujeito pertence. Apesar disso, não é um assunto resolvido, muito pelo contrário, carece ainda de muito estudo, devido à sua complexidade e amplitude. Arendt (1994, p. 31), diz que, em relação a essa problemática, não há consenso entre os pesquisadores quanto às causas que produzem a

violência, nem mesmo quanto ao fenômeno em si. É ainda um fenômeno obscuro.

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. (Na última edição da Enciclopédia de Ciências Sociais, a 'violência' nem sequer merece menção). Isto indica o quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos. Aqueles que viram apenas violência nos assuntos humanos, convencidos de que eles eram 'sempre fortuitos, nem sérios, nem precisos' (Renan), ou de que Deus sempre esteve com os maiores batalhões, nada mais tinham a dizer a respeito da violência ou da história. Quem quer que tenha procurado alguma forma de sentido nos registros do passado viu-se quase que obrigado a enxergar a violência como um fenômeno marginal. (ARENDR, 1994, p. 16)

Embora, muitas vezes, não aprofundada e sujeita à influência da mídia, a violência assumiu a proporção de um debate popular, expresso tanto na conversa cotidiana dos cidadãos e cidadãs, dos seus comportamentos e sentimentos, como na pauta das instituições que compõem a sociedade.

As respostas a esse fenômeno são múltiplas, abrangendo uma gama de medidas nos mais diversos âmbitos: individual, comunitário, governamental, não-governamental. As pessoas se armam e cercam as casas. As comunidades fazem passeatas pedindo paz e o governo procura implementar medidas como a restrição à venda de armas, ou o desarmamento da população, construir presídios, incrementar o aparato repressivo do Estado. O tema da segurança é incluído na agenda do dia de muitos organismos e grupos. A Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou o ano 2000 como Ano Internacional de uma Cultura de Paz. A Igreja Católica pediu "paz e solidariedade" na campanha da fraternidade do ano de 2005.

Esse cenário convida a um aprofundamento na análise desse fenômeno multifacetado e que aparece como o “mal da humanidade”. Este tem afligido tanto o Estado como a sociedade civil.

Encontrei diversas definições de violência e algumas áreas do saber (medicina, psiquiatria, neurologia, filosofia, antropologia, sociologia, direito etc), buscam interpretá-la, entendê-la e defini-la.

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 2001, p. 10-11).

Esse autor conclui que não são possíveis definições objetivas sobre a violência, pois quaisquer das definições não apreendem o conjunto dos fenômenos, porque ela implica em divergências de pontos de vista radicais.

Na verdade é um erro pensar que a violência pode ser concebida e apreendida independentemente de critérios e de pontos de vista. Estes podem ser institucionais, jurídicos, sociais, às vezes pessoais – segundo a vulnerabilidade física ou a fragilidade psicológica dos indivíduos. (MICHAUD, 2001, p. 10-11 12)

Apesar da dificuldade de definições Michaud, faz algumas observações, as quais apresento a seguir.

Há na apreensão da violência um componente subjetivo, que depende dos critérios utilizados: jurídicos, institucionais, valores do grupo e até mesmo disposições pessoais. Outra observação do autor é que não se pode comparar a violência de um século para o outro e de uma sociedade para outra porque a

cultura e as normas são diferentes. Além disso, é preciso admitir que não há discurso nem saber universal sobre a violência: cada sociedade está às voltas com a sua própria violência, segundo seus próprios critérios e trata seus próprios problemas com maior ou menor êxito.

A palavra violência faz pensar em caos, insegurança, transgressão de regras, ou seja, é uma ameaça à ordem estabelecida, às normas sociais, trazendo um sentimento de medo. Talvez por isso exista uma carência de definição, de uma explicação satisfatória para o fenômeno, que fere e põe em risco os bens mais preciosos do ser humano: a vida e a liberdade.

Por mais que se tente, é difícil definir a violência, pois não existe uma regra. Porém, como diz Michaud (2001), não significa que ela seja “indefinível”. Na literatura estudada, encontrei diversas formas de definição que consideram a violência uma negação de direitos à cidadania.

A violência é simultaneamente a negação de valores considerados universais: a liberdade, a igualdade, a vida. Se entendermos como o fez a filosofia clássica que a liberdade é fundamentalmente capacidade, vontade, determinação e direito ‘natural’ do homem, a violência enquanto manifestação de sujeição e de coisificação só pode atentar contra a possibilidade de construção de uma sociedade de homens livres (...) a violência não é necessariamente condenação à morte, ou, ao menos, esta não preenche seu exclusivo significado. Ela tem por referência a vida, porém a vida reduzida, esquadrihada, alienada: não a vida em toda a sua plenitude, em sua manifestação preta de liberdade. A violência é uma permanente ameaça à vida pela constante alusão à morte, ao fim, à supressão, à anulação. (ADORNO, *apud* GUERRA, 2001, p. 31)

É comum observar, na literatura, que a violência é tratada como uma demonstração de dominação, de coerção, de punição, de poder, dos mais

“fortes” sobre os mais “fracos”. É usual ver poder, força, vigor, autoridade e violência como palavras indissociáveis e muitas vezes, sinônimas.

Michaud (2001, p. 8) ao tratar do tema violência afirma que “A idéia de força constitui seu núcleo central e contribui para fazê-la designar prioritariamente uma gama de comportamento e de ações físicas. A violência é antes de tudo uma questão de agressões e de maus-tratos.”

A partir dessa lógica, é possível concluir que aquele que maltrata está de alguma forma, numa posição hierarquicamente superior, quer pela força física, quer pela posição social, ou seja, possui um “poder” para tal. Portanto, poder e violência são fenômenos que caminham juntos. Ainda assim, cabe questionar. Seria a violência uma manifestação de poder? Ou, então, aquele que possui determinado tipo de poder pode se utilizar da violência para garantir esse poder?

Arendt (1994), em sua obra “Sobre a Violência”, mostra uma perspectiva diferente e alerta para a falta de grandes estudos sobre o fenômeno da violência e a conseqüente banalização do conceito.

Penso ser um triste reflexo do atual estado da ciência política que nossa terminologia sobre violência não distinga entre palavras-chave tais como ‘poder’ (*power*), ‘vigor’ (*strenght*), ‘força’ (*force*), ‘autoridade’ e, por fim, ‘violência’ – as quais se referem a fenômenos distintos e diferentes. (ARENDR, 1994, p. 36).

A reflexão da autora sobre violência fornece um referencial teórico, a partir da filosofia política, para entender o fenômeno na sua complexidade e amplitude. Segundo ela, a violência caracteriza-se por sua instrumentalidade, distinguindo-se do poder, do vigor, da força e, mesmo, da autoridade. Para

isso, salienta que “utilizá-las como sinônimos indica não apenas um certo desprezo pelos significados lingüísticos, o que já seria grave em demasia, mas também tem resultado em uma certa cegueira quanto às realidades às quais eles correspondem.” (ARENDDT, 1994, p. 36).

A autora defende que a violência contrapõe-se ao poder de forma, que onde domina um absolutamente, o outro está ausente. Diz ainda que “o poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo [...]” e que “a forma extrema de poder é o Todos contra Um, a forma extrema da violência é o Um contra Todos.” (ARENDDT, 1994, p. 35).

O vigor “designa algo no singular, uma entidade individual; é propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas.” (ARENDDT, 1994, p. 37).

Quanto à palavra força, Arendt, diz que esta “deveria ser reservada, na linguagem terminológica, às ‘forças da natureza’ ou à ‘força das circunstâncias’ (*la force des choses*), isto é, deveria indicar a energia liberada por movimento físicos ou sociais”. (p. 37), não podendo, assim, ser confundida com vigor.

Em relação aos usos e abusos conceituais, a autora menciona que o mais freqüente ocorre com o termo “autoridade”, o qual é comumente confundido como alguma forma de poder ou violência. A essência da autoridade, no seu entender, é o reconhecimento inquestionável, constituindo-se o “desprezo” seu maior inimigo e a “risada” o meio eficiente para destruí-la.

Arendt (1994), diz que poder e violência não caminham juntos. No entanto, vejo que o poder que o Estado desfruta o faz cometer formas extremas de violência. Isso ocorre porque o “Estado é a forma

institucionalizada do poder e substitui o arbítrio pela regra. Ele dispõe do monopólio da violência legítima, portanto deve garantir a segurança dos indivíduos. Sua violência é exercida segundo as leis". (MICAHUD, 2001, p.56). Ao possuir tal poder, o Estado utiliza-o da forma que o entende.

A história da humanidade mostra o quanto os governantes utilizaram a violência contra o povo. Basta lembrar da ideologia nazista de Adolf Hitler que, ao abusar do seu poder de comandante de uma nação, eliminando pessoas pelo simples fato de serem judeus, suprimiu liberdades e [direitos individuais](#), perseguiu ideologias ([socialistas](#), [comunistas](#)) e criou uma ideologia, que culminou no [Holocausto](#).

Outro exemplo foi a Revolução Francesa, evento no qual revolucionários, denominados representantes do povo, tomaram o poder da monarquia, e Robespierre, um desses revolucionários, assumiu a chefia do Comitê de Salvação Pública e a presidência da Convenção Nacional, o órgão máximo da nação, ou seja, tornou-se, de fato, o chefe de governo. O poder que desfrutava fê-lo criar, por exemplo, a Lei dos Suspeitos, permitindo que as autoridades prendessem e julgassem todos os "suspeitos" de conspiração contra a Revolução Francesa. Os acusados por ela podiam ser presos, processados e sumariamente guilhotinados.

O poder e a violência podem caminhar juntos, basta pensar na ditadura militar que o Brasil viveu, nas barbaridades que os militares cometeram contra a população civil, e uma infinidade de formas de violência, como a tortura que o Estado aplicou, por possuir o poder ou a legitimidade para usar a violência.

Os governantes apoderam-se de uma instituição social e com isso podem cometer inúmeras formas de violência contra uma nação. Podem

violentar uma nação por meio de leis que geram desemprego, desigualdades sociais, corrupção, que é um grande mal do nosso país, e assim roubam possibilidades e expectativas da maioria da população. É o que a história tem mostrado: detentores do poder de governo cometeram e cometem toda forma de violência contra o povo, seja esta física ou não. A partir dessas considerações, acredito que poder, autoridade e violência caminham junto ou se auto-referem.

Entretanto, não só o governo utiliza-se de seu poder para cometer violência contra o povo; a família também o faz. Em nome do poder familiar, ou seja, o poder que têm os pais sobre a pessoa e os bens dos filhos, muitos podem cometer toda forma de violência contra seus filhos e só o fazem porque possuem esse poder legitimado pela sociedade civil e jurídica. Este preceito, poder familiar, outorga aos pais o poder de exigir dos filhos obediência às suas ordens.

Quando essa obediência não é alcançada por meio da fala, muitos pais querem consegui-la pela força física, constituindo-se assim a violência intrafamiliar.

1.2 Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: aspecto constitutivo da tradição cultural da sociedade brasileira

Ao considerar as discussões levantadas anteriormente, percebo que a violência é um fenômeno presente na história da humanidade, principalmente

contra crianças e adolescentes, que permaneceram por vários séculos sem serem reconhecidos e compreendidos na suas especificidades e necessidades.

Sem pretender fazer uma retrospectiva histórica sobre a violência contra crianças e adolescentes, mesmo porque é uma tarefa difícil recuperá-la historicamente, é possível saber que, na esfera institucional, “os castigos e as ameaças foram introduzidos no Brasil colonial pelos primeiros padres da Companhia de Jesus, em 1549.” (GUERRA, 2001, p. 77).

O hábito de bater nas crianças para “educá-las” também faz parte da tradição familiar brasileira. É herança dos colonizadores portugueses e espanhóis, introduzida, no Brasil, pela mão pesada dos jesuítas.

A cultura da punição física como método disciplinar foi introduzida no Brasil pelos portugueses, no período da colonização, e passou a ser prática freqüente nas famílias brasileiras. Quanto mais rigorosos fossem os pais, mais valorizados pela sociedade patriarcal. As crianças eram vistas não como indivíduos que necessitam de respeito, diálogo e atenção, e sim como meros projetos de adultos. Assim deveriam se comportar como adultos mirins, sendo dóceis e bem comportadas. Ao sair do padrão desejado, a criança era severamente punida com surras que provocavam ferimentos, e com castigos humilhantes. (MALTA, 2002, p. 22).

Historicamente, a violência tem sido denunciada no ambiente doméstico/familiar contra o segmento considerado, pela sociedade, o mais vulnerável: as mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No entanto, pesquisas⁵ têm confirmado, que a incidência é maior entre meninas e mulheres.

Uma das piores formas de violência que meninas e mulheres sofrem é a violência sexual. Esta se manifesta, concretamente, numa relação de poder que o homem exerce

⁵ Vide Pesquisa sobre Vítimas de Homicídios (1996) In Banco de Dados do Movimento de Direitos Humanos – Brasil (1998) e "Uma Vida Sem Violência é um Direito Nosso" – Nações Unidas/SNDH/1998.

sobre a mulher, como proprietário do seu corpo. “No patriarcado moderno, a masculinidade é o paradigma da sexualidade e masculinidade significa domínio sexual. O ‘indivíduo’ é um homem que faz uso do corpo de uma mulher (propriedade sexual).” (PATEMAN, 1993, p. 272).

A partir dessa visão androcêntrica, de ver a mulher como ser inferior, como objeto de satisfação sexual, a mulher sofre inúmeros atos de violência contra seu corpo.

Os valores e prerrogativas culturais que definem o papel sexual masculino tradicional são o poder, a dominação, a força, a virilidade e a superioridade. Os valores e prerrogativas culturais que definem o papel sexual feminino, são as submissões, as passividades, a fraqueza e a inferioridade [...] Com o estereótipo da supremacia masculina os homens aprendem a ter expectativas sobre o seu nível de necessidades sexuais e sobre a acessibilidade feminina. A dominação e a subordinação são sexualizadas, o que leva à idéia de que os homens têm o direito aos serviços sexuais da mulher. Implicitamente o abusador assume que é sua prerrogativa fazer sexo com qualquer mulher que ele escolhe. Ele tem o direito de usar as mulheres como objeto para seu prazer. Uma vez que o uso das mulheres como objeto pelos homens esteja legitimado e enraizado na cultura, o terreno está preparado para todas as formas de tráfico, prostituição, sexo turismo e abuso sexual de crianças e adolescentes do sexo feminino e de mulheres. (CECRIA, 1997, n.p.).

Diante dessa realidade cruel, surge a seguinte questão: É correto crianças e adolescentes relacionarem-se sexualmente com adultos? A resposta para muitos vem rápida: não. Porém, ao estudar a cultura de outros países ou de outras épocas, percebo, que essa prática pode ser considerada normal, ou seja, “sabe-se que a atitude da sociedade quanto à participação de crianças em práticas sexuais com adultos tem variado no tempo e no espaço, oscilando entre a aceitação e a condenação.” (AZEVEDO; GUERRA, 1988, p. 17).

As autoras citam três tradições, nas quais existe a idéia de normalidade de relações sexuais adulto-criança: tradição grega, judaica e sumeriana.

Na Grécia Antiga, garotas eram exploradas desde muito novas; aos cinco anos meninas escravas eram comercializadas para a prostituição. Seus “donos” exploravam seus serviços sexuais desde pequenas para compensar os gastos com seu sustento. (ANDRADE, 2005). Além disso, exaltava-se a relação mestre-discípulo:

Era comum o coito anal entre professores e aluno [...] Tanto na Grécia como em Roma, havia prostituição infantil com bordéis de meninos em quase todas as cidades [...] As crianças livres recebiam uma certa proteção legal, mas as crianças escravas, especialmente meninos, eram empregados para a satisfação sexual de adultos com aprovação da comunidade. (MRASEK, P. B & KEMPE apud AZEVEDO; GUERRA, 1988, p. 19).

As autoras citam Florence Rush, o qual diz que se deve à bíblia e ao Talmud o início de uma tradição que encorajava o sexo entre homens e meninas, ao possuir provérbios e leis de uma antiga civilização da Suméria, ancestral de nossa moderna civilização. Na “tradição Judaica registra-se uma certa ambigüidade em relação às práticas sexuais adulto-criança. Enquanto aceita o casamento, concubinato de homens adultos com meninas pequenas, silencia sobre o incesto pai-filha.” (AZEVEDO; GUERRA, 1988, p. 20). Nessas tradições, as crianças eram concebidas como propriedade sexual, objeto de prazer sexual dos adultos.

Com o advento do cristianismo, por volta do século XVII, iniciou-se um novo ciclo no qual a igreja passou a condenar a relação adulto-criança,

[...] baseada de um lado na concepção repressiva da sexualidade como prática impura, só tolerável para fins procriativos e, de outro, na idealização da infância como idade da pureza e da inocência livre de

pensamentos e sentimentos sexuais, assexuada. (AZEVEDO; GUERRA, 1988).

Com a redução do poder temporal da igreja, conseqüentemente, a condenação moral das práticas sexuais adulto-criança reduziu-se, tendo então que ser assumida pelo Estado, por meio de seu sistema jurídico. Este acontecimento, segundo as autoras anteriormente citadas “É o advento da criminalização do fenômeno.”

O final do século XIX assinala grande mudança no cenário político e econômico do país, em processo de urbanização e industrialização. Com a emergência de novos saberes a família passou a ser alvo dos higienistas através da criança. Médicos e juristas focalizaram sua ação sobre a criança e, a infância passa a ser definida como um magno problema. (SOUZA, 1997, p. 43).

Dessa forma, a criança começa a adquirir importância. Na passagem do regime monárquico para o republicano (1889), período crucial na construção de nossa identidade nacional, a criança passou a constituir peça-chave do projeto político da época, que visava transformar o Brasil numa nação culta e civilizada, nos moldes da Europa e atraída, pelo rápido progresso alcançado na América do Norte.

A preocupação para com a infância redundou no desenvolvimento de um complexo aparato jurídico-assistencial sob a liderança do Estado, materializado segundo a concepção de uma "política de assistência e proteção ao menor", criando-se inúmeras leis e instituições, destinadas a controlar a infância pobre.

Salientava-se que a criança deveria ser (re)educada visando-se o futuro da nação; no entanto, tais palavras, transformadas em ação, revelavam que, em se tratando da infância pobre, educar tinha por meta moldá-la à submissão. Foi por esta razão que o país optou pelo investimento numa política predominantemente jurídico-assistencial de atenção à infância, em detrimento de uma política nacional de educação de qualidade, ao acesso de todos. Tal opção implicou na dicotomização da infância: de um lado, a criança mantida sob os cuidados da família, para a qual estava reservada a cidadania; e do outro, o menor, mantido sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis repressivas e programas assistenciais. (RIZZINI, 2004, n.p.).

Segundo Frota (2002, p. 60), surge no Brasil, em 1927, a primeira legislação específica destinada à infância e à adolescência, o Código de Menores, de autoria do juiz de menores Mello Mattos, cujo objetivo principal era cuidar das questões de higiene da infância e da delinqüência. O Código de Menores, de 1927, estabelecia a vigilância pública sobre a infância e a vigilância sobre a amamentação, os expostos, os abandonados, os maltratados (podendo, inclusive, retirar o Pátrio Poder). Este Código era destinado aos menores de 18 anos de idade, em situação irregular, o qual tinha a idéia de controle social dos “menores” infratores e daqueles considerados abandonados moral ou materialmente por seus familiares.

Em 1979, continua a autora, é instituído um novo Código de Menores, o qual continuou baseando-se na Doutrina da Situação Irregular. Neste, não há distinção entre crianças e adolescentes, os mesmos não são definidos como sujeitos de direitos e não há nenhuma menção a deveres do Estado e da sociedade ou de penalidades, previstas para pessoas que cometem atos de violência contra crianças e adolescentes.

O exposto, mostra que os dois Códigos de Menores, o de 1927 e o de 1979, foram norteados pela Doutrina da Situação Irregular, que procurava legitimar uma intervenção estatal absoluta sobre crianças e adolescentes

pobres, rotulados menores, sujeitos ao abandono e considerados potencialmente delinqüentes. Entendia-se, nesses Códigos, que se crianças e adolescentes estavam privados de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por falta de condições materiais, era por omissão ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis, ou seja, a responsabilidade era sempre dos indivíduos. Dessa forma, as crianças e adolescentes pobres passavam a ser objeto potencial de intervenção do sistema de administração da Justiça de Menores e, a base do atendimento, que se dava a essa população, era uma prática assistencial-correcional-repressiva.

Os Códigos de Menores citados legalizaram a discriminação social ao tratarem a criança pobre, abandonada ou em conflito com a lei, de forma genérica, utilizando o termo menor, criando o que muitos autores chamam de “visão menorista”.

A história mostra que o modo de tratar crianças e adolescentes, no Brasil, passou por diversos momentos e que estes sempre estiveram marcados por diversas formas de violência, as quais se traduzem na violência interpessoal e também a violência estrutural.

A violência interpessoal é o ato abusivo contra outra pessoa, por exemplo: homicídios, estupros, violência doméstica, maus-tratos, cárcere privado, violência sexual, entre outros. Na perspectiva de Azevedo e Guerra (1989, p. 35), a violência interpessoal “pressupõe necessariamente o abuso, enquanto ação (ou omissão) de um adulto, capaz de criar dano físico ou psicológico à criança.” A criança sofre, então, a violência decorrente das relações interpessoais adulto-criança, baseadas no poder legitimado que o adulto tem sobre a criança e, com isso, ocorre um fenômeno que tem sido um

grande desafio para os profissionais, governo e toda a sociedade: a violência doméstica ou também denominada violência intrafamiliar. Esta se constitui em uma relação, historicamente construída a partir das relações de poder, gênero, etnia e de classe social e, justamente por esta questão cultural, muitos não a vêem como violência, mas como algo “normal”.

Esta pesquisa atenta para a gravidade da violência doméstica, que além de ser produzida por determinantes estruturais, é de natureza interpessoal e faz parte de um contexto de relacionamento adulto/criança.

Concordo com Leal (1998), quando esta diz que “A violência intrafamiliar e a exploração sexual de crianças e adolescentes não são apenas uma questão policial, mas, fundamentalmente, uma questão social, política, econômica, cultural, ideológica [...]” Por isso torna-se necessário entender os diversos aspectos deste fenômeno, os quais têm sido estudado por vários profissionais, entre eles Azevedo e Guerra, que assim conceituam violência doméstica.

[...] violência doméstica representa todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO; GUERRA, 2001, p. 32-33)

O fato de acreditar ser seu poder ilimitado e, muitas vezes, por não ter capacidade de argumentar, o adulto utiliza-se de sua força física para impor suas ordens. Mesmo com as mais modernas leis de proteção à infância, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, eles continuam sendo expostos a

inúmeras formas de violência. A negligência, o abandono, os maus-tratos e os abusos de toda espécie no ambiente familiar parecem ser devidos, principalmente, à representação da criança como um ser menor e inferior e à idéia da supremacia e superioridade do adulto.

Muitos adultos de hoje foram educados com surras e tapas e, com facilidade, repetem o mesmo tipo de comportamento com seus filhos porque acreditam que punir fisicamente a criança é um direito dos pais, enquanto responsáveis primários pela socialização de crianças. Assim utilizam sua força física e o seu poder “adultocêntrico” para “educar”.

Guerra (2001), afirma que a autoridade do adulto sobre a criança não deve ser pensada como algo natural, mas como social. Os pais ao darem a vida aos filhos, tomam para si o direito prioritário sobre a criança, que deve obedecer aos pais sem questionar sua autoridade e sua forma de “educar”.

Existem diversas definições do que seja criança e adolescente em situação de violência e muitos profissionais buscam explicações para este fenômeno tão antigo e tão presente na atualidade. Azevedo (1989) e Passeti (1995) são dois autores que desqualificam o termo “vítima” para designar crianças e adolescentes em situação de violência. Azevedo utiliza o termo vitimizados e Passeti utiliza o termo violentados. Ambos argumentam ser o termo vítima inadequado para compreender a violência cometida contra crianças.

Barros e Sugihiro (2004) assim discorrem sobre o que diz o primeiro dos dois autores:

Azevedo faz uma distinção entre o processo de vitimação e o de vitimização, entendendo que o primeiro é resultante de um mal estar causado pelas atrocidades cometidas contra milhares de crianças abandonadas, onde a responsabilidade recai sobre entidades abstratas, como a sociedade ou o governo, não havendo o reconhecimento de um agente preciso. O perigo em empregar esse termo reside no fato de que o significado de vitimação atinge exclusivamente crianças onde as famílias são economicamente desfavorecidas, resultando em uma representação equivocada, pois sugere uma relação contingente entre pobreza e violência, acentuando os processos de estereótipos e preconceitos relacionados a esse segmento. Já no processo de vitimização não há fronteiras entre classes sociais, pois este obedece a um sistema de dominação e exploração. Essa segunda expressão alcança uma dimensão mais concreta, abrangendo as relações proximais da realidade da criança, detectadas principalmente em suas casas e escolas. A semelhança entre esses dois processos está na origem de ordem social onde as relações são permeadas pelo poder. (BARROS; SUGUIHIRO, 2004, n.p.).

O termo adotado por Azevedo - vitimizado - privilegia a passividade do homem em relação aos acontecimentos de sua vida e isso o impede de intervir no seu futuro. Além disso, lhe dá uma imagem de “coitado”, suscitando um sentimento de piedade, que carece de ações assistencialistas.

Será utilizado, neste estudo, o termo “violentados” do autor Passeti, por entender que este é mais apropriado, e segundo Barros e Suguihiro (2004, n.p.), “porque o sentido do termo invoca o dinamismo da violência enquanto processo.”

Azevedo e Guerra trazem outras definições de crianças violentadas, como por exemplo, as “crianças em estado de sítio”, situação em que a liberdade de ação e reação da criança é inteiramente cerceada e ela “passa a viver sob o signo do medo: medo da coação, medo da revelação [...]” (1989, p. 35). Com isso a criança é reduzida à condição de “*objeto de maus-tratos*.”

Nessa condição, a violência torna-se um ato ainda mais difícil de ser descoberto porque conta com uma grande aliada, as “paredes”, as quais têm o poder de tornar “invisível” o que se passa nestes “lares”, verdadeiras prisões

que afligem tantos seres humanos, que, por causa de sua pouca idade, tornam-se seres indefesos e vulneráveis diante daqueles que lhe deram a vida.

Para Passeti (1995), as crianças que sofrem violência serão provavelmente violentadores, afirmando a continuidade da sociabilidade autoritária da família.

A criança não é vítima apenas de um agente soberano na família. Isso é apenas parte do efeito. Na realidade o que acontece é uma seqüência de exercícios de autoridade que transcendem limites legais e socialmente tidos como aceitáveis para revelar, com maior amplitude, o uso e abuso da violência muitas vezes legítima (do Estado e dos próprios pais). Por essa razão torna-se inaceitável a noção de criança vitimizada, posto que na seqüência dos acontecimentos ela se tornará um provável violentador a mais, investido de uma suposta legitimidade, quando se tornar pai ou mãe. (PASSETI, 1995, p.16-17).

Os seres humanos são tão frágeis diante de outros mamíferos. Estes se põem de pé e se tornam capazes de procurar seu alimento nos primeiros minutos de vida, ao contrário dos humanos, que são os seres que mais precisam de proteção e auxílio de um adulto ao nascerem. Precisam aproximadamente, de um ano para ficar de pé, sozinhos, andar e de mais alguns anos para serem capazes de alimentarem-se sem nenhuma ajuda, ou seja, o ser humano possui um extenso grau de dependência na infância.

Essa condição de dependência que a criança tem em relação ao adulto, tanto de alimento, como de afeto, pode ser uma das explicações que faz com que o adulto sinta-se no “direito” de agir segundo seus instintos, e estes nem sempre são de provedores e de protetores, mas sim de algozes, de violentadores.

Cuidar e educar crianças e adolescentes não é tarefa fácil, muito pelo contrário, é um grande desafio para os pais, visto que, não existe uma receita,

uma fórmula, que ensine como dar limites na dose certa, sem excessos de rigor ou de liberdade, porque cada ser é único e exige cuidados que nem sempre o adulto está preparado para oferecer. O que, às vezes, parece ser uma demonstração excessiva de amor pode ser uma forma de violência contra a criança. Diante disso, creio ser importante apresentar algumas formas de violência mais tratadas na literatura, como violência física, violência psicológica, negligência e violência sexual.

Existem formas visíveis e invisíveis de se violentar uma criança, formas que se percebem a um simples olhar e formas que se escondem e não se percebem facilmente. A violência física é perceptível em um simples olhar porque deixa marcas no corpo. A literatura atual entende como violência física doméstica qualquer dano físico provocado pelo familiar adulto contra a criança ou o adolescente, podendo as conseqüências de tais danos variar de lesões leves até a morte. Ao exercerem poderes sobre os filhos, os pais entendiam, e muitos continuam entendendo, que a melhor maneira de educá-los é por meio de castigos físicos, que causem dor e medo.

Além dos pais e responsáveis, também os professores tinham a autorização para castigar fisicamente as crianças como forma de disciplina. Era comum o aluno ajoelhar-se sobre milhos ou então receber varadas nas mãos como forma de castigo por algum tipo de desobediência ou indisciplina que a criança, por ventura, tenha cometido.

Guerra (2001), cita a obra “Casa Grande e Senzala” de Freyre (1987), na qual são descritas histórias dos filhos que muito cedo eram submetidos a castigos físicos extremamente brutais, como espancamentos com palmatórias, varas de marmelo (com alfinetes nas pontas), cipós, galhos de goiabeira, etc.

Estes tinham como objetivo ensinar as crianças que a total obediência aos pais era a única forma de não ser submetido à punição corporal.

Este tipo de disciplinamento tem sido de certa forma 'aceito' do ponto de vista jurídico em nossa sociedade. Como exemplo disso, citamos o Código Penal Brasileiro, de 1830, que não previa sanções para os castigos excessivos, justificando o crime quando 'consistisse em castigos moderados dos pais aos filhos, dos senhores aos escravos, dos mestres aos discípulos'. (FRAGOSO, *apud*, GUERRA, 2001 p. 80)

Enfim, a história mostra que os castigos físicos foram utilizados como forma de controle dos adultos sobre as crianças e adolescentes e, como forma de submeter as crianças às regras sociais e às regras dos adultos, ou seja, impor-lhes disciplina, obediência e respeito. Caso não encontrassem crianças obedientes e submissas, utilizavam-se de castigos corporais.

Ao violentar o corpo de uma criança, violenta-se sua mente e esta é a mais difícil de tratar, pois é invisível ao simples olhar, não deixa marcas físicas. Trato aqui da violência psicológica. Toda forma de violência contra a criança e adolescentes envolve a violência psicológica, a qual Malta (2002, p. 47) define “[...] como atitude do adulto em depreciar e inferiorizar de modo constante a criança ou o adolescente, causando-lhe sofrimento psíquico e interferindo negativamente no processo de construção da sua identidade [...]”. A autora ainda diz que a violência psicológica é um dos mais freqüentes tipos de abuso praticados contra crianças e adolescentes, porém, como foi dito anteriormente, difícil de ser identificado, pois não deixa sinais facilmente visíveis. A própria criança, que sofre a violência, sente dificuldade de identificar o que lhe incomoda, já que não consegue relacionar as humilhações e os xingamentos com a conflituosa relação familiar, pois este é o único modelo de família que

possui, portanto ela poderá considerá-lo normal. Percebe a atitude dos pais, não como um uso abusivo de seu poder, mas como um reflexo de seu mau comportamento. Como sua identidade está em construção, começa a achar-se inferior, má, incompetente e isso pode “levá-la a desenvolver transtornos psíquicos que alterarão de modo negativo e permanente as suas relações com as pessoas e o ambiente.” (MALTA, 2002, p. 47).

Nos estudos realizados para desenvolver esta pesquisa, observei que existem muitas maneiras de violentar psicologicamente uma criança. Malta (2002), apresenta as seguintes formas: a) superproteção – impede seu desenvolvimento por não deixar a criança tomar suas próprias decisões e restringe as suas potencialidades; b) permissividade - o excesso de “liberdade”; c) isolamento - afastar a criança do convívio social; d) corrupção - quando o adulto induz a criança ou o adolescente a desenvolver condutas não aceitas socialmente, como a prostituição, a prática do crime, entre outros; e) humilhação - a atitude autoritária dos pais que rebaixam e desvalorizam a conduta dos filhos; f) tortura psicológica - a atitude de aterrorizar, amedrontar, ameaçar ou abandonar a criança ou adolescente; e) exigências extremadas - o excesso de atividades, recaindo na falta de tempo para o saudável e essencial ato de brincar, tendendo a transformar-se, na vida adulta, num indivíduo excessivamente ansioso; g) rejeição - ato pelo qual os pais não aceitam o filho como realmente ele é, não reconhecem o seu valor nem as suas necessidades.

Com o exposto acima vejo que mesmo a violência psicológica apresenta-se de forma multifacetada, e pode ocasionar sérios problemas no desenvolvimento da criança, os quais caso se reflitam na vida adulta podem se

apresentar de diversas formas: baixa auto-estima, depressão, ansiedade e outras formas de desequilíbrio mental.

Outro fenômeno que traz sérios problemas para a infância e para a juventude é a violência sexual. Questão ainda cercada de tabus, medos, omissões e uma das grandes preocupações, em nível mundial, afetando a sociedade como um todo, grupos ou famílias e ainda, o indivíduo de forma isolada. Ela apresenta-se de duas formas que se inter-relacionam e que precisam ser entendidas em suas especificidades: o abuso sexual e a exploração sexual.

A literatura pesquisada mostra que ao abuso sexual é toda situação, em que uma criança ou adolescente, é usado para gratificação sexual de pessoas mais velhas. Envolve sedução e se dá de diversas maneiras, como “toques, relações sexuais orais, anais, genitais; exibição ou utilização da criança como modelo em imagens pornográficas e fotos eróticas [...]” (MALTA, 2002, p.36) e outras formas que podem levar a conseqüências muito graves, pois ainda segundo a autora “interrompe de modo brusco o desenvolvimento natural de sua sexualidade [...] afetando sua estrutura psíquica por toda a sua vida”. (2002, p.36). O abuso pode ser intrafamiliar ou extrafamiliar, ou seja, pode ser cometido por um adulto, que tenha laços familiares ou pode ocorrer fora do âmbito familiar. Porém, o abusador é, na grande maioria das vezes, alguém conhecido da criança ou em quem ela confia, facilitando assim a violência.

Outra forma de violência sexual é a exploração sexual infanto-juvenil e no Brasil engloba muitas modalidades de crime. As mais comuns são a pedofilia na *internet*, o turismo sexual e a exploração sexual comercial de

crianças e adolescentes. Esta é uma problemática ampliada ainda mais em consequência dos fatores de vulnerabilidade, intrínsecos na história e na cultura dos povos. A *internet* também tem sido utilizada para fomentar a globalização da violência infanto-juvenil, porquanto promove o intercâmbio da hedionda exploração sexual de crianças e adolescentes entre os pedófilos.

Leal (1999), afirma que, atualmente, para se tratar desse tipo de violência a denominação adequada é exploração sexual, pois o termo prostituição infanto-juvenil, “oculta a natureza do comportamento sexualmente abusado, desviando o enfoque e dando uma idéia de consentimento informado. Isto coloca as meninas, meninos e os adolescentes em situação de infratores em lugar de vítimas.” (LEAL, 1999 p. 21-22),

Neste sentido a autora defende que crianças e adolescentes não optam por serem prostituídos, “mas são induzidos pela prática delituosa do adulto”. Além disso, a expressão “prostituição” potencializa a discriminação das crianças e adolescentes vítimas, ocultando a responsabilidade dos adultos nesse tipo de violência, como aliciadores, indutores ou “clientes.”

Qualquer forma de violência causa inúmeras consequências à criança e ao adolescente.

Nas vitimizações sexuais, além das lesões físicas e genitais sofridas, as pessoas tornam-se mais vulneráveis a outros tipos de violência, aos distúrbios sexuais, ao uso de drogas, a prostituição, à depressão e ao suicídio. As vítimas enfrentam ainda, a possibilidade de adquirirem doenças sexualmente transmissíveis, o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e o risco de uma gravidez indesejada decorrente do estupro. (RIBEIRO, et. al, 2004, n.p.)

Diante dessa magnitude de problemas sociais citadas por Ribeiro, é possível perceber a violência sexual converteu-se num complexo problema de saúde pública cujo enfrentamento torna-se um grande desafio para a sociedade brasileira.

No Brasil, a pobreza, ligada aos modelos econômicos de um país em desenvolvimento, mas em processo de empobrecimento provocado por várias crises, criou uma sociedade com péssimos indicadores sócio-econômicos. Os índices de desemprego vêm aumentando, provocando falência da estrutura financeira familiar. Essa desestrutura econômica das famílias e a falta de perspectivas sociais empurra milhares de meninos e meninas, para o mercado do sexo, todos os dias. Nas ruas, são facilmente aliciados por exploradores e, para sobreviver, muitas vezes vendem o corpo.

Uma outra forma de violência, freqüentemente praticada por pais ou responsáveis, contra crianças e adolescentes é a negligência. Malta (2002, p. 65), define-a “como a situação em que os pais ou responsáveis se omitem ou prestam atendimento inadequado às necessidades básicas de seus filhos, gerando nos mesmos sofrimento e prejudicando o desenvolvimento de suas capacidades físicas e emocionais.”

Não se pode deixar de considerar que a negligência pode estar intrinsecamente relacionada às questões estruturais da sociedade, como pelo não acesso aos serviços sociais, pela desigual distribuição de renda, ou seja, a maioria da população encontra-se numa situação de pobreza e para estas famílias é difícil suprir as necessidades básicas dos filhos. Portanto, é preciso saber distinguir a prática da negligência, com a falta de condições financeiras dos pais em proporcionar condições dignas de sobrevivência aos filhos. Por

isso, é no espaço público que devemos tentar compreender o drama da violência contra crianças e adolescentes, ocorridas no âmbito privado.

Assim pelo até aqui exposto, não há como negar que qualquer forma de violência seja ela física, psicológica, moral ou de outras formas, é algo que aflige, maltrata diversas crianças e adolescentes. A violência está enraizada na sociedade e é repassada, inclusive através das famílias. É nessa relação, família/sociedade que abordo o próximo item.

1.3 Família: reflexo das condições sociais, culturais, econômicas e políticas da sociedade brasileira.

As relações familiares têm sofrido inúmeras mudanças porque a família faz parte do mundo (real e/simbólico⁶) de todas as pessoas, e vem carregada de valores morais, religiosos e ideológicos que são modificados através dos tempos.

O modelo de família ganhou novos contornos a partir de acontecimentos, como a emancipação feminina, que redefiniu o papel social da mulher, e o novo modelo de desenvolvimento econômico, o qual teve como consequência o empobrecimento das famílias. Estes fenômenos sociais modificam as relações familiares. Malta sobre este aspecto tem a seguinte posição.

⁶ Enriquez (*apud* FALEIROS, 1998, p. 13) “chama de sistema simbólico os mitos unificadores, os ritos de iniciação, os heróis tutelares, cuja função é sedimentar a ação dos membros da organização. Serve-lhe também para legitimar ações e conferir significados às suas práticas.”

A questão da violência doméstica só pode ser entendida dentro do contexto social mais amplo, pois a estrutura familiar não está isolada da estrutura da sociedade. Uma está contida na outra, influenciando as relações entre as pessoas. A exclusão social, o autoritarismo, o abuso de poder, as imensas desigualdades entre povos, raças, classes, e gêneros, são elementos que desencadeiam estresse, competitividade, sentimento de humilhação e de revolta, falta de diálogo e de respeito ao outro. Estes elementos da estrutura social se inserem na estrutura familiar sem que seus membros se dêem conta, desencadeando relações carregadas de intolerância e violência, atingindo principalmente a criança, por encontrar-se em condições de maior vulnerabilidade. (MALTA, 2002, p.13).

As considerações de Malta, mostra que as relações familiares não são algo imutável, elas são sensíveis ao momento histórico, cultural, social e econômico que a sociedade vive. As transformações societárias provocam uma mudança nos vínculos familiares, muitas vezes, fragilizando estes vínculos no contexto social.

O lar pode ser um espaço para a expressão da afetividade e segurança física e emocional, mas também pode ser o único espaço em que seja possível “externalizar” ou “livrar-se” de todas as formas de violência a que se está submetido no espaço público. Neste sentido, Reis discorre que

Para alguns a família é a base da sociedade e garantia de uma vida social equilibrada, célula sagrada que deve ser mantida intocável a qualquer custo. Para outros a instituição familiar deve ser combatida, pois representa um entrave ao desenvolvimento social; é algo exclusivamente nocivo, é o local onde as neuroses são fabricadas e onde se exerce a mais implacável dominação sobre as crianças e as mulheres. (REIS, 2004, p. 99)

Ainda segundo o autor é “impossível entender o grupo familiar sem considerá-lo dentro da complexa trama social e histórica que o envolve.” (REIS, 2004, p.102)

Diante disso, entendo que, se o sistema social não propicia condições básicas de saúde, habitação, educação, trabalho e higiene, institui a violência estrutural e, dessa forma, proporciona situações de vulnerabilidade, que podem facilitar as suas manifestações na família, subtraindo, assim, dos indivíduos, melhores condições para o seu desenvolvimento saudável.

A violência estrutural, aponta Minayo (1990, p. 290), é "aquela que nasce no próprio sistema social, criando as desigualdades e suas conseqüências, como a fome, o desemprego, e todos os problemas sociais com que convive a classe trabalhadora." É ainda aquela

[...] que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte. (MINAYO, 1994, p. 8)

A sociedade capitalista caracteriza-se pela dominação de classe e por profundas desigualdades sociais decorrentes da má distribuição de riquezas socialmente produzidas e, com isso, inúmeros seres humanos vivem a face perversa da pobreza que se manifesta de múltiplas formas: no desemprego, no trabalho aviltante, na violência, na moradia insalubre, na alimentação precária e insuficiente, na saúde debilitada e tantas outras formas de sofrimento que fazem parte do cotidiano de inúmeras famílias e seus filhos.

As crianças e os adolescentes das famílias pobres pode-se dizer, são crianças de *alto-risco*, que, de acordo com Azevedo e Guerra (1989, p. 26), são "crianças que têm uma alta probabilidade de sofrer, cotidiana e permanentemente, a violação de seus direitos humanos mais elementares:

direito à vida, à saúde, à educação, à segurança, ao lazer etc”. Sendo estes direitos violados, diz-se que há violência estrutural.

O Brasil como parte integrante da sociedade capitalista é marcado pela violência estrutural. Esta atinge grande parcela de crianças e adolescentes, conduzindo-os a uma vida cruel e indigna em termos de alimentação, habitação, escolarização, exploração de mão-de-obra, tortura e extermínio.

Para compreender um pouco sobre essa violência estrutural, farei uma breve volta ao passado recente. Logicamente, não se trata aqui de examinar essa problemática em toda sua amplitude e profundidade, mas apenas trazer algumas questões das últimas décadas que podem ajudar a entender melhor a violência estrutural.

De acordo com Batista (1999), na década de 1970, os direitos sociais sofreram um grande retrocesso quando o mundo avançado capitalista caiu numa grande e profunda recessão, gerando uma grande crise de acumulação. Diante desta crise os governos centrais⁷, por intermédio de seus burocratas técnicos e teóricos, inverteram a centralidade da discussão da crise e afirmaram que o responsável pela crise do Estado era o próprio Estado, com seus excessivos gastos com a área social. Por isso pregaram que o intervencionismo estatal, ou seja, o Estado de Bem-Estar social era antiprodutivo e antieconômico e buscaram convencer a sociedade de que só a ação livre do mercado era capaz de atenuar e corrigir as desigualdades sociais e, além disso, discursaram sobre a premência em reestruturar e reordenar as atividades e funções desenvolvidas pelo Estado. Com esse discurso os

⁷ Thatcher - Inglaterra; Reagan - Estados Unidos da América do Norte; Kohl - Alemanha.

neoliberais apontaram uma “solução” para a crise. Adotar os princípios do neoliberalismo que, entre outras coisas, significou dismantelar o Estado de Bem-Estar social, que no Brasil, nem ao menos conseguiu estabelecer-se de fato.

Proteção social ao trabalhador, essa era a base do Estado de Bem-Estar social, que “significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Em termos gerais representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política.” (ANDERSEN, 1995, p. 73).

Concebido na Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial, em razão dos horrores do nazismo e da derrocada das economias da Europa, o Estado de Bem-Estar social foi um instrumento de igualdade social de proteção ao trabalhador e minimizou os efeitos das desigualdades produzidas pelo capital. Porém, suas virtudes, representadas principalmente pela rede de proteção social criada, não foram suficientes para vencer o movimento neoliberal.

Ocorreram diferentes experiências de Estado de Bem-Estar social pelo mundo. Andersen (1995), identifica três respostas⁸ diferentes por parte dos *Welfare States* às transformações econômicas. Este estudo não se deterá nestas explicações por não ser este seu objetivo, mas apenas lembrar que não se pode falar de Estado de Bem-Estar como se ele tivesse acontecido com as mesmas características em todo o mundo, pois dependem da trajetória histórica de cada país.

⁸ O autor distingue o *Welfare State* dividindo-os em: os países escandinavos, os países anglo-saxões e os países da Europa Continental.

Na América Latina, Draibe (1997), aponta que as estruturas do Estado de Bem-Estar social foram construídas de modo imperfeito e deformado, devido às causas estruturais e institucionais. Ela explica que as causas estruturais podem ser explicadas pelo alto grau de exclusão social e pela precariedade no desenvolvimento das políticas e programas sociais.

As razões de natureza institucional apresentaram as seguintes características: alto grau de centralização, débeis capacidades regulatórias e de implementação das políticas nos níveis subnacionais de governo, corporativismo por parte de profissionais, e fraca participação da sociedade na implementação e operação de programas.

Enfim, houve inúmeras dificuldades para se consolidar os Estados de Bem-Estar social. A autora anteriormente citada aponta três planos que os desestruturaram.

- 1) A diminuição dos governos com o gasto para a área social;
- 2) Novos valores e ideologias presentes na sociedade - o neoliberalismo;
- 3) O desemprego estrutural, o subemprego e as relações precárias de trabalho.

Estas dificuldades, apontadas por Draibe, fragilizam as estruturas do Estado de Bem-Estar; os trabalhadores e os sem-trabalho, diante de qualquer crise instaurada na sociedade, tornam-se as maiores vítimas dos ajustes do capital em seu processo de acumulação.

Dessa forma, o Estado de Bem-Estar fragilizou-se diante do neoliberalismo e este surgiu como uma “tsunami”. Os Estados que não se submetiam a organizar suas economias internas, ou que ousaram insurgir-se

contra a “receita” imposta pelos agentes do mercado financeiro globalizado, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), poderiam ser relegados à sua própria sorte. Assim, diante do exposto, a Reforma do Estado parece ter sido inevitável.

Apesar da diversidade de interpretações teóricas a respeito da Reforma do Estado, é possível afirmar que o seu ponto central prega a modernização do Estado, mediante seu afastamento da economia e a supressão de direitos sociais.

Diante disso, os teóricos que defendem o neoliberalismo, de uma maneira geral, apresentam algumas críticas ao Estado de Bem-Estar Social, quais sejam:

- 1) O Estado gasta mais do que arrecada, provocando uma crise fiscal⁹.
- 2) O crescimento da produtividade pressionaria para reduzir a taxa de lucros, e isso desestimula o Capital de investir devido à baixa acumulação;
- 3) O Estado de Bem-Estar social não consegue eliminar a pobreza, mas estimula o paternalismo estatal e torna os pobres dependentes, impedindo a competitividade entre as pessoas.

O discurso de Vackav Klaus, primeiro ministro da República Theca em 1993, traduz o que os neoliberais pensam do Estado de Bem-Estar. “O Estado de Bem-Estar, com todas as suas transferências de pagamentos generosos desligados de critérios, de esforços ou de méritos, destrói a moralidade básica

⁹ Bresser Pereira, ministro da Reforma do Estado do governo Fernando Henrique Cardoso, explica esta crise da seguinte forma: “A crise do Estado a que estou me referindo não é um conceito vago. Pelo contrário, tem um sentido muito específico. O Estado entra em crise fiscal, perde em graus variados o crédito público, que mesmo tempo que sua capacidade de gerar poupança forçada a diminuir, senão a desaparecer, à medida que a poupança pública, que era positiva, vai se tornando negativa. Em conseqüência, a capacidade de intervenção do Estado diminui dramaticamente. O Estado se imobiliza. (BRESSER PEREIRA *apud* BATISTA, 1999, p. 72)

do trabalho e o sentido de responsabilidade individual.” (ANDERSEN, 1995, p. 18).

Com isso, o neoliberalismo que vem, desde o fim da década de 1970 e, principalmente, nas décadas de 1980 e 1990, expandindo-se mundialmente ganha força e vários governos passam a promover uma ampla reforma no aparelho estatal. Assim, governos de diversos países, inclusive do Brasil, abriram as portas para o neoliberalismo e também para o agravamento da situação social.

A literatura estudada revela que, no Brasil, o neoliberalismo teve início com o governo Sarney, intensificou-se na era Collor e se consagrou com o governo Fernando Henrique Cardoso, que adotou com fidelidade o paradigma neoliberal. Estes colocaram em prática um conjunto de políticas, que visavam a redução das despesas governamentais, com objetivos de cumprir metas estabelecidas por organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial.

Importa salientar que os princípios neoliberais não deixaram de ser implantados com o término do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, pois o governo Lula mantém e aprofunda ainda mais a política econômica herdada pelo seu antecessor. Sader (2004, p.86) aponta que, “o governo [Lula] assumiu a administração da crise herdada, sem avançar para sua superação positiva, e sim dando seguimento às orientações do governo anterior, cuja política seguiu fielmente as diretrizes do FMI.

Ainda sobre o governo Lula, Benjamin (2004, p. 120-121), faz a seguinte análise: a) Esse governo optou por legitimar a herança do neoliberalismo, não tomando nenhuma iniciativa, “nem de ordem política nem de ordem legal, para modificar acordos e contratos feitos no período anterior.”

Lula não quis entrar em atrito com os investidores internacionais, além disso, intimidou-se ao “tropeçar” em casos explícitos de ações criminosas, como as fraudes nas privatizações e remessa ilegal de bilhões de dólares para fora do país; b) Deu continuidade às “reformas estruturais” com a privatização de bancos públicos e a reforma previdenciária; c) “radicalizou a aplicação da política macroeconômica dos governos anteriores em todas as frentes, sem nenhuma exceção.” Enfim, o Governo atual dá continuidade às reformas que os organismos internacionais estabeleceram e segue concretizando a Reforma do Estado.

Outra premissa básica do neoliberalismo é a privatização de empresas federais e estatais, transferindo para o setor privado os bens e serviços públicos, os quais eram vistos como ineficientes. Nesse sentido, Batista (1999) entende que o processo de privatização causou danos irreparáveis aos serviços, além de perdemos o controle público de serviços essenciais, passamos a pagar mais pelo seu uso; ao contrário do que se pregava, trouxe dividendo negativo para a poupança pública (gastos com demissões, perdas de imposto de renda, perda dos lucros com as estatais privatizadas).

Parecia não haver opções: ou o Estado integrava-se a essa nova ordem, aliava-se – submetia-se a ela – ou assumia o risco de ser alijado do mercado internacional.

Diante dessa falta de opção, Batista (1999), concluiu que realizar a Reforma do Estado “era necessário e urgente”, no entanto, o que se questiona é a forma como foi feita, ou seja, seguindo as diretrizes do FMI e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tornando o país ainda mais dependente do Capital internacional.

O cenário acima apresentado agravou as questões sociais, gerando desemprego, subempregos, baixos salários, enfim, o neoliberalismo causou uma transformação no mundo do trabalho e, conseqüentemente, na esfera social. Desse modo, acredito ser relevante que se aborde, no presente estudo, como as questões sociais têm sido tratadas e quais são as características das políticas sociais após o neoliberalismo. O intuito é evidenciar quais as bases atuais para se trabalhar em rede, tentando desvelar os limites e as possibilidades para se construir uma estrutura articulada dinâmica entre as instituições sócio-comunitárias.

Segundo Soares (2005) as políticas sociais são constituídas de transferências de renda, seja na sua forma monetária ou por meio da provisão de serviços, cujo objetivo é promover o bem-estar dos indivíduos, mediante uma redistribuição da renda e da riqueza produzida na sociedade, comprometida com a idéia de justiça. A autora segue dizendo que,

Política Social – entendida como uma rede de Proteção Social garantida pelo Estado – pode e deve conferir e garantir direitos de cidadania, tanto para aqueles que continuarão excluídos, por um bom tempo, dos circuitos do ‘mercado’, como para aqueles que hoje trabalham, mas o fazem em condições precárias e incompatíveis com *a condição de cidadão*. (SOARES, 2005, n.p.)

Esta idéia de que as políticas públicas devem ser instrumentos de bem-estar, de correção de desigualdades e distribuição de renda, decorre das lutas sociais do final do século XIX e foi consolidada no capitalismo, com a instituição das políticas sociais: saúde e educação pública e gratuita para todos; previdência e assistência social pública e universal. Mas essa idéia

esteve, e ainda está, constantemente em disputa entre forças conservadoras e progressistas, tanto no Brasil, como nos demais países do mundo ocidental.

No presente, essa concepção de política pública está ameaçada pela doutrina do neoliberalismo, visto que as políticas sociais na década de 1990 foram norteadas pelo ajuste neoliberal, que objetivava, entre outras questões, o equilíbrio e a manutenção da economia, a redução da inflação, a desestatização e modernização do aparelho do Estado e do sistema financeiro. Enfim privilegiava-se a esfera econômica.

O projeto neoliberal na busca por gerar superávit primário para o pagamento dos credores aplica uma drástica *política de redução do gasto público* especialmente aquelas despesas destinadas a financiar políticas sociais. Isto produz, por um lado, uma *mudança quantitativa dos serviços públicos*, cada vez mais limitados numericamente e menos diversificados; por outro lado, percebemos uma *crescente deterioração e degradação dos serviços públicos*, consequência direta dos cortes nos investimentos do governo em infraestrutura, arrocho salarial dos servidores públicos, degradação das condições de trabalho, não incentivo à qualificação e aperfeiçoamento etc. (PASTORINI, 2005, n.p.)

Há um novo desenho e novas características dos programas e políticas sociais, as quais serão tratadas de forma breve. Como características são apontadas: a) a substituição de agentes-públicos estatais por organizações comunitárias, não-governamentais. Voltam em cena, de forma expressiva, organizações não-governamentais, instituições religiosas e filantrópicas, as quais “devem”, numa rede de “solidariedade”, proteger os mais pobres. Essa concepção tem o nome moderno de terceiro setor. Com a diminuição das respostas estatais às necessidades sociais, crescem as campanhas que

estimulam a solidariedade local e voluntária entre os particulares, como “Amigos da Escola” e tantas outras tão anunciadas na mídia.

Se o social é responsabilidade da sociedade, há outra característica das políticas e programas sociais: b) as políticas sociais “passam a ser substituídas” por “programas de combate à pobreza, que tratam de, segundo seus proponentes, ‘minimizar’ os efeitos do ajuste sobre os mais ‘pobres’ ou os mais ‘frágeis’.” (SOARES, 2003, p. 27).

São ainda mais ressaltados os programas compensatórios, os quais têm origem na prática assistencialista, na qual estruturam-se os valores de solidariedade, que buscam soluções fragmentadas para problemas sociais. É o que afirma Pastorini.

Dessa forma tendo como base a fragmentação da realidade, pensando o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social de forma dicotômica, e subalternizando as necessidades sociais aos imperativos econômicos do grande capital, os governantes neoliberais de turno realizam um diagnóstico parcial e fragmentado da ‘questão social’ e suas principais manifestações, e buscam soluções (também fragmentadas) para os diferentes problemas sociais vividos por cada um dos segmentos populacionais. Dessa forma, as políticas sociais universalistas que apóiam-se no princípio da solidariedade coletiva são cada vez mais reduzidas, colocando no seu lugar políticas sociais focalizadas principalmente para os trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho. Entretanto, programas assistencialistas, compensatórios e emergenciais são focalizados para os setores mais pobres da população, complementados com ‘ajudas solidaristas’ e voluntárias, fomentadas, apoiadas e financiadas em muitos casos pelo próprio Estado. (PASTORINI, 2005, n.p.)

Embora persistentes em seus desenhos e modalidades, os programas compensatórios são reconhecidos, por muitos autores, como pouco eficazes e mesmo ineficientes, pois pouco agregam ao bem-estar dos grupos sociais em situação de risco alimentar e extrema pobreza. Ineficácia, que acaba por

desacreditar esse tipo de ação, entendida cada vez mais como inútil. No entanto, a magnitude da indignação, que assola nosso país e, sem dúvida, compromete o desenvolvimento saudável dessa população e também do país, não permite que se descartem medidas compensatórias que possam, verdadeiramente, aliviar a pobreza e assegurar um patamar básico de cidadania, comer, beber e dormir.

c) o caráter transitório dos programas faz com “que suas ações não tenham uma continuidade no tempo e no espaço [...]” (SOARES, 2003, p. 27). Essa transitoriedade implica em baixo impacto e reduzida efetividade, causando prejuízos no atendimento aos usuários destes programas.

d) a dependência de recursos externos, tornando o Brasil refém do país financiador destes programas. Sobre isso, Montañó, diz o seguinte:

[...] as missões do FMI sempre deixam um ‘dever de casa’ ao ‘nosso poder executivo’, que é cumprido à risca. Este ‘dever de casa’ não é outra coisa senão a decisão extranacional (sem nenhuma participação direta nem sequer indireta do cidadão brasileiro) sobre o orçamento para os programas sociais, sobre a taxa de juros, as privatizações, o conteúdo das reformas administrativas etc. (2002, p. 59)

Em relação à privatização dos serviços sociais, seria redundante dizer que causou enormes prejuízos aos setores mais pauperizados da população, já que estes não podem pagar pelos serviços privatizados.

Assim sendo, nota-se que todas essas transformações ocorridas nos últimos anos teve, e continua tendo, conseqüências negativas no precário e incipiente sistema de proteção social, instaurado com a Carta Magna de 1988.

Digo precário e incipiente porque os programas compensatórios, voltados para o combate à fome e à desnutrição, não são características exclusivas da política neoliberal, e o agravamento da crise econômica, vivida na sociedade brasileira, não decorre, exclusivamente, das políticas econômicas implementadas pelos últimos governos. Existem determinantes estruturais e históricos de um país colonialista que vêm influenciando esse processo desde o final dos anos 70, que se tornam mais evidentes nos anos 80 e 90, contribuindo para acentuar a crise no país.

Por isso, não se pode falar em “desresponsabilização” após o neoliberalismo porque o Estado brasileiro nunca conseguiu estabelecer um Estado de Bem-Estar social, de proteção às parcelas mais vulnerabilizadas social e economicamente. É importante ressaltar essa questão, visto que, a impressão que se tem na literatura estudada é que o neoliberalismo é o único responsável pela miséria humana, que antes dele havia um Estado protetor de Bem-Estar. Também a pobreza, desigualdade social e desemprego não são fenômenos novos e exclusivos do Brasil, pelo contrário, são traços característicos da formação sócio-histórica brasileira e da maior parte dos países latino-americanos. É preciso ter claro que a situação de pobreza e exclusão social não surgiram com o neoliberalismo, mas se agravaram com ele.

Diante do exposto, é possível perceber a complexidade do fenômeno da exclusão social. Esta que afeta as condições objetivas de vida e de sobrevivência dos cidadãos, os quais se tornam vulneráveis em função da construção histórica brasileira, do processo sócio-econômico e político de globalização da economia e dos ajustes neoliberais. Agrava este quadro a

fragilização das políticas públicas, o que impede estes cidadãos de encontrarem formas de garantir seus direitos de cidadania.

Sobre esse aspecto, destaco Iamamoto, que resume de forma clara os tempos difíceis para todos “aqueles que vivem do trabalho”.

É no contexto da globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre capital bancário e o capital industrial, que se testemunha a revolução técnico-científica de base microeletrônica, instaurando novos padrões de produzir e de gerir o trabalho. Ao mesmo tempo, reduz-se a demanda de trabalho, amplia-se à população sobrando para as necessidades médias do próprio capital, fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, jovens, crianças, mulheres das classes subalternas, hoje alvo da violência institucionalizada. Exclusão social esta que se torna, contraditoriamente o produto do desenvolvimento do trabalho coletivo. Em outros termos, a pauperização e a exclusão são a outra face do desenvolvimento das forças e da tecnologia, dos meios de comunicação, da produção e do mercado globalizado. (IAMAMOTO, 2003, p.18)

É assim, neste “admirável” mundo moderno, que os postos de trabalho estão, desaparecendo. A robótica substitui o homem. Essas máquinas são interessantes ao capitalista, visto que, não gozam férias e nem licença-maternidade, não recebem décimo-terceiro nem ao menos salário, apenas manutenção. Não fazem greve, não reivindicam direitos e, salvo problemas técnicos, não cometem erros. O problema é que não consomem. Isto sim é um problema para o “mercado”, porque se a sociedade não pode consumir, não há por que produzir. Questiono então: Até onde o capitalismo consegue ir, produzindo mercadorias e pobreza ao mesmo tempo?

Existem inúmeras definições de pobreza, porém, neste trabalho vou considerar pobres

[...] aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social. Entre eles estão: os privados de meios de prover à sua própria subsistência e que não têm possibilidade de sobreviver sem ajuda; os trabalhadores, assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; os desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão-de-obra que, possivelmente, não será absorvida. (YASBEK, 2003, p. 62).

Dessa forma, a pobreza é um resultado histórico e não um dado da natureza. Ao sofrer inúmeras formas de privações, decorrentes das relações vigentes na sociedade capitalista, o ser humano sofre inúmeras formas de violência que

[...] vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade. (YASBEK, 2003, p. 61)

A pobreza material tem crescido assustadoramente com os ajustes neoliberais que, segundo Soares, provocou um grande desajuste social.

Soares (2001), em seus estudos sobre os efeitos do ajuste neoliberal na América Latina, alerta que, nos anos 80, a população em situação de pobreza na América Latina alcançou o patamar de 41% do total (cerca de 135,9 milhões de pessoas), quantitativo que se eleva para 43%, no ano de 1986 (abrangendo cerca de 171,2 milhões de pessoas). Esse aumento de 34,3 milhões de pessoas pobres contém 19 milhões de pessoas na situação de indigência, tanto na zona urbana quanto na rural.

Além disso, a pesquisa da autora ajuda a perceber a concentração de renda nas mãos de poucos no Brasil. Segundo ela “o perfil da distribuição de renda no Brasil em 1990 é, em termos comparativos, um dos mais perversos, com os 10% mais ricos se apropriando de quase metade (48%) do total dos rendimentos dos ocupados.” (SOARES, 2001, p.165). Esse é um exemplo da violência estrutural que oprime milhões de pessoas, gerando diversos impactos no âmbito das relações sociais.

O projeto neoliberal na América Latina trouxe, como resultado mais notável, uma modificação na estrutura social da pobreza, dado que cresceu a dicotomia existente entre pobres e ricos. A magnitude da pobreza latino-americana desmente as expectativas de que o mercado traria justiça social, por meio da distribuição da riqueza acumulada. Como salienta Iamamoto, (2003, p. 18) “a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade.”

Dessa forma a desigualdade social leva a um agravamento da pobreza, criando um grande número de indigentes. Conforme salienta Soares,

[...] em 1990, trinta e dois milhões de pessoas, (22% da população brasileira), compondo nove milhões de famílias, estariam em situação de indigência, com semelhante distribuição regional e urbano-rural. Desses, metade (15 milhões) se compõe de indigentes infanto-juvenis (que corresponde a um quarto da população infanto-juvenil do Brasil), dos quais 27% não estudam nem trabalham, e 3,3 milhões (um em cada quatro aproximadamente) situam-se em famílias chefiadas por mulheres. (SOARES, 2001, p. 343).

Essa parcela da população, crianças e adolescentes considerados indigentes, deveria receber proteção integral por parte do Estado e da sociedade, devido à fase especial de desenvolvimento físico, mental, moral,

espiritual e social, em que se encontram. Entretanto, estão sendo violentados em seu direito de cidadania.

Essa violência tem se dado de diversas formas: nas relações interpessoais, pela desigualdade social, pelo desemprego dos pais, pelo ensino precário e pela pobreza material. Esta gera a fome e esta, a miséria social, criando um círculo vicioso entre a pobreza-fome-pobreza.

Se a pobreza é a maior prova de violação dos direitos humanos e pode propiciar inúmeras situações, inclusive a violência contra crianças e adolescentes, questiono então: Qual a relação entre pobreza e violência doméstica contra criança e adolescentes?

A pobreza não pode ser considerada causa de violência, porém,

[...] em suas entranhas gesta-se um processo cumulativo de fragilização social, que condiciona a trajetória de grande número de crianças e adolescentes privados de comida, de casa, de proteção, de escola, com acentuação das relações violentas intrafamiliares, também facilitadas pelo alcoolismo e pela promiscuidade, pelo desemprego e pela frustração social. (FALEIROS, 1998, p. 20-21)

Diante da fala do autor, reafirmo que a pobreza é a maior prova de violação dos direitos, pois as famílias vulnerabilizadas pela situação de pobreza e exclusão do mercado de trabalho, buscam sobreviver por meio da mendicância, da assistência social, do mercado de trabalho informal, inclusive do tráfico de drogas.

Nesse ato humano de buscar a sobrevivência física, ou seja, comer, beber, dormir, a própria família imputa o dever de que todos os seus membros precisam colaborar nessa luta pela sobrevivência, inclusive ou, principalmente, as crianças e os adolescentes. Sobre este aspecto, Azevedo e Guerra (1989,

p. 28) reconhecem que, “o trabalho da criança e do adolescente constitui um dos recursos que as famílias pobres utilizam para aumentar sua renda e como mecanismo social para enfrentar emergências e situações de agravamento da subsistência.”

Iamamoto (2003), aborda a questão afirmando que a configuração do trabalho infanto-juvenil, em nossa sociedade, nos dias atuais, exemplifica de que forma a exclusão vem afetando os direitos sociais e aviltando o próprio direito à vida. Impulsionada pela terceirização da economia, pelo crescimento do desemprego, pela flexibilização do trabalho e pelos cortes na área social, a exploração da mão-de-obra de crianças e de adolescentes está presente em vários países do mundo e vem recebendo tratamento peculiar nos países de economia periférica.

De acordo com a legislação nacional, expressa na Constituição Federal de 1988, na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e no art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente é vedado o trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz (art. 60), bem como proíbe-se o trabalho noturno, insalubre, perigoso ou penoso para o adolescente (art. 67). Para os adolescentes de 16 a 18 anos, está proibida a realização de trabalhos em atividades insalubres, perigosas ou penosas, de trabalho noturno, de trabalhos que envolvam cargas pesadas, jornadas longas e ainda de trabalhos em locais ou serviços que lhes prejudiquem o “bom desenvolvimento psíquico, moral e social”.

Infelizmente, percebo, cotidianamente, nos telejornais e outros meios de comunicação, que esse princípio ainda não consegue ser cumprido para uma infinidade de crianças, apesar de muitas denúncias na mídia.

Uma das formas mais perversas formas de trabalho infantil é a exploração sexual infanto-juvenil, a qual tem sido denunciada na mídia com reportagens que trazem indignação e revolta, ficando claro a impunidade do agressor que na maioria das vezes, é um familiar e via de regra, a violência é praticada contra o sexo feminino. Isso reflete a hegemonia de uma sociedade de visão androcêntrica, que inferioriza a mulher e a submete a diversas formas de violência.

Diante desse fenômeno tão complexo e tão presente na atualidade surge uma demanda expressiva aos profissionais da área social, inseridos nas diversas instituições sócio-comunitárias que tem como atribuição implementar programas sociais. Dentre esses está o Programa Sentinela, o qual será o próximo tema abordado.

2 PROGRAMA SENTINELA: UMA RESPOSTA DO GOVERNO BRASILEIRO À PRESSÃO DA SOCIEDADE FRENTE À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

2.1 Movimentos em prol dos direitos da criança e do adolescente

Para compreender como se desenvolveu a luta da sociedade em defesa dos direitos da criança e do adolescente, enfatizarei alguns acontecimentos importantes que podem ser considerados marcos históricos, os quais fizeram com que a violência sexual infanto-juvenil fosse incluída na agenda da sociedade civil como questão relacionada à luta nacional e internacional pelos direitos humanos dessa população.

Apesar da dificuldade de quantificar o problema da exploração sexual infanto-juvenil em função da invisibilidade, impunidade, clandestinidade e ilegalidade que o cerca, alguns segmentos da sociedade civil, os quais serão citados abaixo, lutaram para colocar em evidência o fenômeno perverso vivido por inúmeras crianças que sofrem cotidianamente diversas formas de violência, em especial a violência sexual.

Com o final da ditadura militar, o Brasil entra numa fase de redemocratização. Surge o movimento pelas "Diretas Já" e, em 1988, o país conquista a sua nova Constituição Federal, que estabelece novos princípios de organização do Estado e de políticas sociais a partir do paradigma de Direitos.

A década de 80 foi também marcada pela efervescência de ações de articulação para a defesa dos direitos da Infância e da Juventude. Essas articulações aconteceram tanto em nível nacional quanto internacional e envolveram organizações governamentais, não-governamentais e mídia. Esses setores passaram a entender a violência contra essa população como uma questão de natureza política, ética e de direitos humanos e, com isso, passaram a “assumir a denúncia como forma de enfrentamento da violência sexual, o que significou um marco histórico na luta dos direitos das crianças e adolescentes.” (BRASIL, 2001, p.13)

Dessa forma, no período pré-constituente foram dados passos decisivos, por organizações, articulações, movimentos, que determinaram políticas e ações no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Far-se-á um resumo desses momentos e movimentos significativos, como:

- Pastoral do Menor da CNBB¹⁰ - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Este Movimento surgiu em São Paulo, no ano de 1977, em meio a grupos da sociedade civil e religiosa, como uma nova ação pastoral compromissada com crianças e adolescentes violentados por um sistema excludente, que se expandiu durante e após a ditadura militar. A Pastoral do Menor da CNBB lutou por políticas públicas eficazes, por programas de abrigo, Centros Educacionais Comunitários, junto aos adolescentes em conflito com a lei (desenvolvendo o Programa Liberdade Assistida), aos meninos e meninas que se encontravam em situações de risco, na aprendizagem profissional, sempre voltada ao apoio e orientação sócio-familiar.

¹⁰ Informações retiradas do site www.pastoraldomenornacional.hpg.ig.com.br.

- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR¹¹),

fundado em 1985 é uma organização não-governamental, composto por uma rede de educadores e voluntários; Atualmente está presente em 24 estados e no Distrito Federal, tem mais de cinco mil meninos e meninas filiados e conta com cerca de 800 educadores voluntários.

- Em 1986 surgiu a Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, que produziu, inclusive, a Comissão Nacional Criança e Constituinte o que permitiu a representação das reivindicações desse setor na Constituição de 1988. Esse foi um passo decisivo para o surgimento, dois anos depois, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Forum DCA¹² - Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Não é uma entidade e, portanto, não possui Estatuto e Regimento Interno - possui uma Carta de Princípios Norteadores. Em março de 1988, realizou-se um encontro de várias entidades não-governamentais que participaram da campanha “*Criança Prioridade Nacional* “ (articulada pelo MNMMR), em cuja pauta principal constava a criação de um Fórum Permanente e a criação da Seccional Brasileira de Defesa Internacional da Criança (DCI). Esse encontro se constituiu numa verdadeira assembléia de criação do Fórum DCA, que nasceu, portanto da necessidade de uma articulação, em nível nacional, de entidades atuantes na área de defesa e promoção dos direitos da infância e da juventude. O Fórum iniciou o processo de articulação para a elaboração ECA.

- CRAMI¹³ - Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - é uma Organização

Não-Governamental, fundada em 1988 e declarada de utilidade pública municipal, estadual e federal. Tem como missão “propiciar atendimento psicossocial a crianças e adolescentes

¹¹ Informações retiradas do site www.mnmmr.org.br

¹² Informações retiradas do site www.forumdca.org.br

¹³ Informações retiradas do site www.crami.org.br

vítimas de violência doméstica e desenvolver ações preventivas que lhes possibilite defesa e proteção incondicional.”

- ABRAPIA¹⁴ - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência, fundada em 1988, é uma Organização Não-Governamental; uma entidade privada com objetivos públicos, reconhecida como de utilidade pública em nível federal, estadual e municipal. Esta possui uma equipe de profissionais na área de Saúde, Educação, Direito e Serviço Social, com o propósito de criar um centro de referência para o desenvolvimento de ações e pesquisas voltadas para a defesa de crianças e adolescentes, vítimas de violência intrafamiliar.

A luta dos movimentos até então descritos, resultou em duas emendas constitucionais de iniciativa popular, contendo mais de 200 mil assinaturas de leitores. Seus textos fundidos entraram no corpo da Constituição de 1988, no *caput* do artigo 277, que prescreve: “é dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, e à alimentação, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Outro momento extremamente importante foi a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1989 e ratificada pelo Brasil em 1990. É um acordo entre diversos países, objetivando garantir proteção e cuidados especiais à criança, para que estas tenham as condições necessárias para se desenvolverem de forma harmoniosa, saudável e feliz. Essa convenção foi inspirada nos termos da

¹⁴ Informações retiradas no site www.abrapia.org.br

Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e serviu como fonte de inspiração na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A partir dessa forte mobilização social, que uniu três forças: o mundo jurídico, o mundo das políticas públicas e os movimentos sociais, foi formulado e aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, lei nº 8.069/90), criado para regulamentar e ampliar as conquistas da Constituição de 1988.

Em relação à questão de direitos, no Brasil, foi somente no final do século XX (1990), que crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos em condições peculiares de desenvolvimento, sob a égide da Doutrina da Proteção Integral, que embasa a Lei 8.069/90.

As diretrizes expostas no ECA determinaram novas formas de atendimento às crianças e aos adolescentes, possibilitando o surgimento de muitos espaços importantes de discussão e defesa dessa população que se destacam no cenário Nacional, como o CECRIA.

- O CECRIA¹⁵ - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - é uma organização da sociedade civil, fundada em 1993, constituída como ONG, regida por Estatuto e Regimento Interno, aprovados em Assembléia Geral, composta de associados fundadores, associados permanentes e colaboradores. Essa organização, “se dedica às crianças e adolescentes do Brasil pelo fim de todas as formas de violência e garantia de todos os direitos humanos. Seu foco principal de atuação tem sido a produção do conhecimento sobre violência sexual contra crianças e adolescentes.”

¹⁵ Informações retiradas do site www.cecria.org.br

O CECRIA como os outros organismos citados anteriormente, é um espaço que contribuiu e continua contribuindo para tirar da invisibilidade a violência sexual contra a criança e o adolescente e sepultar de vez a doutrina da situação irregular, presente até a promulgação do ECA. Este Estatuto vem para romper com a “visão menorista” e é voltado à toda criança e adolescente, sem discriminações econômicas, sociais, étnicas ou de qualquer outra ordem. Por isso, acrescentou novos conteúdos ao conjunto de direitos da infância e adolescência e apontou caminhos que possam superar o enfoque repressor e assistencialista das leis anteriores, introduzindo na legislação nacional a concepção de crianças e de adolescentes como sujeitos de direitos.

Dessa forma, o ECA inovou ao considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e ao afirmar sua prioridade absoluta. Isso significa que a criança e o adolescente já não poderão mais ser tratados como objetos passivos da intervenção da família, da sociedade e do Estado. A criança tem direito ao respeito, à dignidade e à liberdade e este é um dado novo, que, em nenhum momento ou circunstância poderá deixar de ser levado em conta. O Estatuto trouxe vitórias significativas em questões como saúde, cultura, liberdade e educação, cruciais para a dignidade, e ainda fundamentou o desenvolvimento de políticas públicas para esse setor, promovendo uma mudança de cultura em relação a certos temas, como o trabalho infantil.

O trabalho infantil era visto, por muitos, como algo natural; hoje, já existe um entendimento de que este prejudica o desenvolvimento da criança. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é uma política pública que surgiu a partir desse entendimento. Na área de educação também

aconteceram avanços e o acesso à educação na rede pública, na faixa etária dos 7 aos 14 anos, está praticamente universalizado.

Diante disso, pode-se dizer, que o ECA oferece motivos para comemorações. Mas, como qualquer lei recente necessita amadurecer e garantir seu cumprimento. O Estatuto não é considerado uma lei avançada, apenas pelo discurso ou proposição de direito de condições de vida para a juventude. Seu grande avanço foi prever instrumentos para sua viabilização. Entre os principais encontram-se os Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares.

O Conselho Tutelar é um “órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente [...]”.(BRASIL,1990, Art. 131). Sua finalidade é fiscalizar se a família, a comunidade, a sociedade em geral e o Poder Público estão assegurando, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, cobrando desses segmentos o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição Federal. Assim, os casos que envolvem violação dos direitos de crianças e adolescentes são encaminhados ao Conselho Tutelar que busca soluções, seja encaminhamento ao Ministério Público ou Judiciário, quando necessário, seja no trabalho junto à família e comunidade, seja requisitando serviços públicos. O Conselho Tutelar é formado por cinco pessoas, eleitas pela comunidade, em processo organizado pelo Conselho Municipal de Direitos e sua infra-estrutura deve ser fornecida pelo Poder Público Municipal.

Além do Conselho Tutelar, criaram-se os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, que são “órgãos deliberativos e controladores das

ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas segundo as leis federal, estaduais e municipais.” (BRASIL,1990, Art. 88). Esses Conselhos existem nas três esferas: municipal, estadual e nacional; têm a função de orientar políticas públicas voltadas para a população infanto-juvenil; devem acompanhar a atuação de órgãos públicos e participar da elaboração do orçamento do governo, de forma a garantir a destinação de recursos para a garantia dos direitos desse público.

Assim, no âmbito federal há o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), órgão paritário vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência; em nível estadual, os Conselhos Estaduais de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA); e na esfera municipal, os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Além desses eventos, convenções, congressos, seminários etc, outras ações chamaram a atenção da sociedade para a violência sexual infanto-juvenil, como as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's).

Nos anos de 1993-1994 foi instaurada a CPI da Prostituição Infantil¹⁶, representando um grande avanço na concepção dessa temática, na qual a prostituição infantil, termo utilizado até então, passa a ser compreendida como exploração sexual infanto-juvenil. Esta CPI foi instaurada pela Câmara Federal, contando com a articulação da Casa Renascer (Natal/RN), Fórum Nacional – DCA; Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Instituto de Estudos

¹⁶ Informações retiradas do site: www.violenciasexual.org.br

Socioeconômicos (INESC); Movimento Nacional de Direitos Humanos e Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

Os resultados da CPI revelaram para a sociedade a brutal realidade vivida pela infância pobre do país e, “suas conclusões foram um marco na história recente da sociedade brasileira ao assumir que a prostituição infanto-juvenil é realidade, em todo território e em todas as classes sociais.” (SPRANDEL, 2002, p. 13).

Foi considerada um marco na história porque provocou a conscientização e a mobilização de importantes setores da sociedade civil e, a partir disso, sucedeu-se uma série de outras CPIs na década de 90, como mostra Leal (1999):

- CPI da Prostituição Infantil – Norte de Minas Gerais, 1995;
- CPI da Prostituição Infanto-Juvenil – Natal, 1995;
- CPI da Exploração Sexual, Prostituição, Abuso Sexual e Maus-Tratos de Crianças e Adolescentes no DF – Brasília, 1996. (Câmara Legislativa);
- Comissão Especial de Inquérito sobre a Prostituição Infanto-Juvenil do Município de Goiânia (GO), 1998;
- CPI da Prostituição Infantil – Paraná, “a qual teve origem um Dossiê sobre exploração de menores na prostituição na cidade de Foz do Iguaçu-Pr, feitas pelo Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu, pelo MNMMR e pela casa Família Maria Porta do Céu.” (SPRANDEL, 2002). Nesse Dossiê foram identificados e denunciados boates, hotéis e motéis da cidade e seus proprietários, além de traficantes de menores. Depoimentos de menores transcritos no Dossiê provavam o tráfico de meninas para São Paulo, Paraguai e Argentina.

Após a instalação da CPI do Paraná formou-se em Brasília a Frente Parlamentar pelo Fim da Violência, Exploração e Turismo Sexual Contra Crianças e Adolescentes, que busca articular a campanha do mesmo nome, iniciada em 1995.

Pelo discutido até aqui, noto que, desde a década de 1980, tem sido formada e fortalecida uma rede nacional e internacional para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. A mobilização não se findou com a conquista da Constituição e do ECA, ao contrário, ganhou força por meio de muitos eventos, que contribuíram, decisivamente, para incluir o tema da violência sexual infanto-juvenil na agenda da mídia, os quais destaco a seguir.

Em 1996, foi realizado o “Seminário sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas”, sob a coordenação do CECRIA, de Brasília (DF). Santos (2004, p. 236) considera o Seminário latino-americano, como “um divisor de águas, no que diz respeito à articulação de políticas e de ações nacionais e extraterritoriais...”, cujos eixos fundamentais foram: 1) a discussão e a proposição de políticas públicas para o enfrentamento do fenômeno da violência sexual; 2) o intercâmbio de experiências e a articulação de ações governamentais e não-governamentais em âmbito nacional e internacional. As conclusões deste Seminário ficaram conhecidas como a “Carta de Brasília”, que marcou o compromisso político do governo e da sociedade civil com a implementação de ações e programas nessa área. Essa Carta serviu, também, de base para a formulação das primeiras diretrizes para enfrentamento do problema, que mais tarde culminaram num plano de ação para enfrentamento da violência sexual.

Além disso, esse Seminário foi uma etapa preparatória para o “Congresso Mundial contra a Exploração Sexual”, realizado em Estocolmo, na Suécia, em agosto de 1996. Neste participaram cerca de 1.300 pessoas de 130 países, representando governos, organizações governamentais, organizações não-governamentais, organismos internacionais e outros. “O Brasil esteve presente, com uma delegação representando a sociedade civil e o governo brasileiro e, foi firmado por este, um compromisso político de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes [...]” (SANTOS, 2004, p. 236).

Ainda segundo Santos, a participação do Brasil possibilitou uma maior articulação internacional e também o início da construção de um movimento nacional, com o objetivo de formular um Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual. O Congresso teve como comissão organizadora, o governo de Estocolmo, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o End Child Prostitution in Asian Tourism (ECPAT) e o Grupo para a Convenção sobre os Direitos da Criança (NGO).

Como resultado do Congresso Mundial, realizado em 1996, na Suécia, foram apresentadas uma Declaração e uma Agenda de Ação, ratificadas pelo Brasil, as quais reafirmam como princípios e como instrumentos, a aplicação da "Convenção sobre os Direitos da Criança" no combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e estabelecem como eixos de atuação: análise da situação, a prevenção, a articulação e a mobilização, o atendimento, a defesa e a responsabilização e o protagonismo juvenil. (DIRETRIZES..., 2001, n.p.)

Em 1997, foi implantado o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infante-Juvenil, que criou, neste mesmo ano, um número telefônico¹⁷

¹⁷ Em maio de 2006, o número telefônico 0800 foi alterado para o número 100.

(0800) para receber denúncias de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Devido a todas essas mobilizações, aconteceu um grande encontro nacional realizado na cidade de Natal (RN) de 15 a 17 de junho de 2000, local onde reuniram-se:

[...] participantes governamentais do Executivo federal, estadual e municipal; do poder Legislativo federal; do poder Judiciário, especialmente da Justiça da Infância e Adolescência; do Ministério Público federal e estadual; da Defensoria Pública; das Polícias Federal, Civil e Militar; dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares; dos Organismos internacionais de cooperação técnica e financeira; do ECPAT – Brasil; das organizações da sociedade civil e de representantes de jovens. (BRASIL, 2001, p. 17)

Nesta oportunidade o Ministério da Justiça, por meio do Departamento da Criança e do Adolescente, coordenou a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil¹⁸ e destinou ao CEDECA-BA o papel de definir os eixos estratégicos desse plano, os quais foram aprovados por cerca de 150 entidades sociais, que o consideraram “fruto da articulação da rede de proteção e de defesa de direitos da população infanto-juvenil brasileira.” Nas palavras de José Gregori, Ministro de Estado da Justiça, no ano de 2001, o Plano visa,

[...] expressar concretamente a mobilização entre a sociedade civil, as três esferas do governo, e os organismos internacionais, protagônicos nessa área, que se juntaram com o objetivo de estabelecer um Estado de Direitos para a proteção integral de crianças e adolescentes em situação de violência sexual. (BRASIL, 2001, p. 11)

¹⁸ O Plano teve inicialmente uma tiragem de 10.000 exemplares que foram distribuídos gratuitamente.

O referido Plano foi apresentado e deliberado pelo CONANDA, na Assembléia ordinária de 12/07/2000, constituindo-se em diretriz nacional, no âmbito das políticas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, em níveis federal, estadual e municipal. Tem como objetivo geral: “Estabelecer um conjunto de ações articuladas que permita a intervenção técnico-política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.” (BRASIL, 2001, p. 14).

O Plano contém 59 páginas. A maioria delas traz tabelas onde estão traçados, de forma bem direta, os objetivos, as ações, as metas, que devem ser realizadas no período de 2000 a 2003, para o combate e enfrentamento do fenômeno tratado e, também, os organismos que devem ser parceiros para a implementação de ações. Isso tudo foi trabalhado em torno de seis eixos estratégicos, os quais devem ser articulados entre si. São os seguintes eixos contidos no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil:

1) Análise da situação: Um dos objetivos é identificar causas e fatores de vulnerabilidade e modalidades de violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio de pesquisas regionais/focais.

2) Mobilização e Articulação: Processo que estimula a ação de indivíduos ou de grupos sociais, utilizando técnicas de convencimento, com o fim de formar ou informar pela transmissão de conhecimentos específicos, visando sensibilizar e conscientizar o conjunto da sociedade. Neste eixo inserem-se a promoção de campanhas em nível nacional, estadual e local, com

vistas à mudança de concepções, práticas e atitudes que estigmatizam a criança e o adolescente em situação de violência sexual;

3) Prevenção: Assegurar ações que evitem ou diminuam os riscos de violência praticada contra criança e adolescente, possibilitando-lhes orientação para o fortalecimento da autodefesa;

4) Defesa e responsabilidade: Defesa diz respeito a todos os instrumentos da legislação penal disponíveis aos atores que integram o Sistema de Garantia de Direitos, para contraporem-se às ameaças e violações aos direitos das crianças e adolescentes e também para haja mobilizações para mudanças na legislação vigente em relação aos crimes sexuais contra a população infanto-juvenil.

5) Protagonismo Juvenil: Promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa dos seus direitos e comprometê-los com o monitoramento da execução do Plano Nacional.

6) Atendimento: efetuar e garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes violentados e também as suas famílias. Neste eixo insere-se o Programa Sentinela. O Plano (2001, p. 35-36) traz como objetivos para o eixo Atendimento: a) “garantir a proteção integral e a prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual”; b) “intervir junto a famílias que vivem situações de violência sexual”; c) “promover capacitação, teórica e metodológica a profissionais e agentes que atuam em programas de atendimento.”

O Plano traz ainda algumas metas para o eixo Atendimento: a) criar e articular uma rede de serviços em todos os municípios que atendem crianças e adolescentes em situação de violência sexual; b) prover o atendimento

multiprofissional especializado; c) inserir crianças e adolescentes em situação de violência e suas famílias nas políticas públicas, bem como criar espaços de acolhimento para essas crianças; d) criar programas de intervenção junto a crianças e adolescentes que trabalham e vivem nas ruas em situação de violência sexual; e) Priorizar o trabalho psicossocial e pedagógico com as famílias; f) Prestar apoio jurídico e auxílio econômico a famílias em situação de violência sexual; g) Capacitar os agentes que atuam nos programas e instituições de atendimento; h) criar grupos permanentes de discussão de estratégias de enfrentamento ao fenômeno tratado.

Como parceiros para atuar no eixo Atendimento o Plano indica: as secretarias estaduais e municipais, o poder judiciário, defensorias públicas, agências internacionais, CONANDA, conselhos de direitos estaduais e municipais, conselhos tutelares, ONG's, órgãos de políticas públicas, universidades, entre outros.

O Plano possui indicadores de efetividade para os seis eixos estratégicos. Especificamente para o eixo Atendimento o Plano define como indicadores a implementação de programas de acompanhamento, de serviços de assistência psicossocial, de orientação e apoio social às crianças violentadas e suas famílias. Além disso, indica a inserção de conteúdos curriculares especializados sobre o tema violência sexual nas escolas e a redução do número de evasão escolar de crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Outro indicador é o aumento do retorno da criança e do adolescente às famílias, à comunidade e à escola e também o aumento do número de adolescentes maiores de 18 anos atendidos nos cursos profissionalizantes inseridos no mercado de trabalho. Ainda traz como

indicadores a redução de crianças e adolescentes em situação de violência sexual envolvidos no comércio do sexo e no uso de drogas.

Dentre as estratégias para o Atendimento, o Plano sugere o seguinte:

a) facilitação de atendimento integrado e com qualidade; b) articulação dos recursos públicos, privados para financiar o atendimento; c) articulação das redes de serviço por meio de comissões regionalizadas e/ou outras formas de gestão local para a inclusão de crianças e adolescentes em situação de violência sexual; d) fortalecimento da articulação política para assegurar o sistema de garantia de direitos e a inclusão social. As estratégias ora elencadas evidenciam a importância do trabalho em rede para o Programa Sentinela.

Para monitoramento e avaliação do Plano foi organizado o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Em 2002, organizou-se o Comitê Nacional de Enfrentamento do Abuso e Exploração Sexual, rede de entidades não-governamentais, de representantes de setores governamentais e da cooperação internacional, com o objetivo de criar espaço de debate para monitorar programas e políticas atuantes nessa área, fomentar a mobilização regional e juvenil, além de tecer um número sempre maior de instituições parceiras. O desafio do Comitê Nacional é elaborar metodologias e indicadores de monitoramento e avaliação das ações do Plano Nacional de enfrentamento da violência que propõe a universalização de um atendimento humano e especializado a crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual, assim como a responsabilização dos agressores. (GUIA... , 2004, p.16)

Também o CONANDA e os Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais são as instâncias de deliberação, controle e acompanhamento do Plano Nacional.

O Brasil está incluído no grupo das poucas nações que criaram um Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, compromisso assumido por 150 países na primeira edição do Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças – realizada em Estocolmo, em 1996 – mas cumprido por menos de um terço desses. Isso torna o País um exemplo para outras nações latino-americanas. (...) Uma das propostas é que cada estado e município brasileiro criassem seu próprio plano. O Paraná é um dos doze estados que possui um plano regionalizado. (www.ciranda.org.br)

Com o compromisso de tirar, definitivamente, o Plano Nacional do papel e transformá-lo em efetivas e eficazes políticas públicas, em julho de 2002, o Fórum Nacional DCA, com apoio do CECRIA e do DCA/MJ, realizou uma plenária nacional para definir o papel da sociedade civil, na implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Assim, foi constituído o Comitê Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes como a instância nacional de composição plural, para monitoramento das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual contra criança e adolescente. Esse Comitê congrega organizações governamentais e não-governamentais, poderes públicos, setores organizados da sociedade civil e organismos internacionais, comprometidos com o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O referido Plano é lembrado no dia 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, instituído pela Lei 9.970/00. A data foi escolhida para que não seja esquecida a história de Araceli Cabrera Sanches que, aos oito anos de idade, em 1973, foi seqüestrada, drogada, espancada, estuprada e morta por membros de uma tradicional família capixaba. O silêncio da sociedade capixaba decretou a impunidade dos

criminosos. A mãe de Araceli era viciada em cocaína, foi acusada de fornecer a droga para pessoas influentes da região, inclusive para os próprios assassinos. Apesar da cobertura da mídia e do especial empenho de alguns jornalistas, o caso ficou impune.

No dia 18 de maio ocorrem mobilizações contra o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil em todo o país, com o objetivo de chamar a atenção do governo e da sociedade para o drama vivido por muitas crianças e adolescentes brasileiros. Sem dúvida, chamou a atenção do atual governo federal, pois em janeiro de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estabeleceu que a luta contra a exploração sexual seria uma das prioridades de seu governo. Essa foi uma decisão louvável em termos de compromisso político, já que é algo inédito no Brasil.

Também no ano de 2003, dez anos depois da primeira CPI, houve uma nova Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no Congresso Nacional, presidida pela senadora Patrícia Saboya, destinada a investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, “e seu principal papel é dar visibilidade a um problema que atinge todos os estados do País”. Esta CPMI trabalhou durante mais de um ano e sua conclusão mostra a dimensão cultural da violência.

Constatou-se que a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes está disseminada em todo o Brasil, aparecendo tanto em cidades grandes como em longínquos e pequenos municípios. Trata-se de um fenômeno complexo, que não está ligado somente à pobreza e à miséria, mas também a questões culturais, como o machismo, o preconceito racial e à idéia de que o adulto tem poder sobre a criança. A exploração sexual comercial no Brasil, de modo geral, conta com a ação organizada de redes que reduzem meninas e meninos à condição de mercadoria, tratados como objeto para dar prazer ao adulto. (www.senado.gov.br)

Para chegar a essas conclusões a CPMI¹⁹, segundo seu relatório final, percorreu todas as regiões do Brasil, sendo visitados 22 Estados, realizadas 34 reuniões e audiências públicas, além de 20 diligências. A Comissão analisou 958 documentos, ouviu 285 pessoas e recebeu 832 denúncias vindas de todo o País, das quais 543 resultaram em notícias-crime.

No seu relatório final, sugeriu-se o indiciamento de cerca de 250 pessoas, entre políticos, empresários, magistrados, líderes religiosos e esportistas. A CPMI revelou um aspecto extremamente importante. Os atores que fazem parte das redes de proteção e das redes de exploração é muito próximo. Alguns personagens transitam livremente nas duas redes, fazendo parte delas, tanto como protetores e como agressores, o que reduz as chances de eficácia da rede de proteção. Isso revela a dimensão cultural herdada do patrimonialismo, na qual a autoridade das elites possui o “direito” de exercer a violência sobre os mais frágeis.

É preciso apresentar soluções para o combate ao problema. Por esse motivo, o relatório final da Comissão de 2003 avançou em relação ao de 1993 porque trouxe um conjunto de propostas de implantação de políticas públicas para enfrentar esse fenômeno, mudanças no código penal, além de projetos, visando algumas mudanças na legislação atual. As CPIs sempre causam visibilidade e indignação diante do fenômeno investigado, no entanto, é preciso

¹⁹ Para ter conhecimento do relatório integral e as propostas que a CPMI apresentou, acessar o site: www.senado.gov.br/web/senador/PatriciaSaboiaGomes/

que seus resultados não se transformem em um monte de papel arquivado cheio de boas intenções, como vemos comumente acontecer.

Além dos eventos citados acima, diversas campanhas foram realizadas pelo governo e Organizações Não Governamentais, como:

'Campanha Nacional pelo Fim da Exploração, Violência e Turismo Sexual contra Crianças e Adolescentes', (ONG's e movimentos sociais), a 'Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil', (Disque Denúncia), Ministério da Justiça/SNDH/DCA/ABRAPIA, e a Campanha de Combate ao Turismo Sexual Infantil, realizada pela EMBRATUR, em nível nacional e internacional. (LEAL, 1999, n.p.)

Essas campanhas continuam acontecendo. Destaca-se que no dia 23 de agosto de 2005 foi lançada a Campanha Contra o Tráfico de Pessoas e Turismo para Fins Sexuais, pelo CEDECA-BA e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Ao trazer para este trabalho movimentos, campanhas, CPIs, entidades, articulações, conselhos, centros de pesquisa, de denúncias, tenho como intuito evidenciar a dimensão política, social e geográfica do que ocorreu no Brasil a partir do período pré-constituente e, como a ampla mobilização possibilitou a inserção do tema "violência contra crianças e adolescentes", na agenda política governamental e no debate da sociedade. É fato que ainda se enfrentam enormes dificuldades em relação ao combate da violência contra crianças e adolescentes, como a pouca articulação entre as organizações, recursos financeiros escassos, falta de dados confiáveis para melhor compreender o fenômeno. Enfim, pode-se enumerar uma série de dificuldades em relação a essa luta, e ainda acrescentar que a forma de mobilização da sociedade

acontece de forma diferenciada e particular, de acordo com as regiões, tendo em vista o interesse político e a correlação de forças da sociedade civil, os valores culturais e uma série de outros fatores.

No entanto, não posso deixar de salientar que toda a mobilização nacional representa um grande avanço, pois desencadeou um processo de construção de uma nova concepção sobre a temática, envolvendo valores éticos, morais, sociais, culturais e civilizatórios e, especialmente, pelo fato de que a pressão da sociedade nacional e internacional, por meio de todos esses movimentos, possibilitou a construção de propostas concretas na linha de políticas públicas, como por exemplo, o Programa Sentinela.

2.2 Proposta oficial do Programa Sentinela

O fenômeno da violência contra crianças e adolescentes tem sido um tema bastante discutido, divulgado e que clamava por uma atitude da sociedade e do governo brasileiro. Diante desse clamor, o governo federal passou a ser implementador de um conjunto de ações e estratégias para proteção de crianças e adolescentes em situação ou risco de violência sexual.

Uma dessas estratégias é o Programa Sentinela – Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, criado para atender à determinação da legislação do país, constante na Constituição Federal, no ECA, na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual cometida contra Crianças e Adolescentes.

Para implementar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado em Natal (junho 2000), especialmente dentro do eixo estratégico *atendimento*, a Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), agora Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, realizou no segundo semestre de 2000 uma “*Consulta técnica à rede de órgãos e instituições que protagonizavam ações de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil*” consideradas bem sucedidas. Dessa consulta nasceu a proposta de atendimento especializado, multiprofissional, interdisciplinar, numa perspectiva de construção de redes, com envolvimento a partir das crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual. Desta forma, foi criado o Programa Sentinela a partir do segundo semestre de 2000, para coordenar, no âmbito da assistência social, o processo de atendimento das crianças, dos adolescentes e famílias envolvidas com o evento da violência sexual. (RELATÓRIO..., 2003, n.p)

O Sentinela é o único Programa do governo federal para o atendimento de crianças e adolescentes que sofrem abuso e exploração sexual e foi idealizado, conforme a citação acima, dentro de uma “perspectiva de construção de redes”, de uma concepção de gestão intergovernamental, de caráter intersetorial. Para tanto, faz-se necessário que todas as instâncias trabalhem de forma pactuada e integrada, dentro das competências de cada esfera de governo, envolvendo, em todas as etapas, a participação da sociedade civil.

O Programa atende a crianças e adolescentes de zero a 18 anos e, conforme suas Diretrizes (2001, n.p.), “Trata-se de um conjunto de ações de Assistência Social, de natureza especializada, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes abusadas e/ou exploradas sexualmente, bem como de seus familiares”. Tem os seguintes objetivos gerais:

- Atender, no âmbito da Política de Assistência, por meio de um conjunto articulado de ações, crianças e adolescentes abusados e/ou explorados sexualmente;
- Criar condições que possibilitem às crianças e aos adolescentes vitimados sexualmente e suas respectivas famílias o resgate e a garantia dos direitos, o acesso aos serviços de assistência social, saúde, educação, justiça e segurança, esporte, lazer e cultura, guardando compromisso ético, político e a multidisciplinariedade das ações.

São objetivos específicos do Programa

- Desenvolver ações sociais especializadas de atendimento às crianças e aos adolescentes violados sexualmente, proporcionando-lhes serviços que permitam construir, em um processo coletivo, a garantia de seus direitos fundamentais, o fortalecimento da sua auto-estima, o restabelecimento de seu direito à convivência familiar e comunitária, em condições dignas de vida;
- Proporcionar a inclusão social de crianças e de adolescentes abusados ou explorados sexualmente e de suas famílias nas ações desenvolvidas por organizações governamentais e não-governamentais de atendimento e/ou defesa de direitos;

- Inserir as famílias das crianças e dos adolescentes abusados e/ou explorados sexualmente em programas de geração de trabalho e renda, bem como de formação e qualificação profissional;
- Contribuir para a articulação de um sistema de informações, sobre a violação dos direitos da criança e do adolescente, como o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) e outros. O SIPIA é um sistema nacional de registro e tratamento de informações, sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais, preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Garantir a qualificação continuada dos profissionais envolvidos no atendimento social às crianças e jovens vitimados sexualmente;
- Contribuir para o fortalecimento de ações coletivas de enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes, a exemplo dos Planos de Ações Integradas, na compreensão de que a rede articulada potencializa recursos;
- Proceder exame diagnóstico da situação identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua remissão a curto, médio e longo prazo.

O Programa Sentinela começou a ser implantado nos municípios brasileiros em 2001 sob a responsabilidade da extinta Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Até julho de 2005, era responsável pelo Programa a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), criada pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; era um órgão da Presidência da República que tratava da articulação e implementação de políticas públicas, voltadas para a promoção e

proteção dos direitos humanos. Porém, na data anteriormente citada, numa reforma ministerial implementada pelo governo federal, foi anunciada uma mudança até então inesperada. A SEDH perdeu seu *status* de ministério para ficar sob o controle do Ministério da Justiça. O ex-ministro Nilmário Miranda, por intermédio dos meios de comunicação, admitiu que a alteração seria prejudicial para as políticas da pasta e as organizações da sociedade civil não demoraram em protestar publicamente sua preocupação, classificando como regressão o retorno da Secretaria dos Direitos Humanos para a estrutura do Ministério da Justiça.

Entretanto, este fato não impede o registro que a SEDH foi responsável por uma série de ações de combate à exploração infanto-juvenil, promovendo campanhas educativas e, no primeiro semestre do ano de 2005, em parceria com o UNICEF, a Comissão Intersetorial de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e a Universidade de Brasília realizaram um levantamento em nível nacional, para obter informações sobre a violência sexual infanto-juvenil, as quais foram amplamente divulgadas pelos meios de comunicação. Nesse levantamento, identificou-se que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes acontece em 937 municípios e localidades brasileiras. Dos municípios identificados, 298 (31,8%) estão no nordeste; 241 (25,7%) no sudeste; 162 (17,3%) no sul; 127 (13,6%) no centro-oeste e 109 (11,6%) no norte. No estado do Ceará foram identificados 41 municípios onde ocorre exploração sexual de crianças e adolescentes²⁰.

Segundo a SEDH, essa foi a primeira vez que o Governo Federal consolidou dados sobre o tema no Brasil e afirma ainda que “as informações

²⁰ Estes dados foram obtidos no *site*: <http://www.presidencia.gov.br/sedh/>

obtidas no levantamento deverão servir como subsídios para subsidiar a elaboração de políticas públicas para a superação do problema no país”.
(www.violenciasexual.org.br)

Em relação à execução do Programa Sentinela, o seu projeto diz que este se dará de forma descentralizada, por meio de Convênios firmados entre os Estados e Municípios, pelas suas respectivas Secretarias de Assistência Social. Pode ser executado diretamente pelo órgão Estadual ou Municipal responsável pela condução das políticas públicas de assistência social ou por meio de parceria desses órgãos com instituições da sociedade civil. Cada esfera de governo tem suas atribuições para com o Programa.

O papel do MDS [Ministério do Desenvolvimento Social] é deliberar sobre o desenho e a implementação do Programa Sentinela; coordenar sua operacionalização, principalmente no que diz respeito às funções de monitoramento e avaliação; e atuar na coordenação política e na articulação com estados e municípios.(RELATÓRIO..., 2004, n.p.)

Aos governos estaduais cabe:

Apoiar a implementação do Sentinela no estado; promover a articulação das ações para assegurar o caráter intersetorial do Programa; viabilizar a oferta de serviços e de ações complementares; apoiar os municípios e os conselhos estaduais e municipais de assistência social e de defesa dos direitos das crianças e adolescentes. (RELATÓRIO..., 2004, n.p.)

No Paraná é gerido pela Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP). Os municípios são os maiores gestores do Programa e a eles cabe:

Articular os diversos órgãos e entidades locais afetos ao Programa; assegurar a oferta de serviços essenciais de saúde e educação; viabilizar a oferta de ações complementares ao Programa; e informar periodicamente aos estados e ao MDS os dados sobre a execução do programa Sentinela. RELATÓRIO..., 2004, n.p.)

O Programa Sentinela destina-se, especialmente, aos municípios considerados mais vulneráveis à exploração sexual, como: pólos turísticos; zonas de garimpos, regiões de fronteira, grandes regiões metropolitanas, capitais dos estados, Distrito Federal, regiões ribeirinhas e portuárias, regiões de reservas indígenas e áreas com obras de impacto em andamento.

Os municípios que se enquadravam nesses critérios deveriam enviar um projeto técnico ao governo federal solicitando a implantação do Programa. Com isso, o Programa Sentinela foi implantado nos municípios, com as características acima mencionadas.

Inicialmente o Programa foi criado para atender somente à violência sexual, contra a população infanto-juvenil, porém, em 2003, a equipe do então Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da elaboração de um guia técnico, definiu quais os tipos de violência que o Programa deveria atender: “abuso (intra e extrafamiliar), exploração sexual comercial (prostituição infantil, pornografia), violência física, violência psicológica, negligência e ameaça” (RELATÓRIO..., 2004, n.p.). No entanto, o Programa deverá ter seu foco central no atendimento aos casos de abuso e exploração sexual.

Além dos critérios estabelecidos pelo governo federal para implantação do Programa nos municípios, ele faz ainda as seguintes exigências:

➤ Comprovar a necessidade de implantação do Programa e apresentar o Plano de Ações Integradas de Combate ou enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil, devidamente aprovado pelos Conselhos da Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente;

➤ ter implantado e manter em funcionamento o Conselho Tutelar;

➤ ter demanda registrada nos Conselhos Tutelares, de preferência, por meio do Programa SIPIA.

➤ demonstrar, a partir de 2002, no Orçamento Público, a destinação de recursos próprios, para implementação das atividades/ações, previstas no Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, garantindo previamente o apoio do município para a manutenção do programa (materiais de consumo, expediente e disponibilização de espaço físico para o atendimento). Além disso, o município deve garantir a inclusão dos usuários em programas sociais, como o PETI, Agente Jovem, Bolsa-família, etc.

➤ assumir, com recursos municipais, parte da equipe multiprofissional especializada responsável pelo atendimento, por exemplo, advogado;

➤ contratação de profissionais (coordenadores e técnicos de nível superior e educadores, entre outros), com formação compatível com as atividades a serem desenvolvidas e, minimamente, capacitados na temática violência sexual;

➤ articulação e redes locais minimamente organizadas, preferencialmente com planos municipais de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil.

O Programa Sentinela é operacionalizado, por meio de serviços especializados e/ou centros de referência, os quais se constituem em bases físicas que os Municípios implantam para o desenvolvimento de serviços, nas seguintes atividades:

- Abordagem educativa às crianças e aos adolescentes explorados sexualmente nas ruas ou pelas redes organizadas, assim procedendo:

- conhecimento da realidade de vida das crianças e adolescentes;
- denúncia ao sistema de segurança;
- proteção social das crianças e adolescentes;
- mapeamento dos locais de exploração e/ou redes organizadas;
- retirada imediata das situações em que se encontram.

- Atendimento multiprofissional e acompanhamento permanente (24 horas) especializado para crianças e adolescentes vítimas violência, abuso e exploração sexual e seus familiares;

- Apoio psicossocial às crianças e aos adolescentes vitimados sexualmente, bem como seus familiares, através grupos de apoio, realizados pelo menos duas vezes por semana;.

- Identificação dos casos, com levantamento das informações familiares e peculiares à situação;

- Acompanhamento permanente dos casos atendidos no Centro junto à rede de serviços, família e comunidade;

- Abrigamento por 24 horas, quando necessário, por intermédio dos serviços de colocação em abrigo, colocação familiar e família acolhedora. Este serviço é implantado em uma residência comum, onde as crianças e os

adolescentes vitimados pelo abuso sexual são acolhidos em famílias solidárias (substitutas) na própria comunidade, com o intuito de garantir, por meio do acolhimento familiar, direito à convivência familiar e comunitária e afastar a criança do abusador. A família acolhedora deverá ser acompanhada pela equipe técnica dos Centros de Referência.

- Entrevistas com crianças e adolescentes violentados e familiares;
- Visitas domiciliares para conhecimento da realidade das crianças e dos adolescentes atendidos e de suas famílias;
- Reuniões periódicas com técnicos e profissionais que acompanham os casos juntos aos serviços da rede;
- Estabelecimento de um plano de ações integradas com vistas à remissão dos casos atendidos;
- Encaminhamento e acompanhamento das crianças e adolescentes que sofrem violência, abuso e exploração sexual em programas e serviços nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, justiça e segurança, esporte, cultura e lazer, projetos comunitários, etc;

As atividades e ações descritas podem ser operacionalizadas, em dois níveis, I e II, com diferentes capacidades (50 ou 80 usuários) de atendimento, que podem ser realizadas tanto do período diurno como noturno.

- NÍVEL I – para a operacionalização das atividades em caráter diuturno. Centros com capacidade mensal de atendimento até 50 crianças e adolescentes, com a seguinte equipe técnica: 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 coordenador; 2 motoristas, 3 educadores, 1 encarregado de serviços gerais, 1 recepcionista, e 1 segurança, totalizando 12 profissionais.

- NÍVEL I - para a operacionalização das atividades, em caráter diuturno. Centros com capacidade mensal de atendimento até 80 crianças e adolescentes, com a seguinte equipe técnica: 2 assistentes sociais, 1 psicólogo, 1 coordenador, 2 motoristas, 4 educadores, 2 serviços gerais, 1 recepcionista, e 2 seguranças, totalizando 15 profissionais.

- NÍVEL II - para a operacionalização das atividades em caráter diurno. Centros com capacidade mensal de atendimento até 50 crianças e adolescentes, com a seguinte equipe técnica: 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 coordenador, 1 motorista, 2 educadores, 1 serviços gerais, 1 recepcionista, e 1 segurança, totalizando 09 profissionais.

- NÍVEL II - para a operacionalização das atividades em caráter diurno. Centros com capacidade mensal de atendimento até 80 crianças e adolescentes, deve contar com a seguinte equipe técnica: 2 assistentes sociais, 1 psicólogo, 1 coordenador, 1 motorista, 3 educadores, 1 serviços gerais, 1 recepcionista, e 1 segurança, totalizando 11 profissionais.

- NÍVEL II - para a operacionalização das atividades em caráter diurno. Serviços com capacidade mensal de atendimento até 50 crianças e adolescentes, deve contar com a seguinte equipe técnica: 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 educador, totalizando 03 profissionais.

Os centros de referência possuem uma equipe de trabalho maior que os serviços de referência. O Programa considerado serviço de referência conta apenas com três profissionais: assistente social, psicólogo e educador, remunerados pelo governo federal. Outros profissionais como motorista e serviços gerais, devem ser remunerados pelo município.

O projeto do Programa salienta que, “embora o órgão proponente tenha inteira autonomia para definir o número de profissionais em cada função, a composição da equipe deve resguardar fidelidade à finalidade das ações desenvolvidas pelo Programa Sentinela.” (DIRETRIZES..., 2001, n.p.).

O financiamento do Programa é feito com a participação das três esferas de governo, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), os quais deverão ser destinados exclusivamente à cobertura de despesas de custeio. Os recursos são repassados por intermédio de convênios celebrados entre o MDSCF e os municípios, de acordo com as modalidades de atendimento, ou seja, conforme o nível que atenda.

Aos Centros com capacidade de 50 atendimentos, em caráter diurno, são repassados R\$ 6.900,00; para 50 atendimentos, diuturno, o valor é de R\$ 10.300,00; para a capacidade de 80 atendimentos, diurno, são repassados R\$ 9.800,00 e 80 atendimentos diuturno, R\$ 13.000,00.

Portanto, ficou estabelecido nas diretrizes gerais do Programa Sentinela que o governo federal financiaria as despesas com remuneração de serviços da equipe técnica (assistente, social, psicólogo, educadores, motorista, zeladora, recepcionista, coordenadora) e o município proponente deveria dar sua contrapartida em despesas tais como: contratos de aluguel de imóvel e/ou veículo; pagamento de despesas com material de consumo e de expediente; serviços jurídicos, como contratação de advogado, entre outros, que, dependendo do formato do programa, poderia mudar conforme a necessidade e o projeto técnico de cada município.

O tema só ganhou visibilidade no orçamento público federal a partir do Plano Plurianual (PPA) 2000/2003, que transformou em política nacional o

programa de “Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes”.

Segundo informações contidas no relatório do TCU, 2004, para o período de 2000 a 2003, foram destinados para o Programa R\$ 26.317.035,00 e o PPA 2004/2007 destinou para o Sentinela R\$ 108.000.000,00. “Apesar do aumento dos recursos do Programa seu orçamento ainda é insuficiente para o aumento do número de municípios beneficiados e inclusão dos que estão aguardando atualmente”. (RELATÓRIO..., 2004, n.p.). Além disso, os recursos não cumpriam com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. É o que aponta a citação abaixo:

Tanto as ações inseridas no PPA 2000/2003 quanto o volume de recursos destinado à sua implementação revelam o caráter incipiente, a falta de abrangência e o aspecto pouco preventivo da política de combate à exploração sexual, que se mostra muito aquém de atingir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil e, portanto, de atender às demandas geradas por um problema de tal complexidade. (www.forum.direitos.org.br)

O Relatório do TCU (2004), revela que o Programa atende à cerca de 17.000 crianças e adolescentes, nos 331 Centros implantados em diversos municípios brasileiros, ou seja, apenas 5,95% dos 5.561 municípios existentes em nosso país. Segundo informações contidas no Relatório citado, existem 450 municípios que preenchem os pré-requisitos de inclusão do Sentinela aguardando sua implantação. Isso significa que, apesar do aumento dos recursos do Programa, seu orçamento ainda é insuficiente para a necessidade

que se apresenta com a demanda reprimida. E não há previsão, até 2006, de ampliação do número de municípios atendidos, conforme havia sido planejado pela gerência nacional do Sentinela.

O projeto do Programa ainda traz algumas diretrizes, a seguir citadas, que evidenciam como as organizações públicas e sociais podem atuar no combate à violência sexual infanto-juvenil:

I. Fomentar e participar na promoção de campanhas informativas, sensibilização e mobilização da comunidade, de profissionais ligados à rede de atendimento (saúde, educação, trabalho, justiça e segurança, esporte, cultura e lazer) e de setores ligados à rede de exploração (donos de hotéis/motéis, agências de turismo, taxistas, caminhoneiros, etc.), a partir da realidade local;

II. Incentivar e realizar seminários e *workshops*, em âmbito municipal, estadual ou regional para discussão do tema, troca de experiências e capacitação, bem como atividades de capacitação continuada, de caráter especializado e multidisciplinar, que possibilitem aos executores dos projetos uma maior qualificação em suas intervenções;

III. Estimular a participação da mídia, como ator fundamental na informação, sensibilização e mobilização da população;

IV. Estabelecer parcerias com as universidades, as associações e as organizações de profissionais, como as de médicos, assistentes sociais, psicólogos, educadores, jornalistas, etc., em âmbito municipal, estadual e nacional, para a realização de cursos, de estudos e de pesquisas sobre a temática e para a divulgação de matérias em seus jornais, boletins e congressos;

V. Criar grupos permanentes de discussão, com vistas à elaboração de estratégias de enfrentamento da violência sexual, em nível estadual e local;

VI. Mobilizar os diferentes setores do poder público e da sociedade civil, que atuam ou que, potencialmente, possam atuar no atendimento e/ou defesa dos direitos das crianças e adolescentes nos setores da saúde, educação, trabalho, justiça e segurança, turismo, esporte, cultura, e lazer e outros, definindo, à luz do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Infanto-Juvenil, um Plano Local de Ações Integradas.

A partir do exposto é possível perceber que foram atribuídas, ao Programa Sentinela, inúmeras funções, e a consolidação do que está legalmente constituído é um grande desafio no combate ao fenômeno da violência contra a população infanto-juvenil, que requer uma grande mobilização e articulação das instituições que trabalham com crianças e adolescentes. Diante deste fato, é importante apreender o que significa um trabalho articulado, em rede. Tratarei deste tema no próximo capítulo deste trabalho.

3 TRABALHO EM REDE: CONDIÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E POLÍTICAS SOCIAIS

3.1 Rede: algumas referências conceituais

O mundo mudou e continua mudando cotidianamente. Vive-se hoje em uma sociedade complexa, que desafia e provoca revoluções, em vários campos: cultural, social, político, na comunicação, no mundo do trabalho e em outras esferas. Com isso, mudam as necessidades humanas, as relações sociais e o fazer profissional.

Um assunto que tem sido constantemente discutido e que tem causado diversos questionamentos é o trabalho em rede. Atualmente, fala-se muito em redes, organizações em rede, rede de supermercado, rede de tráfico, redes de solidariedade, redes sociais, redes de comunicação, redes intersetoriais, redes de exploração sexual, rede de proteção, rede de informação, enfim, vive-se uma predominância das redes.

Desse modo, a organização em rede é um assunto instigante, amplo e utilizado em diversas áreas. Isso torna necessário buscar um conceito, uma definição que explicita de que rede este trabalho trata, uma vez que há uma grande diversidade delas - cada qual com suas peculiaridades e conceituação.

Além dessa multiplicidade de organizações em redes, existem inúmeras interpretações para o termo "rede", que vão da Antropologia à Informática, passando pela Política, pela Economia e outros campos. Por isso, antes de chegar ao ponto que interessa, que é o trabalho em rede entre as instituições sócio-comunitárias, farei um breve "passeio" por alguns conceitos de rede, com o objetivo de explicitar o que é o trabalho em rede, tão debatido atualmente nos mais variados espaços. Neste primeiro momento, a prioridade será dada ao que mais "salta aos olhos" e também resgatar as origens deste tema.

A primeira impressão é a de que a palavra rede é uma invenção nova, das últimas décadas. Mas, ao debruçar-se sobre o assunto, percebe-se que as redes estão em toda parte e são inerentes às atividades humanas. Há quem entenda que rede é vida, ou seja, tudo que acontece na vida se dá em rede, pois todas as coisas se inter-relacionam (CAPRA, 2001).

Ao nascer a pessoa já está inserida numa rede de relações. A socialização dos seres humanos começa desde a infância, na qual se estabelece uma rede de relacionamentos familiares, que desde cedo a criança vai construindo a sua volta. Esse tipo de rede de relacionamentos é chamada de rede social espontânea ou primária, a qual é “constituída pelo núcleo familiar, pela vizinhança, pela comunidade e pela igreja. São consideradas as redes primárias, sustentadas em princípio como cooperação, afetividade e solidariedade” (BOURGUIGNON, 2004, n.p.).

A rede primária ou espontânea é um conjunto de relações interpessoais constituída por todas as relações significativas que uma pessoa estabelece cotidianamente ao longo da vida. É possível dizer que cada pessoa é o centro de sua própria rede, que é composta por familiares, vizinhos, pessoas amigas, conhecidas, colegas de trabalho, organizações das quais participa: políticas, religiosas, sócio-culturais etc. e a partir dessa rede vai construindo sua identidade enquanto ser humano e aprendendo a viver de forma coletiva, em sociedade. Por esse motivo Marteleto (2005, n.p.), diz que o trabalho pessoal em redes de conexões é tão antigo quanto a história da humanidade.

Nesse sentido, Carvalho, traz a seguinte explicação:

[...] a rede sugere uma teia de vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações. Elas se tecem ou se dissolvem continuamente em todos os campos da vida societária, estão presentes na vida cotidiana (nas relações de parentesco, nas relações de vizinhança, nas relações comunitárias), no mundo dos negócios, na vida pública e entre elas. O que explica a existência de múltiplas redes são as necessidades humano-sociais que colocam em movimento a busca de interação e formação de vínculos afetivos, de apoio mútuo, para empreendimentos etc. Uma rede envolve processos de circulação, articulação, participação, cooperação. (CARVALHO, 2004, n.p)

Carvalho (2004), afirma que o conceito de rede não é novo. A palavra rede é bem antiga, vem do latim “retis” e significa entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. No dicionário Aurélio, o vocábulo rede está assim definido: “fios, cordas, arames, etc, entrelaçados, fixados por malha que formam como que um tecido”. A partir da noção de entrelaçamento, malha, a palavra rede foi ganhando vários significados e passou a ser empregada em diferentes áreas.

O conceito de rede pode ser encontrado em várias disciplinas e no estudo de diferentes fenômenos sociais. Da antropologia ressaltam-se, por exemplo, as redes primárias, para indicar formas específicas de interação entre indivíduos de determinados agrupamentos. Da sociologia destacam-se as redes sociais, para denominar as múltiplas relações tecidas a partir de associações coletivas, entre outras. Na geografia, têm-se as redes urbanas, que indicam níveis de interdependência e de fluxos entre cidades. (LOIOLA; MOURA, 1996, p. 54)

A conceituação de rede, enquanto sistema de laços realimentados, provém da Biologia. Quando os ecologistas das décadas de 1920 e 1930 estudavam as teias alimentares e os ciclos da vida, propuseram que a rede é o único padrão de organização, comum a todos os sistemas vivos. (www.redeospeleo.org)

Portanto, é fácil concluir que o trabalho em rede é algo inerente ao ser humano e acontece desde os primórdios da humanidade, pois homens e mulheres são dependentes do trabalho dos outros homens e outras mulheres e, diante disso, é necessário tecer uma rede de relações para sobrevivência da espécie, uma vez que a história dos homens é de luta pelos direitos, por meio de movimentos sociais.

Pode-se dizer que no Brasil o fenômeno da organização dos movimentos sociais em rede inicia-se nos anos 60, em função da necessidade de articulação dos atores políticos democráticos em luta contra a ditadura, pela democratização e pelos direitos humanos. Contudo, foi somente a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90, a partir inclusive do uso de sistemas pioneiros de comunicação à distância por meio de computador, que a articulação em rede passou a ter uma nova dimensão, uma função explícita e reconhecida e um papel político decisivo na conquista e manutenção dos direitos sociais no país. (www.wwf.org.br)

Conforme ressalta Castells (1999), há muito tempo organizações estabelecem relações entre si para alcançar objetivos comuns, mas, ganharam uma nova vida na chamada Era da Informação, valendo-se das novas tecnologias de informação e comunicação, como a Internet. Nas últimas décadas as organizações passaram a perceber as redes como uma ferramenta organizacional, por isso está muito presente no cotidiano as novas tecnologias de informação e comunicação, como concepção de redes.

A arquitetura das relações em redes e sua emergência na sociedade contemporânea configuram o fazer das vanguardas atuais, no campo da economia, da pesquisa e do conhecimento, dos movimentos sociais e da política. Presente na natureza em todos os tamanhos e com configurações variadas, a morfologia da rede só se tornou visível, óbvia como padrão organizacional, com a evolução social e intelectual rumo à percepção da complexidade e com desenvolvimento das tecnologias da informação. Configurando estruturas abertas, não-circulares, com expansão ilimitada, as redes representam hoje importantes instrumentos de organização,

O informacionalismo, decorrente do crescimento da capacidade humana para o processamento de informações, juntamente com as revoluções nas áreas da genética e da microeletrônica, instituiu o que se denomina atualmente de "sociedade em rede". Uma sociedade caracterizada por redes de informação interligadas, por meio de tecnologias digitais, que utilizam e exploram as possibilidades da comunicação e que resulta num mundo "virtual", possibilitado pela *internet* por encurtar distâncias e facilitar o intercâmbio de informações.

Tanto é assim, que Manuel Castells, cientista social, é uma das referências dos estudos de redes, no campo das Ciências Sociais. O autor analisa a nova configuração da sociedade a partir da difusão do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação. Castells em sua obra "A sociedade em rede" analisa a complexidade da nova economia, sociedade e cultura em formação e, para isso, tem como ponto inicial a revolução da tecnologia da informação²¹. O autor analisa as transformações pelas quais as organizações, constituídas por culturas específicas, estão passando, a partir das novas tecnologias de informação e comunicação. Castells, em sua obra, alerta que é preciso "levar a tecnologia a sério". (CASTELLS, 1999, p. 136)

Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo

²¹ Castells (1999, p. 136), afirma que "Os anos 70 foram, ao mesmo tempo, a época provável do nascimento da revolução da tecnologia da informação e uma linha divisória na evolução do capitalismo".

conflituoso, decidem dar ai seu potencial tecnológico. (CASTELLS, 1999, p. 44-45)

Para o autor, essas tecnologias fornecem hoje a base material para a impregnação em toda a estrutura social de uma “lógica de redes”, o que seria determinante para a emergência mesmo de uma “sociedade em rede”. Portanto, a revolução da tecnologia da informação e também a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede.

Castells defende a tese de que há uma tendência histórica dos processos dominantes na era da informação de se organizar em torno de redes. Trabalha com a idéia de que, embora a organização em rede seja tão antiga quanto a família ou a máfia, houve uma transformação no mundo, que fez com que as redes horizontais se sobrepusessem às velhas estruturas verticais e hierárquicas. “Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação...” (CASTELLS, 1999, p. 566). O autor assim define rede: “Rede é um conjunto de nós interconectados”.

Castells faz uma ampla reflexão sobre a sociedade de informação que vale a pena conhecer, entretanto, não discutirei neste trabalho sobre os avanços tecnológicos, apenas pretendo sinalizar que estes avanços, aliados à globalização da economia, estão também revolucionando os modos de gestão.

Carvalho (2004), também trabalha a concepção de rede e explica que, no passado²², o conceito de rede já era utilizado na gestão dos serviços sociais públicos. “Acompanhava o modelo de gestão da época, ou seja, um modelo centralizado e caracterizado pela hierarquização e padronização na oferta de serviços”. Falava-se, na época, em rede escolar, rede de unidades básicas de saúde, rede hospitalar - todas elas, no geral, subordinadas a uma organização-mãe. A rede era, então, percebida como uma cadeia seqüencial de serviços/produtos similares, tal qual se expressava também na gestão empresarial.

Dentre as inúmeras interpretações para o termo rede, destaco, neste trabalho, as redes intersetoriais.

São aquelas que articulam o conjunto das organizações governamentais, não-governamentais e informais, comunidades, profissionais, serviços, programas sociais, setor privado, bem como as redes setoriais, priorizando o atendimento integral às necessidades dos segmentos vulnerabilizados socialmente. (BOURGUIGNON, 2004, n.p.).

Essa perspectiva, segundo Bourguignon (2004), implica “articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços [...]”

Outra forma da sociedade organizar-se tem sido através de redes de colaboração solidária. Sobre esse assunto, o autor Euclides Mance escreveu a obra “A Revolução das Redes.” Nesta, ele afirma que “organização de redes de colaboração solidária tende a construir uma sociedade alternativa ao

²² A autora não explicita que passado é este, em que ano se situa, porém, percebo que ela refere-se à gestão social anterior à LOAS.

capitalismo, valendo-se dos recursos que nele foram produzidos”. (1999, p. 13).

O autor assim conceitua redes de colaboração solidária:

Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente e, que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos. (MANCE, 1999, p. 24)

O autor defende que, ao consumir produtos das redes solidárias, a pessoa contribui para que o processo produtivo solidário se fortaleça, pois os valores gastos em tal consumo irão realimentar a produção solidária em função do “bem-viver”²³ de todos os integrantes das redes de produtores e consumidores.

Não será aprofundada a questão a respeito da economia solidária²⁴, que é o tema da obra citada, visto não ser o objetivo deste trabalho, mas apenas destacar seu conceito de rede, o qual fala em fortalecimento recíproco ao trocar elementos entre si.

Ao trazer conceitos, definições de alguns autores, tive o intuito de mostrar a importância e o poder que se dá às redes e que muitos sinalizam como uma revolução em diversas formas de organização da sociedade. Têm surgido em todo o mundo inúmeras redes e organizações na esfera da

²³ O bem-viver, por sua vez, é o exercício humano de dispor das mediações materiais, políticas, educativas e informacionais não apenas para satisfazer eticamente necessidades biológicas e culturais de cada um, mas para garantir eticamente, a realização de tudo o que se possa ser concebido e desejado pela liberdade pessoal que não negue a liberdade pública. (MANCE, 1999, p. 17)

²⁴ Para melhor entender o pensamento de Mance ler: MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes:** a colaboração solidária como uma Alternativa pós-capitalista à globalização atual. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

sociedade civil. Redes e organizações feministas, ecológicas, movimentos na área da educação, saúde, moradia e muitos outros na área da economia solidária. A idéia de rede tem aparecido fortemente nas discussões sobre as políticas sociais como uma nova alternativa, ou então uma estratégia moderna de gestão de políticas sociais, com vistas a ampliar os resultados e impacto dessas políticas.

3.2 Redes sociais: além das práticas tradicionais

Todo processo que traz algo de novo exige que os profissionais acompanhem, apreendam e criem estratégias para lidar com esse “novo” processo que desafia não só as instituições, empresas, organizações, poder público, mas, especialmente, os profissionais que com ele vão trabalhar.

Enfrentar esse desafio exige, num primeiro momento, esclarecer o que se entende por rede na área social, especialmente, no contexto da gestão de políticas e programas sociais de combate à violência contra crianças e adolescentes e, mais especificamente, do Programa Sentinela.

O social é composto por vários espaços de relacionamentos pessoal e institucional de diversas naturezas. A rede denota a idéia de fluxo de relacionamentos horizontais, formando elos que se interligam por meio da circulação de informações e de objetivos comuns em um determinado território de ação (município).

Cada instituição social deve ser um elo de ligação e sustentação na teia de relacionamentos. Se os elos forem fortes e trabalharem buscando um mesmo objetivo: combater a violência sexual infanto-juvenil pode-se dizer que as instituições estão dando um passo importante para desenvolver o trabalho em rede e cumprir com a atenção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Apesar do ECA não falar em redes sugere sua presença, quando fala de atenção integral. Assim afirmam Carvalho e Guará:

Trabalhar com a perspectiva de rede é uma necessidade imposta pelos novos parâmetros legais do ECA, se pretende tornar efetiva a idéia de proteção integral a criança e adolescentes, aliada ao princípio de um protagonismo compartilhado entre Estado, Sociedade, Comunidade e Família. (1995, p.37)

Porém, essa proteção impõe, segundo as autoras, dois desafios:

O primeiro desafio diz respeito a como implementar um projeto – que articule ações voltadas para o desenvolvimento e à proteção de crianças e adolescentes. O segundo desafio está intimamente ligado ao primeiro: como fazer uma gestão ousada e competente destas ações que devem ser efetivadas no âmbito municipal. (CARVALHO; GUARÁ, 1995, p. 7)

Colocam-se como desafios porque os profissionais da área social acostumaram-se a trabalhar com políticas setoriais, fragmentadas, não articuladas, que fazem parte da história brasileira, ou seja, um padrão de Estado centralizador que deixou marcas profundas e até hoje influencia os modelos e a execução de programas sociais.

Carvalho e Guará (1995), trazem dois conceitos que se fazem presentes no tratamento da temática “rede”: o conceito tradicional, presente no Estado centralizador e o conceito moderno de gestão de políticas e programas sociais.

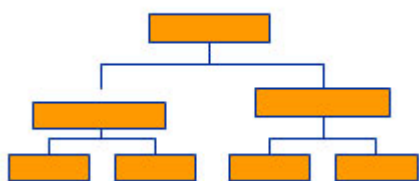
O conceito tradicional, ou o velho conceito de rede, utilizado na administrao pública brasileira, corresponde  perspectiva do modelo de gestão anterior  LOAS, que designava “uma cadeia de serviços similares subordinados em geral a uma organizao-mãe que exercia a gestão de forma centralizada e hierárquica”. (CARVALHO; GUARÁ, 1995, p. 10). A partir dessa perspectiva, o trabalho era feito de forma vertical, dependente, no qual havia um comando único, centralizador, que normatizava e exercia a gestão, subordinando a ele vários serviços e aoes.

Tradicionalmente as políticas públicas básicas (educao, assistência social, saúde, habitao, cultura, lazer, trabalho, etc.) são setoriais e desarticuladas, respondendo a uma gestão com características centralizadoras, hierárquicas, deixando prevalecer práticas na área social que não geram promoo humana. Além disso, percebe-se que cada área da política pública tem uma rede própria de instituioes e/ou serviços sociais. (BOURGUIGNON, 2004, n.p.).

Essas características, citadas por Bourguignon, “configuram uma administrao competitiva e não cooperativa” e tem suas raízes históricas, na administrao pública patrimonialista e burocrática, ou seja, o processo de implementao das políticas governamentais tem uma interferência relevante, em virtude de suas práticas institucionais, que fazem parte da história da Administrao Pública Brasileira.

As ilustrações que seguem ajudam a visualizar a diferença entre o modelo hierarquizado, piramidal e a organização horizontal de uma rede.

Pirâmide



Rede

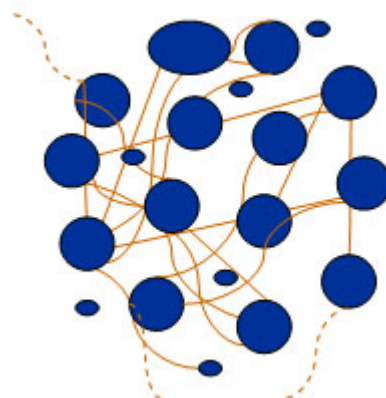


Ilustração 1 - Diferença entre o modelo piramidal e a organização horizontal de uma rede.
Fonte: www.rits.org.br/redes. Acesso outubro de 2005.

Um modelo piramidal corresponde às pessoas ou entidades organizadas em níveis hierárquicos que se superpõem. Cada nível compreende menos integrantes do que o nível que lhe é inferior. A comunicação entre integrantes de diferentes níveis se faz de cima para baixo ou de baixo para cima. Esse modelo imita a estruturação piramidal da riqueza e do poder na sociedade em que vivemos, marcada por uma grande concentração de renda nas mãos de uma pequeníssima parcela da população.

Uma estrutura em rede mostra seus integrantes ligando-se horizontalmente a todos os demais, resultando numa malha de múltiplas conexões, que pode se espalhar para todos os lados, sem que nenhum dos seus elos de ligação possa ser considerado principal ou central, mas complemento um do outro, e como diz Mance (1999) há um “protagonismo compartilhado”.

Ao mostrar o desenho de rede, quero dizer que existe uma proposta para mudar o modelo tradicional, piramidal, mas isso requer que se mude formas de agir e pensar, senão ficaremos apenas no desenho. As conexões, os elos devem se estabelecer pelo intercâmbio de informações. Ao trocar elementos/informações entre si acontece, como sugere Mance (1999), o “fortalecimento recíproco”.

Informação é poder. Nas pirâmides, o poder se concentra e acontece uma competição para subir na pirâmide. Uma das estratégias utilizadas é a do bloqueio de informações, já que estas significam poder. Nas redes, o poder deve se desconcentrar, e as informações devem circular horizontalmente entre as instituições, formando uma rede intersetorial.

Intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas. Para exemplificar, digo que a criança terá um bom desenvolvimento psicossocial se estiver bem alimentada, se tiver uma escola de qualidade, meios de transporte para chegar a essa escola, se tomar os remédios necessários, se tiver uma família, que consiga prover suas necessidades básicas e tratá-la com respeito. É a complementariedade das políticas públicas que permite um atendimento integral às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Esse sentido de complementariedade, proporcionado por uma rede, que desejo trabalhar, de forma que cada programa, projeto, instituição da comunidade, seja um complemento e um elo de ligação no conjunto de serviços sociais protagonizados por diferentes atores: Estado, mercado, comunidade, família e outros.

As redes intersetoriais podem assegurar maior sustentabilidade e legitimidade política à ação ao introduzirem a dimensão da cooperação e da

participação conjunta entre os diferentes atores, em diferentes espaços organizacionais. Cada instituição social tem a possibilidade de ser um elo de ligação e sustentação, por meio de seus conhecimentos, instrumentais técnicos e profissionais.

Portanto, não tem sentido a atuação isolada, fragmentada de cada setor - delegacias, conselhos tutelares, saúde, educação, organizações governamentais e não-governamentais e comunitárias, entre outras. Cada ator social, cada profissional, que faz parte do conjunto de instituições presentes no município, é protagonista no enfrentamento dos problemas apresentados pelas crianças e adolescentes violentados. A desarticulação prejudica o desempenho de todos e dificulta o acesso dos usuários aos direitos legalmente constituídos.

A importância da articulação é enfatizada no Programa Sentinela, quando traz em seu objetivo geral: “Atender, no âmbito da Política de Assistência, através de um conjunto articulado de ações, crianças e adolescentes abusados e/ou explorados sexualmente”. (DIRETRIZES...,2001, n.p.). Nesse sentido, é primordial, para a consolidação do Programa, que as instituições sócio-comunitárias presentes no município tenham como objetivo comum - combater e enfrentar a violência contra crianças e adolescentes – e, diante disso, trabalhar num sentido de complementariedade das ações, com o objetivo de efetivar, de fato, o atendimento integral às crianças e aos adolescentes.

4 PROGRAMA SENTINELA: LIMITES E POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES SÓCIO-COMUNITÁRIAS DE CASCAVEL- PR

O Programa Sentinela passou a ser implantado e implementado em diversos municípios brasileiros no ano de 2001, inclusive na cidade de Cascavel. Nesse município, o Programa é um Centro de Referência com capacidade mensal de atendimento para 50 crianças e adolescentes e operacionaliza suas atividades em caráter diurno. Possuía, em setembro de 2005, uma equipe composta pelos seguintes profissionais: uma psicóloga, uma assistente social; uma coordenadora; um motorista; dois educadores; um responsável pelos serviços gerais, um auxiliar administrativo e um segurança.

Para conhecer um pouco da história do Programa Sentinela de Cascavel foi necessário ouvir as primeiras profissionais, as quais vivenciaram as experiências iniciais do programa, relatando suas ações, as dificuldades enfrentadas, as conquistas realizadas e como se deram os contatos com as instituições sócio-comunitárias no processo de implantação do Programa. Das entrevistas, pode-se apreender uma grande dificuldade dos profissionais em estabelecer o trabalho em rede. Para melhor compreensão dos limites e das possibilidades do Programa Sentinela, procurei desenhar o fluxo de

atendimento do referido Programa junto as instituições sócio-comunitárias do município²⁵ de Cascavel, a partir da descrição da assistente social, da psicóloga e da coordenadora do Programa.

²⁵ A descrição de cada instituição sócio-comunitária presente na ilustração do fluxo de atendimento está contida no APÊNDICE E.

As ilustrações foram feitas a partir de cada tipo de violência que o Programa Sentinela atende, procurando entender qual o fluxo de atendimento

que a criança e o adolescente violentados percorrem dentro da malha de serviços existentes no município de Cascavel.

Os desenhos ilustrados evidenciam fluxos de atendimento bastante limitados, contatos escassos e pouco retorno, sem qualquer característica de rede. O desafio então foi buscar entender os fatores que limitavam o trabalho em rede e dentro destes limites compreender as possibilidades para a construção de um trabalho articulado entre o Programa Sentinela e as instituições sócio-comunitárias presentes no município de Cascavel.

Na primeira entrevista foi possível evidenciar uma questão histórica no Brasil: as práticas institucionais de caráter fragmentado e pontual, as quais trazem grandes dificuldades para se estabelecer um trabalho articulado, revelado na fala²⁶ abaixo.

O sistema de constituição da prefeitura é bastante departamentalizado e setorializado, então ele não trabalha muito articulado. Essa é uma dificuldade, tanto no âmbito municipal, quanto no âmbito estadual houve esta dificuldade.
(B)

As dificuldades enfrentadas pelos profissionais em trabalhar de forma articulada e superar a fragmentação e a setorialização têm raízes históricas associadas à administração pública brasileira. Para compreender essa questão é importante retomar algumas características desse tipo de administração, em especial a patrimonialista.

²⁶ Para melhor identificar e diferenciar, a fala das entrevistadas, será utilizada, neste trabalho, a letra do tipo itálico e tamanho da fonte nº 11. O recuo será de 4 cm da margem esquerda.

A administração pública brasileira tem seu início a partir da independência, em 1822. Neste primeiro momento, instaura-se o modelo patrimonialista, que perdura até o final da década de 1920. Eis algumas características desse tipo de administração:

Típica dos estados pré-capitalistas, a administração patrimonialista, sobreviveu nos regimes democráticos sob a forma de clientelismo e incrustou-se no aparato do Estado. Permeada por práticas clientelistas, a organização da administração pública também é, na maioria dos casos, piramidal e setorializada. Piramidal porque composta de degraus burocráticos com poder concentrado no topo, modelo que, apesar das muitas críticas, tem sobrevivido às reformas administrativas. A prática da setorialização, por sua vez, configura a conhecida divisão em ministérios, secretarias e órgãos detentores de um objeto setorial – saúde, educação, obras, meio-ambiente, assistência social, lazer, cultura, etc. É como se a estrutura do governo fosse uma pirâmide fatiada no sentido horizontal pelos escalões burocráticos e no sentido vertical pela divisão setorial. (INOSOJA, 2005, n.p.).

Nessa perspectiva o poder está concentrado no topo da pirâmide que, além disso, favorece práticas antidemocráticas e a corrupção, aliás, um grande mal que assola nosso país desde os tempos mais remotos. As características que Inosoja descreve continuam presentes na administração atual e, dessa estrutura, resultam políticas públicas que tratam o cidadão e seus problemas de forma fragmentada, com serviços executados de forma desarticulada. Cada instituição trabalha de forma solitária, embora as ações se dirijam ao mesmo usuário e, na maioria das vezes, ocorram no mesmo espaço territorial e meio-ambiente.

Dessa forma, a herança da administração pública brasileira, com padrão centralizador do Estado brasileiro, tem deixado marcas profundas na máquina burocrática, cujas influências são percebidas nas organizações dos programas

sociais, com resquícios de ações setorizadas, centralizadas e hierarquizadas. Esses fatores influenciam a forma de implantar e implementar um programa social. Diante disso é importante evidenciar como se deu esse processo no Programa Sentinela de Cascavel.

Como primeira ação, o referido Programa formou a equipe profissional e então elaborou o Plano de Ação Municipal, embasados no projeto federal, conforme a entrevistada:

O primeiro passo foi formar a equipe. Quando formou o sentinela eu estava fazendo a minha pós, então eu capacitei a equipe, tipo cursinho, como era nossa clientela, como atender”. Dai a gente montou a equipe e elaborou o plano de ação do município, que seriam os atendimentos individuais, as palestras nas escolas e as abordagens de rua. Mas a gente nunca conseguiu por em ação as palestras nas escolas, porque faltava pessoal. O que nós fazíamos era o atendimento individual, as abordagens, o atendimento em grupo isso a gente fazia. (D)

A fala acima denota que a equipe priorizou, em suas ações, o atendimento individual, as abordagens noturnas e os trabalhos em grupo dentro do Programa. As profissionais, desde o início do Programa Sentinela em Cascavel procuraram desenvolver as atividades propostas nas Diretrizes Gerais do Programa, e uma das atividades a serem levadas a termo era o “conhecimento da realidade de vida das crianças e adolescentes”, para detectar necessidades e fazer os devidos encaminhamentos.

A gente começou a fazer um cadastro dessas famílias. Eu saía visitando, muitas vezes junto com a psicóloga, dependendo do caso, porque ela também queria ter conhecimento da família, onde viviam. Pra gente fazer os encaminhamentos, porque lá a gente fazia o atendimento psicológico. (H)

O Programa Sentinela, em seu início (dezembro 2001), foi instalado junto a uma clínica psicológica no município, que prestava atendimento à demanda interna das instituições já existentes, o que ocasionou algumas confusões de definição de papéis. Assim expressa uma entrevistada.

O centro de referência funcionava junto com a clínica, então não era o centro de referência que fazia o atendimento clínico, era a clínica que fazia o atendimento clínico. Quem começou misturar e confundir as coisas foi o centro de referência. (A)

Os profissionais que estavam no início do Programa não tinham este entendimento mais amplo e direcionavam o atendimento sentinela para um atendimento mais clínico. (B)

O que se pode evidenciar no processo de implantação do Programa Sentinela de Cascavel foi o não entendimento, por parte de seus profissionais, de suas reais atribuições e funções para atuação junto ao Programa. A falta de preparo dos profissionais para atender às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual, dificultou as ações dos profissionais. É o que revelam as falas abaixo.

Não, aqui em Cascavel não houve capacitação [...] eu acho que deveria ter capacitação principalmente para suprir nossas necessidades. A gente vê, por exemplo, alguma coisa que não está dando certo, a gente procura saber por que não está dando certo. Por mais que a gente se esforce, por mais que a gente lê, não dá certo ou então tinha que ser diferente. E então sinto falta disto, de uma capacitação. (C)

Nós não tivemos capacitação. Nós tínhamos o que a psicóloga trouxe pra gente. Foi o material vindo de Brasília. Material muito bom, onde a gente teve aproximação, mas treinamento nós não tivemos. (H)

As entrevistadas relatam que, para a implantação do Programa houve um encontro na cidade de Curitiba. Participaram deste: representantes dos municípios interessados em implantar o Programa Sentinela; representantes do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), atualmente Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSCF); a extinta Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), atualmente Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), e também o coordenador nacional do Programa Sentinela. Segundo ainda as entrevistadas, nesse encontro haveria a capacitação dos profissionais para atuarem no Programa Sentinela. Entretanto, os dirigentes do evento limitaram-se a apresentar a proposta oficial do governo federal para o Programa. Assim, o que deveria ter sido, como fora anunciado, um encontro de capacitação, resumiu-se a um encontro para lançamento da proposta governamental em nível estadual. Em decorrência, o encontro em Curitiba frustrou as expectativas dos participantes e não forneceu os subsídios necessários para o desenvolvimento do trabalho junto aos serviços e centros de referência, deixando as profissionais profundamente inseguras com relação à atuação. É o que se observa nas falas a seguir.

Não era uma capacitação. Na verdade era o lançamento do Programa, a explicação de como ele deveria funcionar. (A)

Esta capacitação não deu muitos subsídios, foi uma coisa muito rápida, não deu pra pegar muita coisa sobre o funcionamento do programa. (F)

O pessoal que estava lá (em Curitiba, no Lançamento do Programa) ficou muito preocupado com a proposta. Achando, que era meio complicado o funcionamento, o trabalho de abordagem, o trabalho de prevenção a forma que ia funcionar, porque a coisa estava meio confusa, não estava muito clara. Era colocada de uma forma muito fácil, mas não era muito fácil a questão da abordagem, a questão de você identificar os pontos de exploração e, principalmente a forma de integração do Conselho tutelar com o centro de referência. Como seriam os encaminhamentos. Tinham umas coisas que não estavam muito claras. (A)

A temática sobre violência sexual é complexa e de difícil enfrentamento e isso aliado aos poucos subsídios obtidos pelos profissionais para a intervenção, torna mais difícil a situação na medida em que se percebe que a maioria dos profissionais quando se inserem no Programa, são inexperientes com relação ao fenômeno em questão .

A gente tinha só a experiência de ter trabalhado no Interlagos²⁷, ajudando de forma beneficente mesmo, voluntariamente e a vontade de aprender. (C)

Foi minha primeira experiência com o tema. (H)

Em relação à formação dos profissionais para atuação no Programa, as entrevistas revelam que não tem sido cumprido o objetivos contido nas Diretrizes Gerais de 2001, qual seja: “Garantir a qualificação continuada dos profissionais envolvidos no atendimento social às crianças e jovens vitimadas sexualmente”. O que se observa é que qualquer formação depende do esforço pessoal dos profissionais, que buscam de alguma forma sua capacitação.

²⁷ Interlagos é um bairro, carente economicamente, pertencente ao município de Cascavel.

Quando a gente entrou, eu já tinha lido uns dois livros, mas daí a gente se aprofundou mais ainda dentro da pós-graduação. Eu tive professores que me deram mais instruções, mais livros que daí foi habilitando, capacitando cada vez mais na área da violência. (C)

A situação descrita no relatório do TCU reforça o que atestam as entrevistadas. Afirma o documento que

Não há previsão no Programa de recursos financeiros para a capacitação dos técnicos que atuam no Sentinela. O governo federal e os estaduais não oferecem cursos de capacitação de forma sistemática e específica para os agentes envolvidos na sua execução. (RELATÓRIO..., 2004, n.p.)

A realidade acima exposta levou a não-uniformidade de entendimento dos conceitos, atribuições/funções e finalidades do Programa Sentinela e dificultaram uma ação que permitisse estabelecer elos de ligação, vínculos, conexão, um protagonismo compartilhado como sugere o trabalho em rede. Como buscar então a articulação, se não havia compreensão sobre o seu significado e sua importância? Essa não compreensão é revelada na fala a seguir:

Havia sim uma articulação, mas era tudo muito...essa rede, não era algo claro, como nossa primeira experiência. Acho que depois disso melhorou, não sei, mas como nossa primeira experiência não tínhamos a articulação muito clara, dessa rede. (H)

O trabalho em rede exige comunicação, cooperação, relações horizontais e ações complementares através dos conhecimentos, instrumentais técnicos e atores que percebam a importância de estabelecer um fluxo de relacionamentos. No entanto, não havia clareza da dimensão do trabalho em rede e com isso os profissionais foram descobrindo em suas práticas solitárias uma forma de trabalhar. A fala a seguir revela a omissão da coordenação, em suas três esferas de governo.

A gente não tinha muito contato com outros projetos sentinelas, de como é que estava sendo desenvolvido isto, então a gente meio que as cegas, as escuras, a gente foi tateando aqui ali, pra encontrar uma forma de desenvolver o projeto. (H)

Outra situação sinalizada pelos profissionais refere-se à inexistência de um espaço que possibilitasse a troca de informação, experiências, conhecimento sobre o Programa, como evidencia a fala abaixo.

Deveria haver um congresso do Programa Sentinela, para a gente levar os nossos problemas, nossas expectativas frustradas, e aí a gente saber o que faz. (C)

O Programa Sentinela, embora desenvolvido em diferentes municípios, suas ações não possibilitam a constituição de espaços de integração entre os profissionais, agravando ainda mais as práticas fragmentadas. A ausência de um espaço de interlocução não existe apenas entre os centros e serviços de referência, mas também entre o Programa Sentinela e a coordenação municipal e estadual.

O governo não sabe o que está acontecendo e acreditam naquilo que você está escrevendo ali no papel e, nós também sentimos a necessidade de mostrar o que estamos fazendo, de trocar idéias. Isso não acontece. Eu nunca recebi visita de ninguém do Estado aqui e, nunca ninguém ligou pra mim perguntando como está funcionando o Sentinela. E nos outros municípios é assim também. (F)

O acompanhamento do centro de referência pelas instâncias superiores é feito somente por meio de relatórios. Até o mês de maio de 2005, nenhuma visita de supervisão havia sido realizada no Programa Sentinela de Cascavel, embora seu projeto nacional, contemple essa ação.

As ações do Programa Sentinela serão acompanhadas pelas equipes das secretarias de assistência social estadual e municipal, conforme a condição de gestão, mediante visitas de supervisão, onde serão elaborados relatórios a serem apresentados às instâncias de gestão pública nos níveis indicativo, deliberativo e executivo bem como a SEAS. (DIRETRIZES..., 2001, n.p.)

Assim, o não cumprimento das diretrizes do Programa Sentinela tem limitado o âmbito de suas ações, na medida em que não se tem criado condições para sua operacionalização.

Por outro lado, existe uma grande expectativa em relação ao Programa Sentinela, pela gerência municipal e pelas próprias profissionais executoras. Para explicar o porquê da grande expectativa, saliento que o Programa Sentinela é uma ação dentro do eixo estratégico "Atendimento", definido no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, o qual, além desse eixo, possui mais cinco: Análise da Situação; Mobilização e Articulação; Defesa e Responsabilização; Prevenção e Protagonismo Infanto-

Juvenil. O eixo “Atendimento” tem como objetivo “efetuar e garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e as suas famílias, por profissionais especializados e capacitados”. (PLANO..., 2001, p.15).

Espera-se do Programa Sentinela ações que extrapolam o eixo Atendimento e isto não está claro para a gerência municipal do Programa, que faz a seguinte afirmação:

A própria elaboração deste plano de ação esbarrou em dificuldades, porque o maior foco do programa era a campanha de prevenção, a campanha educativa de conscientização. (A)

Num primeiro momento quando você fala, ah vamos fazer um trabalho de prevenção, vamos visitar os hotéis, os taxistas, vamos fazer um trabalho com os caminhoneiros. Tudo lindo. Só que isso na verdade exige um trabalho de mobilização de estratégia, exige recurso, pessoal e esforços, então você acaba se esbarrando em mil e uma coisas. (A)

As expectativas que a gerência municipal possui em relação ao Programa Sentinela, foram criadas pelo governo estadual no lançamento de sua proposta em Curitiba.

Eu já acho que o Programa mudou muito sua proposta, porque quando eu fui no lançamento, todo o enfoque foi na área da prevenção, sabe isso foi o que mais empolgou a gente, se falou o tempo todo da campanha do trabalho educativo, envolvendo vários segmentos da sociedade se falou extremamente do trabalho educativo, se falou muito do trabalho de rua, da abordagem e tal, isso morreu. Pra mim isso morreu, o trabalho educativo nunca funcionou. O trabalho de campanha de prevenção, nunca funcionaram. (A)

Foi criado apenas um Programa para enfrentar o fenômeno em questão e espera-se que este dê conta dos seis eixos estratégicos contidos no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Ao não conseguirem satisfazer as expectativas os profissionais desenvolvem sentimentos de impotência, descrédito e frustração.

Eu acho assim, que o pessoal do programa também ficou muito frustrado, quando nós fomos para Curitiba eles colocaram como uma coisa imensa, sabe uma coisa enorme como objetivos amplos, né e de repente na prática a coisa ficou muito limitada, muito reduzida. (A)

A questão da campanha, do trabalho educativo, sempre foi uma coisa limitada que sempre frustrou. (B)

...e a gente se sente mesmo assim inútil, muitas vezes, e a gente serviu pra que ? (C)

Eu acho que o pessoal acabou se limitando mais no atendimento imediato, que eram os encaminhamentos do conselho tutelar, o atendimento clínico, o atendimento no centro de referência. (A)

Hoje ele está fazendo um trabalho o atendimento de orientação, encaminhamento e apoio. Existe sim, eu acho, um trabalho tímido pelo que deveria existir na parte de orientação que é um trabalho que é realizado nas escolas, através de palestras, de abordagens educativas. (B)

A abordagem de rua começou quente e morreu, hoje ele tá fazendo o que ele não deveria fazer. Clínica. Então esse é um programa que é só interessante porque ele está fazendo um trabalho clínico, de abuso sexual. (B)

“Eu não acredito no Programa” (B)

Como consequência desse descrédito e frustração, a valorização do trabalho dos profissionais junto aos atendimentos realizados é reduzida. Os limites institucionais não são percebidos como fator preponderante para a qualidade de atuação efetiva dos profissionais. O descrédito é debitado aos profissionais executores, sem levar em consideração o real objetivo do Programa, Atendimento, e as condições objetivas oferecidas ao Programa Sentinela para o alcance real de suas finalidades.

Outra questão que tem dificultado a atuação dos profissionais no Programa é a existência de preconceito, que os próprios profissionais das instituições sócio-comunitárias têm em relação aos adolescentes que sofrem exploração sexual, agravando a situação quando estes são dependentes químicos.

Os usuários do Sentinela, especialmente as vítimas de exploração sexual e dependentes químicos, sofrem preconceito, descaso, falta de vontade por parte da própria rede de serviços sociais. (H)

A pesquisa revela que a falta de preparo dos profissionais, para atender a crianças e adolescentes que sofrem violência, é um fator que leva essa população a sofrer outras formas de violência por parte daqueles que têm por função protegê-la. Esta outra forma de violência que me refiro é o preconceito, que leva a atitudes que ferem o ECA no seu art. 5º, em que diz: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão...”.

Esse princípio é desrespeitado quando se depara com atitudes semelhantes às que se seguem.

Os policiais chegam e pegam essas meninas de qualquer jeito e jogam no camburão e as meninas pegam raiva. (C)

Eu acompanhei duas vezes um adolescente lá, na verdade eu não gostei do que vi, a delegacia agride mais o adolescente do que outros órgãos. (E)

A forma violenta e preconceituosa com que policiais ou outros profissionais das instituições sócio-comunitárias tratam meninos e meninas explorados sexualmente revela a não compreensão das questões sociais, culturais, políticas, econômicas que permeiam a realidade de milhares de crianças e adolescentes “empurradas” para as ruas e, nesse espaço, são exploradas sexualmente ou buscam outras formas de sobrevivência, como a mendicância ou o tráfico de drogas. Os policiais agem respaldados por um poder que o Estado delega, por meio do “monopólio da violência legítima”. (MICHAUD, 2001). A violência de que se utilizam é “uma demonstração de dominação, de coerção, de punição, de poder, dos mais ‘fortes’ sobre os mais ‘fracos’”. (ADORNO, *apud* GUERRA, 2001, p.31). Portanto, utilizam a violência para punir e reprimir aqueles que eles acreditam, de alguma forma, “transgridem” a lei.

Acreditar que crianças e adolescentes que sofrem exploração sexual são transgressores das leis, é fruto de um preconceito que tem raízes profundas na nossa sociedade, visto que esta é uma produção incessante de normas, valores, comportamentos, conceitos, com os quais as pessoas

passam a se identificar e reproduzir. Os preconceitos passam de geração a geração, sem que muitos questionem o fundamento dos valores que recebem e apenas os reproduzem.

O preconceito e a desinformação geram o estigma. Este desqualifica uma pessoa que passa a ser reconhecida pelo aspecto “negativo” que lhe dão.

O estigma é uma marca, um rótulo que se atribui a pessoas com certos atributos que se incluem em determinadas classes ou categorias diversas, porém comuns na perspectiva de desqualificação social. Os rótulos dos estigmas decorrem de preconceitos, ou seja, de idéias pré-concebidas, cristalizadas, consolidadas no pensamento, crenças, expectativas socioindividuais. (RANGEL, 2006, n.p.)

A construção, aceitação e divulgação do preconceito e do estigma já são, em si, processos violentos, que geram violência. Os adolescentes que sofrem estigma nas instituições que deveriam acolher e proteger são mais uma vez desrespeitados. Esse fato gera uma outra conseqüência, a rejeição dos adolescentes pelas instituições de atendimento.

As adolescentes participam mais dos projetos que realizamos dentro do programa, porque elas não se sentem à vontade nas instituições que nós encaminhamos. (D)

Por serem desrespeitados, estigmatizados, os adolescentes não podem sentir-se à vontade nos programas e serviços que o município oferece. Como disse a entrevistada anteriormente citada, “pegam raiva” e isso gera isolamento e mais exclusão, diminuindo as chances de uma vida melhor e favorecendo situações como a que segue.

Quando nós fazíamos visita na casa das adolescentes que passavam a noite na rua, vendendo o corpo; essa menina muitas vezes é o arrimo da família, então quando nós chegávamos em casa pra falar com a mãe, a gente fazia um convite na verdade. Todo mundo ficava assim com um pé atrás, porque não se aceitava, porque aquela era a única maneira de se manter” (H).

Muitas famílias vivem da exploração sexual de seus filhos. Esse é um retrato das desigualdades sociais presentes na sociedade capitalista, decorrente, nas últimas décadas no Brasil, de um processo de empobrecimento provocado por várias crises. Esse fato aliado ao precário e incipiente sistema de proteção social resulta na violência estrutural, levando muitas famílias a situações de fome, desemprego, vulnerabilizando-as socialmente. Às crianças dessas famílias, Azevedo e Guerra (1989) chamam de crianças de *alto-risco*, porque têm uma grande probabilidade de terem seus direitos humanos violados. Se o sistema social não propicia a essas famílias condições básicas de sobrevivência, proporciona situações de vulnerabilidade como a exploração sexual infanto-juvenil. Crianças e adolescentes são impelidos, pela situação de pobreza, a buscarem seu sustento com a venda do corpo. Portanto, a problemática tem nuances culturais, sociais, econômicas, éticas e políticas que envolvem não só a criança ou adolescente, os quais carregarão o estigma e as conseqüências dessa violência por toda sua vida, mas envolvem também aliciadores, clientes e agenciadores, que se unem por uma rede de silêncio, conivência, omissão, impunidade e violência, sustentada pelo lucro e pela busca do prazer. A fala seguinte mostra que ainda persiste a cultura machista

de achar que o corpo da mulher é propriedade do homem e serve para lhe dar prazer.

Nós sabíamos de casos em que os empresários fechavam uma fazenda, pegavam o carro, recolhiam as meninas e levavam até a fazenda pra se divertir. Então era muito difícil o trabalho por conta disso, nós estávamos batendo de frente com alguém desconhecido e poderoso. (H)

A rede de exploração sexual infanto-juvenil é muito mais forte e organizada que a rede de proteção. A CPI da Prostituição Infantil Paraná realizada em Foz do Iguaçu nos anos noventa revelou que a rede de exploração é composta por agências de viagens, de modelos, restaurantes, danceterias, hotéis, motéis, taxistas, traficantes de crianças e adolescentes, etc, que agem impunemente, aliciando-os para o turismo sexual e tráfico de meninas para outros países. A rede de exploração se fortalece porque se beneficia da omissão das autoridades e da falta de punição. A CPMI de 2003 revelou que a rede de proteção e a rede de exploração estão muito próximas, pois alguns personagens transitam livremente pelas duas redes, porque estão entre os exploradores: políticos, empresários, magistrados, líderes religiosos e tantos outros que deveriam proteger, mas que se utilizam da fragilidade social e econômica em que se encontram inúmeras crianças e adolescentes, colocando-os em condições vulneráveis para a exploração sexual.

A complexidade do problema mostra mais uma vez a necessidade do estabelecimento de um trabalho articulado entre as diversas instituições que trabalham com crianças e adolescentes em situação de violência. No entanto, o desenho do fluxo de atendimentos descrito pelas executoras do Programa mostra que não existem ações integradas. Existe apenas encaminhamento de

casos, sem uma intervenção integral e integrada, o que não significa articulação, como relata a entrevistada:

Com conselho tutelar, existe o diálogo via telefone. A gente discute muitos casos por telefone. O nosso problema é de informação, o repasse dos encaminhamentos. Eles não repassam mesmo. O conselho tutelar, não tem esse hábito de ficar informando pra nós o que aconteceu com o caso. Se nós informamos uma situação que não estamos dando conta da situação e a gente vê que a criança, mesmo sendo atendida aqui, continua em situação de risco, nós informamos e sabemos que o conselho tutelar vai tomar o procedimento. Mas que procedimento e o que aconteceu depois nós não ficamos sabendo. A gente fica sabendo a partir do momento que a gente pega o telefone, e liga, questiona o conselheiro. (F)

Ao buscar estabelecer um contato, trocar informações, as profissionais do Programa Sentinela defrontam-se com atitudes individualistas e competitivas por parte dos profissionais das instituições sócio-comunitárias.

Quem essa assistentezinha social pensa que ela é, quem essa psicologazinha acha que é.(E)

É preciso muitos melindres para não ferir o orgulho, pra gente conseguir alguma coisa. (E)

Com a educação não! A educação eles entendem que são eles, é aquele negócio... a educação, a gente.. ih é muito difícil a gente conseguir qualquer coisa da educação é difícil, então a rede, ela rompe, abre aquela tela da rede ali, na educação. A educação é muito centralizadora nela só ela e é ela. (C)

Na verdade a gente queria que houvesse maior parceria das outras secretarias, que a gente não teve. A gente tentou ter um médico só pra atender essas meninas, porque havia crianças que eram bem tratadas, quando iam no posto e outras eram maltratadas, então a gente queria e tentou conseguir um médico específico. Não que ele trabalhasse no sentinela, mas ele seria uma referência nossa, para encaminhar. Então a gente ia capacitar esse médico, não na área dele, na nossa e a gente não conseguiu isso. (D)

A dificuldade é com a questão da parceria principalmente com a educação e com a saúde. (B)

Só passa na frente se tem alguém lá dentro que a gente tem conhecimento. (E)

As falas demonstram que a falta de compreensão das atribuições e funções do Programa Sentinela leva as instituições sócio-comunitárias a percebê-lo como um “invasor”. Não se percebe que cada instituição é um elo/complemento no conjunto de relações sociais protagonizados por diferentes atores. Quando as profissionais do Programa Sentinela procuram contato, trocar informações é como se ferisse o orgulho dos outros profissionais. Não se privilegia a relação profissional, de instituições, mas de amizade, de conhecimento e, com isto permanece nas relações institucionais as características de um modelo patrimonialista, piramidal e nas pirâmides a relação não é de cooperação, mas sim de competição.

A competitividade entre indivíduos é algo muito estimulado na sociedade capitalista, visto que os trabalhadores precisam disputar um emprego, a melhor performance, um salário melhor, enfim, é a luta para garantir seu espaço profissional, seu sustento. Em todos os espaços

profissionais, sociais, os seres humanos competem por algo que julgam ser imprescindível para suas vidas. No entanto, a competição torna-se um empecilho para o trabalho em rede quando esta ocorre nos moldes do que a autora Maria da Graça Turck, chama de “competição destrutiva”.

O ‘ser mais’ implica a diminuição do ‘outro’ para ser reconhecido como único detentor de um conhecimento específico. Esse sentimento, entre as pessoas, cria um espaço de disputa interna, destruindo a possibilidade da solidariedade e da construção de uma práxis, a partir do compartilhamento dos conhecimentos. (TURCK, 2002, p. 29)

O sentimento de “ser mais” fragiliza e limita significativamente o trabalho em rede, visto que o conhecimento não é compartilhado, mas centralizado. Não há abertura para o diálogo. A busca de um trabalho articulado, pelo Programa Sentinela, é compreendido pelas instituições sócio-comunitárias como “cobrança”, “vigilância”, “controle”, o que tem fragilizado o fluxo das relações institucionais.

A sociedade capitalista “cada vez mais tem estimulado a segregação das pessoas, levando-as, muitas vezes, a ações individualistas e particularizadas [...]” (UDE, 2002, p. 129). Para o autor, as pessoas buscam alternativas individuais para problemas coletivos, como, construir condomínios fechados, contratar segurança privada para a própria segurança, ao invés de discutirem coletivamente as condições que estão produzindo a violência e a insegurança na sociedade. Isso acontece porque “não aprendemos a construir juntos um projeto coletivo de sociedade”, (UDE, 2003, p. 128). Diante disso, o autor afirma que as pessoas têm dificuldades em construir elos com outras

pessoas ou instituições e, quando desejam compartilhar idéias, não encontram espaços de expressão e de comunicação.

Diante das questões colocadas, foi possível perceber que existe um movimento contrário à construção de redes sociais, visto que o fluxo de relacionamento das instituições sócio-comunitárias apresenta-se desarticulado, escasso e frágil, prevalecendo apenas o fluxo de encaminhamentos.

Diversas situações reveladas pela pesquisa, como a herança da administração pública brasileira, o individualismo e a competitividade presentes na sociedade capitalista de corte neoliberal, o preconceito em relação a jovens explorados sexualmente, a falta de capacitação dos diversos profissionais que trabalham com a temática violência contra crianças e adolescentes, contribuem para que cada vez mais os profissionais afastem-se da possibilidade de um trabalho articulado.

Segundo Faleiros (2002, p. 25), “a rede é uma articulação de atores [...] em torno de uma questão ao mesmo tempo política, social, profundamente complexa e processualmente dialética.” Devido a esse fato, deve ser pensada coletivamente, superando o sentimento da “impotência diante da estrutura e da onipotência da crença de tudo poder mudar”. (FALEIROS, 2002, p.25).

Compartilhar experiências, apreender a realidade social, ressignificar as relações, sentimentos, torna-se condição para o redimensionamento das relações de poder, do individualismo, da vaidade, do orgulho e do sentimento de onipotência e de impotência. Por isso é preciso vencer as resistências pessoais e institucionais para mudar rotinas e ações cristalizadas e isso exige, inicialmente, dos diferentes atores a compreensão do significado e da importância do trabalho em rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade vem ampliando conhecimentos e evoluindo nas discussões sobre a violência infanto-juvenil. Prova disso é a recente lei que proíbe a punição corporal de crianças e adolescentes.

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) aprovou, em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 2654/03, que proíbe qualquer forma de castigo físico em crianças e adolescentes. O projeto será agora encaminhado ao Senado, sem necessidade de ser votado pelo Plenário da Câmara. ([www. Ultimainstancia.uol.com.br/noticias](http://www.Ultimainstancia.uol.com.br/noticias))

A notícia acima mostra que a sociedade vem se preocupando com o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, mas não basta apenas a lei, é preciso mudar a cultura de que o castigo físico imposto a uma criança é um recurso pedagógico, e trabalhar de forma a garantir seus direitos fundamentais para seu desenvolvimento integral. O princípio da proteção integral exige entre outras coisas, a articulação entre as diversas instituições sócio-comunitárias que trabalham com crianças e adolescentes.

Quando se trata de articulação o seu significado remete à noção de rede. Termo este, utilizado em diversas áreas do conhecimento e, primordialmente, indicado para o desenvolvimento de um trabalho que contemple a complexa vida do ser humano. Trabalhar em rede é uma condição humana, visto que necessitamos do trabalho um do outro para a sobrevivência da espécie. No entanto, a pesquisa mostrou que a rede tem sido mais uma expectativa ou mais um discurso proferido por inúmeros profissionais, do que de fato um projeto em execução, em se tratando de gestão social.

A estrutura piramidal ainda está muito presente nas instituições sócio-comunitárias e isso me fez crer que, para a construção do trabalho em rede torna-se imprescindível identificar pessoas com o papel específico de facilitar o processo de formação de rede.

Os facilitadores devem ser capacitados para a função e para exercê-la é preciso profissionais que se disponham a enfrentar o desafio de formar uma

rede. Os facilitadores podem ser gestores da assistência social, profissionais do Programa Sentinela, conselheiros tutelares, a gerência municipal do Programa Sentinela e conselheiros de direitos. O CMDCA é um espaço político importante de discussão da rede e deve ser protagonista na construção da intersetorialidade.

A função do facilitador requer competência teórico-técnica, compromisso político e acreditar que o trabalho de forma articulada é condição para superação de práticas pontuais e ineficientes no atendimento à criança e ao adolescente em situação de violência. Outro requisito para os facilitadores da rede é possuírem a capacidade de negociação e trabalharem de forma democrática e participativa, compartilhando decisões.

Para que os facilitadores implementem o projeto de formação de rede articulada, é fundamental o estabelecimento um canal de comunicação entre as diferentes instituições que trabalham com crianças e adolescentes que sofrem violência. A comunicação, o diálogo, são instrumentos de interlocução e negociação imprescindíveis para o processo de construção de uma rede articulada.

As incontáveis horas de estudo e a reflexão que esta pesquisa me proporcionou, além da experiência profissional foi possível concluir que o canal de comunicação que me refiro, pode ser viabilizado por meio de um fórum, o qual denomino de: Fórum Municipal de Articulação das Instituições Sócio-Comunitárias (FMAISC).

O FMAISC deve ter os seguintes objetivos: permitir que os profissionais das instituições que trabalham com crianças e adolescentes compreendam a importância e o significado do trabalho em rede; fortalecer relações

democráticas, participativas e integradas; propiciar um intercâmbio de comunicação entre as diferentes instituições que trabalham com crianças e adolescentes que sofrem violência; capacitar os profissionais para que compreendam e saibam trabalhar de forma competente as questões que envolvem a violência contra a criança e o adolescente.

No FMAISC, os profissionais das diversas instituições devem reunir-se periodicamente para tratar de questões relacionadas à formação de uma rede articulada para atender crianças e adolescentes que sofrem violência. Inicialmente, os profissionais orientados pelos facilitadores devem expor qual seu entendimento de rede e o que isso significa em seus espaços profissionais. De posse desse conhecimento, devem fazer um exercício de reflexão sobre as concepções que surgirem e a partir disso, construir coletivamente um conceito comum do que é o trabalho em rede, para assim usar a mesma linguagem.

Importa também que os facilitadores oportunizem momentos nos quais cada instituição sócio-comunitária exponha seus objetivos, metodologia de trabalho e fale de suas necessidades, dificuldades e possibilidades para operacionalizar o conceito de rede a que se chegou coletivamente. O objetivo do exercício de reflexão e ação é conhecer o espaço de trabalho do outro, fazendo com que os profissionais percebam que a rede é uma divisão de tarefas e cada instituição é o complemento uma da outra, e também que a articulação tem a possibilidade de potencializar ações e recursos, evitando esforços isolados ou então em duplicidade.

O FMAISC deve constituir-se em uma instância mobilizadora das forças sociais presentes no município, as quais devem transpor suas áreas específicas (educação, saúde, assistência social etc) e buscar um trabalho

integrado e intersetorial. O fórum deve ser um momento em que os atores sociais discutam os limites e, principalmente, as possibilidades de um trabalho integrado para aproximarem-se cada vez mais do atendimento integral às crianças e aos adolescentes violentados.

Uma rede articulada depende, necessariamente, de um processo de persistência, de interação, discussão e construção coletiva visando a identificação de propósitos e objetivos comuns que justifiquem a sua existência. Quanto mais a rede for coesa e dotada de um propósito claro, mais preparada ela estará para lidar com eventuais problemas de relacionamento entre seus integrantes. No entanto, isso não é suficiente para sustentar uma rede. É preciso também que os participantes compartilhem valores.

Rede pressupõe uma diversidade de valores, mas estes devem ter como princípio o respeito aos direitos legalmente constituídos da população infanto-juvenil. Diante disso, é necessário um exercício de reflexão e qualificação continuada dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes que vêm, cotidianamente, seus direitos desrespeitados. Uma equipe técnica qualificada possui mais possibilidades de diagnosticar demandas, elaborar planos, programas e projetos e executá-los de forma competente. É preciso investir em pessoas. São elas que provocam as mudanças.

Os profissionais que participam de uma rede não deixam de ter identidade própria e autonomia para suas decisões dentro e fora da rede. A diversidade de talentos e experiências deve ser um ingrediente que impulsiona a rede. É preciso chegar a um equilíbrio entre a autonomia de cada participante da rede e a ação conjunta e cooperativa que a rede exige. Cada ator social é

protagonista no enfrentamento da violência infanto-juvenil e a rede potencializa as forças individuais por meio de ações conjuntas.

As questões colocadas até o momento mostram que é preciso não só mudar atitudes, mas especialmente a forma de pensar, e isso requer um trabalho árduo e de muita persistência por parte daqueles que vão trabalhar como facilitadores da articulação, porque vão defrontar-se com atitudes de resistência, e com a relação de poder muito presente nos espaços profissionais.

O processo de investigação e reflexão me faz acreditar que os desafios podem ser superados a partir do momento em que Estado, sociedade e sujeitos sociais, que projetam e executam as políticas e programas sociais, perceberem que ações isoladas, individuais, prejudicam o desempenho de todos e dificulta o acesso de crianças e adolescentes aos direitos legalmente constituídos. Esses atores sociais têm uma responsabilidade a ser compartilhada: proteger e atender de forma integral crianças e adolescentes violentados. A formação de redes articuladas é um fator preponderante para criar uma nova cultura na gestão social e com isso construir uma nova história para contar futuramente. Uma história de respeito e proteção integral às crianças que sofrem cotidianamente todos os tipos de violência.

A idéia de rede é um convite para que os profissionais da área social aprendam algo novo e aceitem o desafio de dilatar fronteiras do personalismo e do corporativismo. Portanto, um dos maiores desafios das redes – senão o maior – é a mudança cultural que elas exigem. A constituição de redes articuladas de políticas sociais, assim como quaisquer outras formas de acessar e garantir direitos, é um processo em construção e como diz Paulo

Freire, “o caminho se faz caminhando” e a vontade política e a persistência são ingredientes que não devem faltar para aqueles que acreditam que é o ser humano que faz e muda sua história.

REFERENCIAS

AMARAL, Viviane. **Desafios do trabalho em rede**. Disponível em: <<http://www.rits.org.br/redes>>. Acesso em: 10 fev. 2005.

ANDRADE, Ivanize. **Exploração sexual infanto-juvenil**. Disponível em: <http://.caminhos.ufms.br/reportagens/>. Acesso, em: 07 jan. 2005

ANDERSEN, Costa Esping. **O futuro do Welfare State na nova ordem mundial**. Revista Lua Nova, nº 35, São Paulo: CEDEC, 1995.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N.de Azevedo. **Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada**, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. Maria Amélia Azevedo e Viviane N. de Azevedo Guerra (orgs). São Paulo: Iglu; , 1989.

_____. **Pele de asno não é só história...: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças a adolescentes em família**. São Paulo: Roca, 1988.

BARROS, Mari Nilza Ferrari de; SUGUIHIRO, Vera Lúcia Tieko. A interdisciplinaridade como instrumento de inclusão social: desvelando realidades violentas: **Revista textos & contextos**. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/textos>>. Acesso em: 03 out. 2004

BATISTA, Alfredo. Reforma do Estado: uma prática histórica de controle social. In **Serviço Social e Sociedade**, n.61, São Paulo: Cortez, 1999.

BENJAMIN, Rafael. **Governo Lula: decifrando o enigma/** (coordenação Emir Sader; com a participação de César Benjamin, Laura Tavares Soares, Rafael Gentili). – São Paulo: Viramundo, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27. Ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei 8.069 de 13/07/90.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**. 2. ed. Brasília: SEDH/DCA, 2001.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Concepção de Rede Intersectorial**. PUC/SP. Setembro-2001. Disponível em: <<http://www.uepg.br>>. Acesso em: 21 jul. 2004.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida – Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix/Amaná-Key, 2001.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos**. Disponível em: <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em: 16 jun 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; GUARÁ, Isa Maria Ferreira da Rosa. **Gestão Municipal dos Serviços de Atenção à Criança e ao Adolescente**/. São Paulo: IEE PUCSP / CBIA, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CECRIA.- Centro de Referência, Estudos e Ações sobre crianças e adolescentes -**Fundamentos e políticas contra e exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes**. Relatório de Estudo, Brasília, 1997.

DIRETRIZES GERAIS. **Programa Sentinela**. Brasília, MPAS/SEAS, 2001.

DRAIBE, Sonia Miriam. Uma Nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. **São Paulo em perspectiva – Revistada Fundação SEADE**, vol.11, n.4, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. (coord.) A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In. **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. (Relatório Final da Oficina) CECRIA, - Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes.1998.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. A cidadania da infância e da adolescência: Da situação irregular a proteção integral. In. **Políticas Públicas**. Alysso Carvalho et al (Org). Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex, 2002.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 4. ed. Revista e ampliada - São Paulo: Cortez, 2001.

GUIA ESCOLAR: **Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**/Benedito Rodrigues dos Santos. Et al., Rita Ippolito: coordenação técnica 2ª ed. Ver. E atual. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004, p.163.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

INOSOJA, Rose Marie. **Gestão social governamental: os novos paradigmas do setor público**. Disponível em: <<http://www.sesirs.org.br/conferencia/papers/inosoja>>. Acesso em: 10 abr 2005.

REIS, José Roberto Tozoni; In LANE, Silvia, T. M; CODO, Wanderley. (Orgs). Família, emoção e ideologia. In. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEAL, Maria Lúcia Pinto; CESAR, Maria Auxiliadora (Org.) Violência Intra-familiar: um estudo preliminar. In. **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**.(Relatório Final da Oficina) CECRIA, - Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes.1998

LEAL, Maria.Lúcia Pinto. **A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe** (Relatório Final – Brasil). Brasília: CECRIA, IN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

LOIOLA, Elizabeth; MOURA, Suzana. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In FISCHER, Tânia (org). **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

MALTA, Silvia. **Violência na família: uma matriz da violência na sociedade**. Estado de Alagoas, 2002.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTELETO, 2001, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf> >. Acesso em: 17 jan 2005.

MICHAUD, Yves. **A violência**. Tradução de L. Garcia. 1ª edição. 2ª impressão. São Paulo: Ática. 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. "A violência na adolescência: Um problema de saúde pública". IN: **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: 6 (3), jul-set/1990.

_____. "A violência social sob a perspectiva da saúde pública". IN: **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: 10 (supl. 1), 1994.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortes, 2002.

PASSETI, Edson. **Violentados - crianças, adolescentes e justiça**. 2. ed. São Paulo: Imaginário, 1995.

PASTORINI, Alejandra. **Ações sociais focalizadas e solidárias como substituto das políticas sociais universais no contexto neoliberal**. Disponível em: <<http://www.ess.ufrj.br/>> Acesso em 29 jun. 2005.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

RANGEL, Mary. **A violência do estigma e do preconceito à luz da representação social**. Disponível em: <http://www.arco-iris.org.br/_prt/dicas/arquivos/052004-02.doc>. Acesso em: 24 de out. 2006.

RELATÓRIO Colóquio Nacional sobre redes de Atenção às Crianças, Adolescentes e às Famílias em situação de violência sexual. MDSCF, OIT, e CECRIA. 2003.

RELATÓRIO TCU.(Tribunal de Contas da União) **Relatório de Auditoria**. 2004.

RIBEIRO, Márcia Aparecida; et al. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares.** Cad. Saúde Pública. ISSN 0102-311X v.20 n.2. Rio de Janeiro mar./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 07 set. 2004.

RIZZINI, Irene. **Educação para a Cidadania e para o Trabalho uma Leitura com viés Histórico.** USU - Universidade Santa Úrsula. CESPI – Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a infância. Disponível em:<<http://www.usu.br/cespi/prec.htm>>. Acesso em: 06 set. 2004.

SADER, Emir. **Governo Lula: decifrando o enigma/** (coordenação Emir Sader; com a participação de César Benjamin, Laura Tavares Soares, Rafael Gentili). – São Paulo: Viramundo, 2004.

SANTOS, Joselino Vieira. Da Senzala à internet: A violência sexual contra crianças e adolescentes. IN: **A exploração sexual de crianças e adolescentes: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais/** Renata Maria Coimbra Libório, Sônia M. Gomes Sousa, (orgs) – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2004.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SOARES, Laura Tavares R. **O desastre social.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Projeto de Análise da Conjuntura Brasileira.** Disponível em: <<http://www.outrobrasil.net>>. Acesso em: 23 maio 2005.

SOUZA, Marli Palma. Crianças e adolescentes: absoluta prioridade? In: **Revista Katálisis/**Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico. Departamento de Serviço Social.-nº (1 junho 1997) – Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SPRANDEL, Márcia Anita. **A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na legislação brasileira – lacunas e recomendações.** Estudo Legislativo.OIT. Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC. Março. 2002.

TURCK, Maria da Graça Mauer Gomes. **Rede Interna e Rede Social: o desafio permanente na teia das relações sociais**. 2. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

UDE, Walter. Redes Sociais: Possibilidade metodológica para uma prática inclusiva. In. **Políticas Públicas**. Alysson Carvalho et al, (Org). Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex, 2002.

YASBECK, Maria Carmelita. **Classe Subalterna e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2003.

Páginas consultadas na internet

<http://www.senado.gov.br/web/senador/PatriciaSaboyaGomes/ca/cpmi/oquee.htm>
Acesso em: maio 2005

<http://www.forum.direitos.org.br>. Acesso em: maio 2005

<http://www.redeospeleo.org>. Acesso em: jun 2004

<http://www.pastoraldomenomacional.hpg.ig.com.br>. Acesso em: jul. 2005

<http://www.abrapia.org.br>. Acesso em: 23 jul. 2005

<http://www.crami.org.br>. Acesso em: 23 jul. 2005

<http://www.cecria.org.br> Acesso em: 23 jul. 2005

<http://www.cedeca.org.br>, Acesso em: 25 ago. 2005

<http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 25 jul. 2005

<http://www.ciranda.org.br> . Acesso em: 23 jul. 2005

<http://www.violenciasexual.orb.br>. Acesso em: 13 maio 2005

<http://www.presidencia.gov.br/sedh/> - Acesso em: 13 maio 2005

<http://www.wwf.org.br>. Acesso em: 14 dez. 2004

<http://www.ultimainstancia.uol.com.br/noticias> Acesso em: 15 jan. 2006

<http://www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 22 dez. 2005

<http://www.mnmnr.org.br>. Acesso em: 23 jul. 2005

<http://www.forumdca.org.br>. Acesso em: ago. 2005

<http://www.rits.org.br>. Acesso em: 14 out. 2005

APÊNDICES

APÊNDICE A – Profissionais entrevistadas do Programa Sentinela que integram ou integraram a equipe executora do Programa

Entrevistada	Formação profissional	Função	Período de atuação	Data e local da entrevista
A	Assistente social	Assessora técnica dos conselhos municipais e da Secretaria de Ação Social	Outubro/1999 a maio /2005	Outubro de 2004 Prefeitura Municipal
B	Assistente social	Gerente da área da criança e adolescente do município ²⁸	Janeiro/2002 a dezembro/ 2004	Outubro de 2004 Prefeitura Municipal
C	Administração de empresas	coordenadora	Maio / 2002 a dezembro/ 2004	Dezembro de 2004 Programa Sentinela
D	Psicóloga	primeira psicóloga do Programa Sentinela - Cascavel	Dezembro/2001 a setembro/2002 e fevereiro/2005 até os dias atuais	Março de 2005 Programa Sentinela

²⁸ Esta denominação foi alterada com o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em janeiro de 2005, para Gerência da Área de Proteção Social Especial.

E	Assistente social	Assistente social	Maio/2003 a março/2005.	março de 2005. Programa Sentinela
F	Pedagogia	coordenadora	Janeiro/2005 até os dias atuais	março de 2005. Programa Sentinela
G	Psicóloga	psicóloga	Junho/ 2003 a Agosto/2005	março de 2005. Programa Sentinela
H	Assistente social	Primeira assistente social do Programa Sentinela-Cascavel	Dezembro/2001 a maio/2002.	Junho de 2005 Residência da pesquisadora

APÊNDICE B– Roteiro de entrevista utilizado com a assessora técnica dos conselhos municipais e da Secretaria de Ação Social de Cascavel e com a Gerente da área da criança e adolescente do município de Cascavel. Ambas participaram da implantação do Programa Sentinela no município de Cascavel

1- Como foi o processo de implantação e implementação do Programa Sentinela na cidade de Cascavel?

2- Justifique a importância do programa na cidade de Cascavel.

3- Como foi a reunião de Lançamento do Programa em Curitiba?

4-Como foi formada a equipe de profissionais? Houve capacitação e quais os critérios para a contratação dos profissionais.

5-A política de atendimento inicial, suas diretrizes gerais, os objetivos do Programa que iniciou em 2001, mantém o formato original até a data presente?

6- Quais foram as primeiras ações do Programa Sentinela no Município?

7-Descreva as possibilidades e as dificuldades enfrentadas pela equipe.

8- No trabalho desenvolvido, a equipe percebe e consegue trabalhar com a rede?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista utilizado com a coordenadora do Programa Sentinela de Cascavel, no período de 2002 a janeiro de 2005.

- 1- Qual sua formação profissional? E como foi sua inserção no Programa?
- 3- Quando você entrou no Programa qual era sua experiência com a temática Violência sexual infanto-juvenil?
- 4- O que você entende por violência?
- 5- Quais são as suas atribuições dentro do programa?
- 6- A equipe teve alguma capacitação para o trabalho do programa sentinela?
- 7- De onde vem os recursos para manter o Programa?
- 8- Os recursos materiais, tanto federal quanto municipal, atendem à necessidade do programa Sentinela no município?
- 9- Quais os profissionais que fazem parte da equipe?
- 10- Qual o número de crianças e adolescentes que vocês atendem?
- 11- Quais os tipos de violência que o programa atende e qual a prioridade?
- 12- Qual sua concepção de trabalho em rede?
- 13- Quais as instituições existentes do município que atendem crianças em situação de violência?
- 14- Estas instituições estão articuladas com o trabalho do programa sentinela?
- 15- Qual é o papel do programa Sentinela dentro da rede de serviços?
- 16- Quais as estratégias que a equipe utiliza para mobilizar a rede?
- 17- Quais atividades o centro de referência desenvolve de forma articulada com outras entidades?
- 18- Como você avalia o trabalho em rede do programa Sentinela com outras instituições?
- 19- Quais as principais atividades desenvolvidas pelo Programa?
- 20- Como você avalia o trabalho preventivo/educativo do programa sentinela de Cascavel?
- 21- Como é desenvolvido o trabalho com as famílias das crianças e adolescentes?
- 22- Qual a maior dificuldade encontrada no trabalho com a família?
- 23- Vocês oferecem algum tipo de auxílio material às famílias?
- 24- Como acontece a articulação com a coordenação estadual, federal do programa?

25-Como acontece o acompanhamento estadual e federal junto ao Programa Sentinela?

26-Como se relaciona a proposta federal com a proposta local, é possível desenvolver no município o que está nas diretrizes gerais, desenvolvida pelo governo federal?

27-Faça uma avaliação do programa, quais os pontos positivos e em pontos ele deveria melhorar?

28 Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela equipe?

29-Como se dá o trabalho interdisciplinar dentro do Programa?

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista, utilizado com as primeiras profissionais do Programa. Assunto: Implantação e implementação do Programa Sentinela de Cascavel.

1-Como ocorreu sua inserção no programa? Você tinha alguma experiência ou aproximação com o tema?

2-Como se deu o processo de implantação do Programa Sentinela na cidade de Cascavel?

3- Quais foram as primeiras ações do Programa Sentinela no Município?

4-Justifique a importância do programa para o município.

5-A política de atendimento inicial, suas diretrizes gerais, os objetivos do Programa que iniciou em 2001, mantém o formato original até a data presente?

6-Como os usuários e as instituições sociais receberam o programa?

7-Como o Programa Sentinela buscou a articulação com os demais serviços sociais?

8- Qual o maior parceiro do programa?

9-É possível trabalhar em rede?

10- Descreva as possibilidades e as dificuldades enfrentadas pela equipe no início do Programa e nos dias atuais

APÊNDICE E - Relação e descrição dos objetivos das Instituições sócio-comunitárias de Cascavel, que trabalham com crianças e adolescentes e suas famílias.

1) Programa de proteção à criança e Adolescente em abrigos – Este é desenvolvido através de quatro projetos:

a) Famílias acolhedoras - Destina-se crianças e adolescentes na faixa etária de 03 a 17 anos, em situação de risco por abandono, negligência e maus tratos. São famílias que acolhem estas crianças, proporcionando-lhes o direito a convivência familiar e comunitária, buscando o retorno à convivência familiar natural ou a inserção em família substituta.

b) casas lares - Atende crianças e adolescentes de 00 a 17 anos, em situação de violência, maus tratos e negligência. Oportuniza, através de um modelo de ambiente familiar estruturado, afetividade, respeito e aceitação que permitirá desencadear um processo educativo, direcionado ao desenvolvimento de sua autonomia pessoal e de sua consciência crítica.

c) casa de passagem masculina e feminina – abrigo de permanência breve, que acolhe crianças ou adolescentes em situação emergencial sob supervisão de monitores.

e) casa república – Abrigo de permanência continuada, onde o adolescente impossibilitado de retornar a família é supervisionado e acompanhado por monitores procurando promover sua integração social e comunitária.

2) Apoio sócio-educativo – Este é desenvolvido através de quatro programas/projeto:

a) Programa Eureka I e II._– Atende crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal na faixa etária de 07 a 15 anos. Promove ações sócio-educativas às crianças e adolescentes através de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer no período complementar à escola. Estão localizados em dois bairros da cidade - Interlagos e Santa Cruz.

b) Projeto Espaço Jovem – Atende adolescentes no contraturno escolar em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Visa a melhoria da qualidade de vida, do desempenho escolar e inserção no mercado de trabalho.

c) Programa Agente Jovem – Destina-se a adolescentes de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade e risco social. Tem como objetivo, preparar o jovem para a cidadania, através da sua integração comunitária. Fornece bolsa auxílio mensal no valor de R\$ 65,00.

d) PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Oferecendo uma bolsa mensal no valor de R\$ 40,00 para a área urbana e R\$ 25,00 para a área rural. Visa retirar crianças e adolescentes do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante, possibilitando o acesso, a permanência e o bom desempenho na escola, assim como proporcionar apoio e orientação às famílias por meio da oferta de ações sócio-educativas e de projetos de geração de renda.

3) Apoio Sócio-familiar, desenvolvido através de cinco programas:

a) ASEF – Ações Socioeducativas de Apoio à Família – Realiza ações comunitárias de promoção e informação às famílias em situação de risco pessoal e social com filhos na faixa etária de 00 a 06 anos.

b) SOS criança – Realiza abordagem a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, em situação de risco de/na rua, em parceria com o conselho tutelar.

c) SOS Família – Presta atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social com alimentos, vestuários, móveis, fraldas e medicamentos.

d) Programa de Proteção à Mulher (Abrigo Vanusa Covatti) – Abriga mulheres que sofrem violência doméstica, bem como seus filhos.

e) Panificadora Social: Pão e leite de soja. Tem como objetivo a complementação alimentar das refeições oferecidas nos Programas da Secretaria de Aço Social e outras entidades.

4- Programas relacionados a saúde

a) CAPS I – Centro de Atenção Psicossocial Infantil – Atende crianças e adolescentes com transtorno mental e de comportamento;

b) CAPS AD – Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas – Presta assistência a crianças e adolescente com transtornos decorrentes do uso e dependência de drogas;

5- Medidas Sócio-educativas

a) Centro de cumprimento de Medidas sócio-educativas- Operacionaliza as medidas sócio-educativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, na proposta de realizar intervenção sócio-educativa a adolescentes entre 12 a 18 anos, autores de atos infracionais, em regime aberto.

b) SAS – Serviço de Atendimento Social - Operacionaliza medidas sócio-educativas aos adolescentes autores de atos infracionais, em regime de privação de liberdade, pelo período máximo de 45 dias, enquanto aguardam sentença judicial.

6) Desenvolvimento comunitário, visa a profissionalização, através de:

a) EPA – Ensino, Profissionalização e Aperfeiçoamento – antigo Centro de ofícios – destinado a jovens (acima de 16 anos) e adultos de baixa renda.

b) Pró-cidadania – Fornece óculos, certidão de nascimento e casamento, carteira de identidade, órteses e passagens aos carentes mediante estudo de caso.

c) Desfavelamento – projeto minha casa._Tem como objetivo dar moradia as famílias do município, que ocupam fundos de vale e ocupações irregulares em áreas do município.

d) NAF - Núcleo de Apoio à família – Realiza ações comunitárias de promoção e informação às famílias desfaveladas.

e) Projeto Agente Ecológico – Cooperage – Cooperativa de Agentes Ecológicos - Possui como objetivo buscar a organização e o desenvolvimento dos catadores de materiais recicláveis, dando prioridade à redução da pobreza, utilizando-se de estratégias de desenvolvimento baseadas no tripé: equidade, prudência ecológica e viabilidade econômica.

f) Ceasa amiga – Promove ações integradas visando a melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social, oferecendo-lhes alimentação complementar.

g) CSU – Centro Social Urbano – Tem como objetivo o enriquecimento alimentar do leite de soja e do pão com farelo de soja, distribuídos nos programas sociais da Secretaria e entidades assistenciais não governamentais.

Além dos programas assistenciais acima citados, existe Entidades Privadas – organizações não governamentais- ONGS, no município.

a) CEMIC – Centro de Educação do menor e Integração da Comunidade -contraturno social, oferece atendimento na área de proteção especial à criança e ao adolescente em situação de risco.

b) Lar dos Bebês_ Pequeno Peregrino - Medida de proteção especial à criança de 00 a 12 anos encaminhados pelo Ministério Público e Conselho Tutelar;

d) COCASMA Masculino e Feminino – Comunidade Católica Assistencial Servos de Maria - São dois centros de recuperação de dependentes químicos para jovens e adultos;

e) Guarda Mirim – Objetiva prestar serviços na área de iniciação profissional.

f) Pastoral da Criança – Oferece orientação e apoio sócio familiar a famílias com crianças portadoras de carências nutricionais.

g) Recanto da Criança – medida de proteção especial à crianças de 03 a 12 anos, encaminhadas pelo ministério Público e conselho tutelar.

h) CAOM/Portal do Sol - Centro de Assistência e Orientação ao Menor -Atende crianças e adolescentes de 06 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social. Promove ações sócio-educativas às crianças e adolescentes através de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer em contraturno escolar.

i) Escola Centro Social Marista – Atende crianças e adolescentes de 07 a 15 anos no contra-turno social, desenvolvendo jornada ampliada do PETI.

j) CIEE – Centro Integração Empresa-Escola -__ Programa de Aprendizagem e encaminhamento ao mercado de Trabalho para adolescente na faixa etária de 14 a 18 anos, em situação de risco social.

k) AMAS – Associação Municipal de Assistência Social - Atende Famílias carentes com atividades educativas e assistenciais.

l) Lar esperança_– Oferece assistência as famílias portadoras de vírus HIV e abrigo aos que perderam o vínculo familiar;

m) LBV – Legião da Boa Vontade - Presta serviços na área de profissionalização, artesanato, musicalização, brinquedoteca e apoio social para a comunidade.

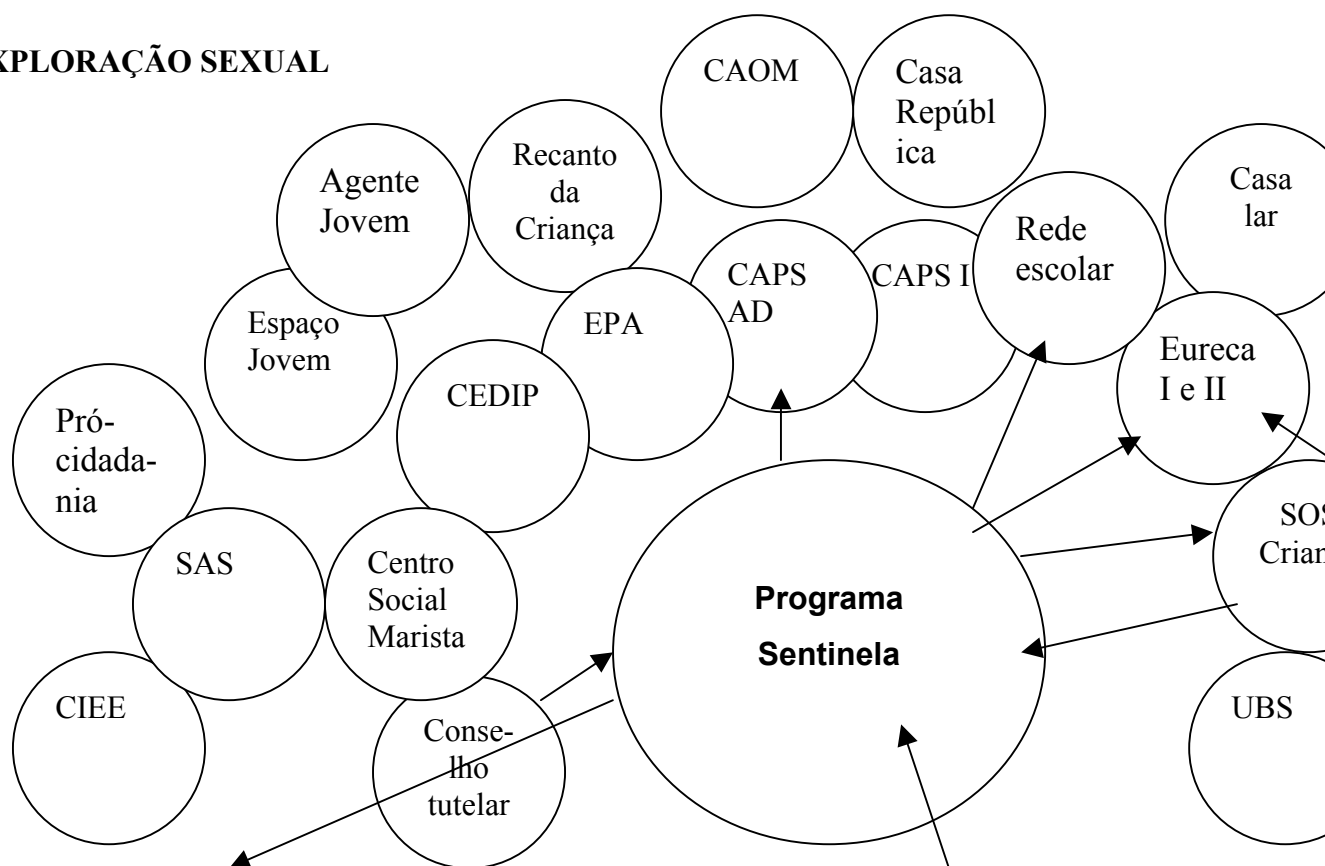
n) PROVOPAR – Atua na mobilização da comunidade para realização de campanhas que visem o atendimento emergencial e de enfrentamento à pobreza.

Existem também outras instituições que se destinam a atenção e proteção de crianças e adolescentes: a) delegacia do adolescente; b) dois conselhos tutelares; c) ministério público; d) vara da infância; e) Conselho Municipal de Direitos da Criança e do adolescente; f) conselho municipal da assistência social; g) conselho municipal da saúde; h) unidades básicas de Saúde em todos os bairros da cidade; i) 11 (onze) escolas no município que atendem em tempo integral; j) CEDIP - centro de doenças infecto-parasitárias;

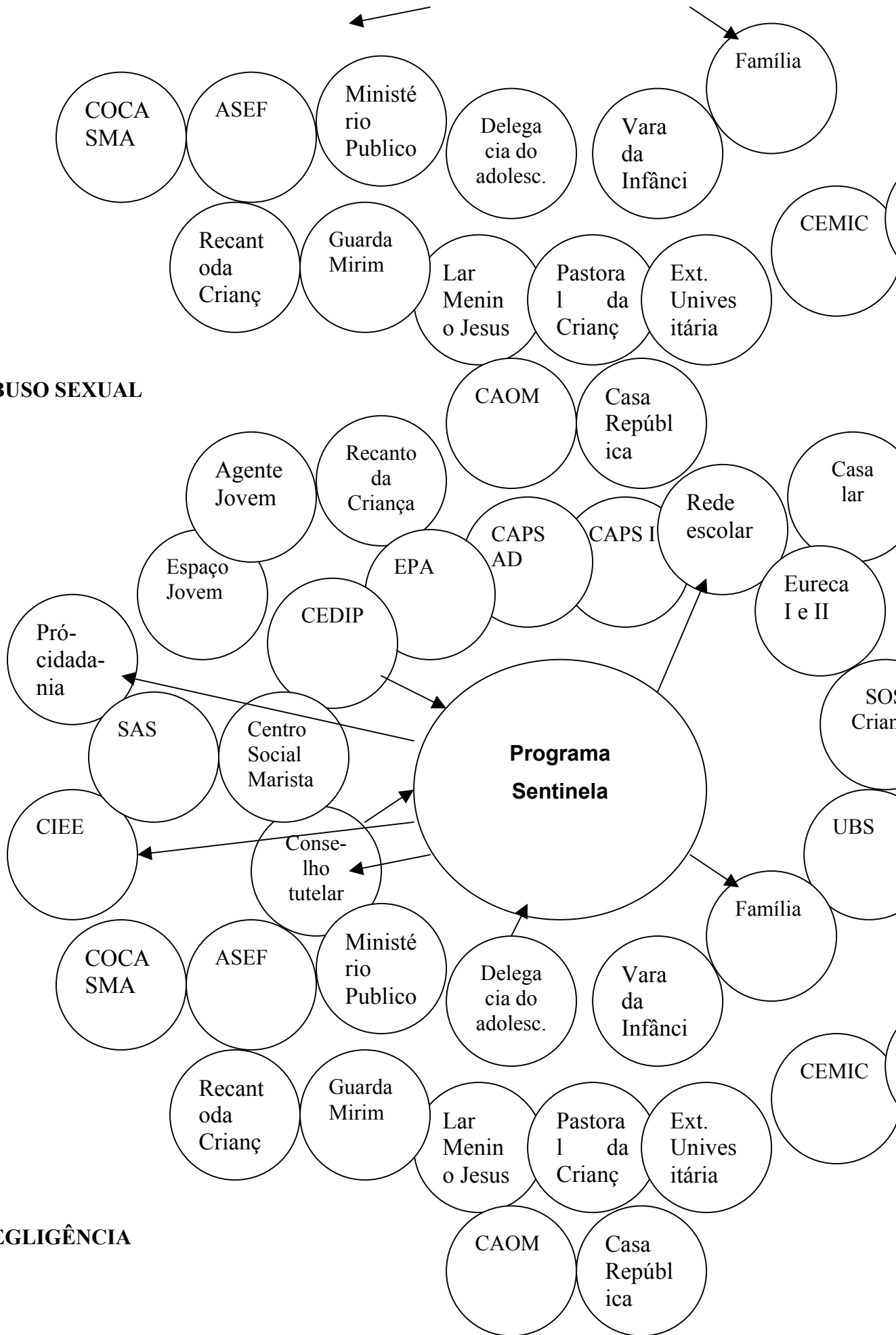
O município conta também com projetos de extensão universitária os quais possuem parceria com a prefeitura municipal e prestam assessoria jurídica e atendimento psicológico.

a) FAG – Faculdade Assis Gurgacz – clínica psicológica; b) UNIPAR – Universidade do Paraná – clínica psicológica e assessoria jurídica; c) UNIVEL – universidade de Cascavel – Assessoria Jurídica;

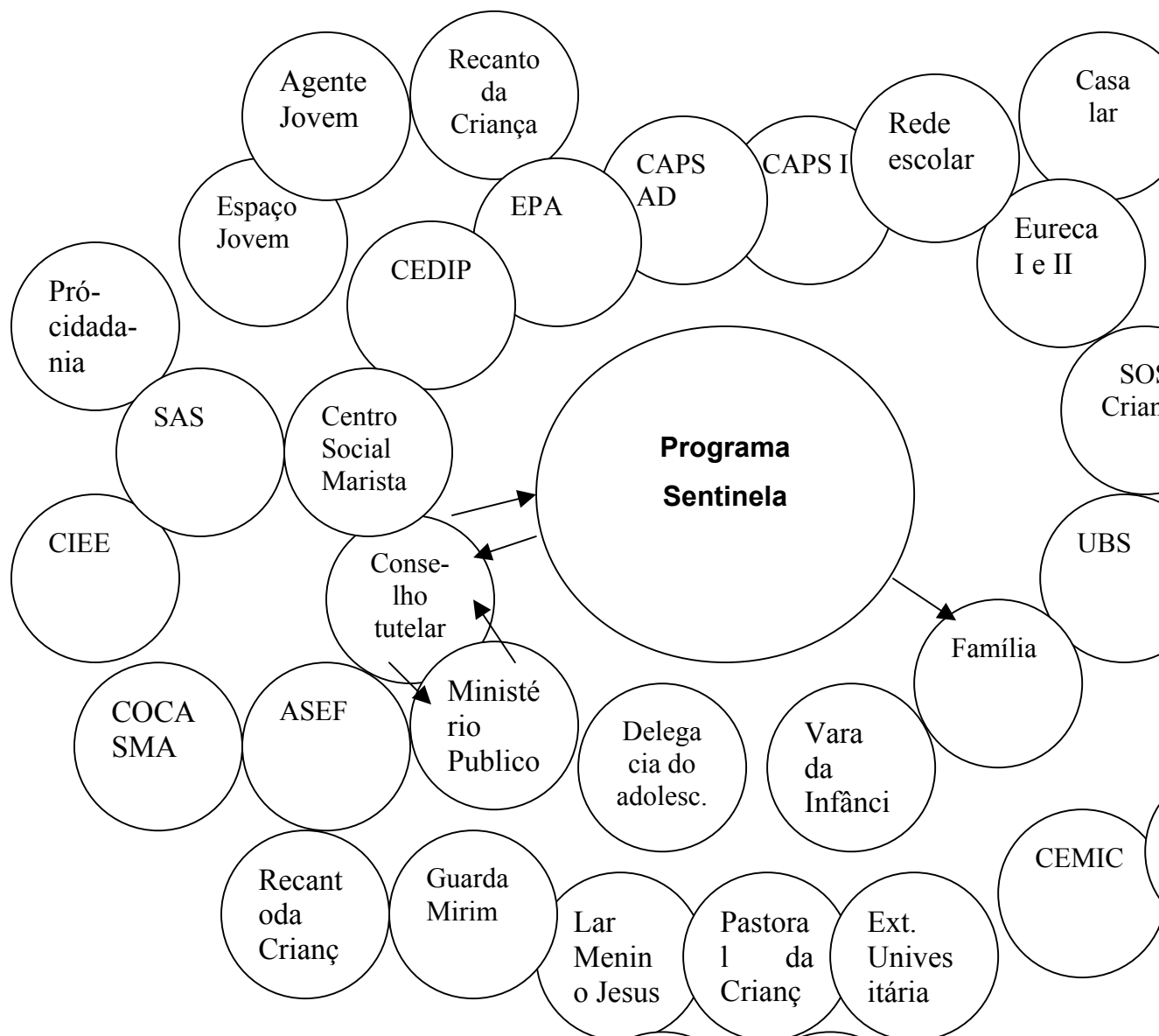
EXPLORAÇÃO SEXUAL



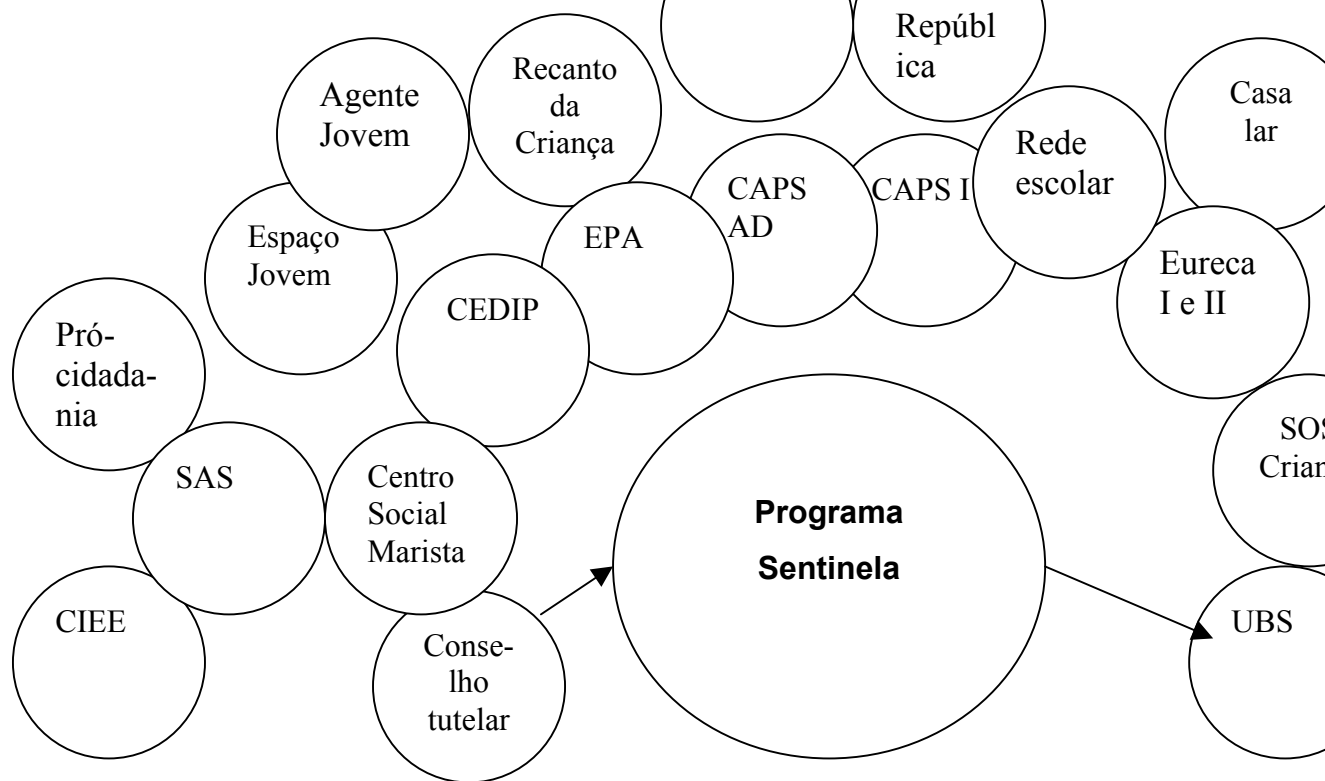
ABUSO SEXUAL

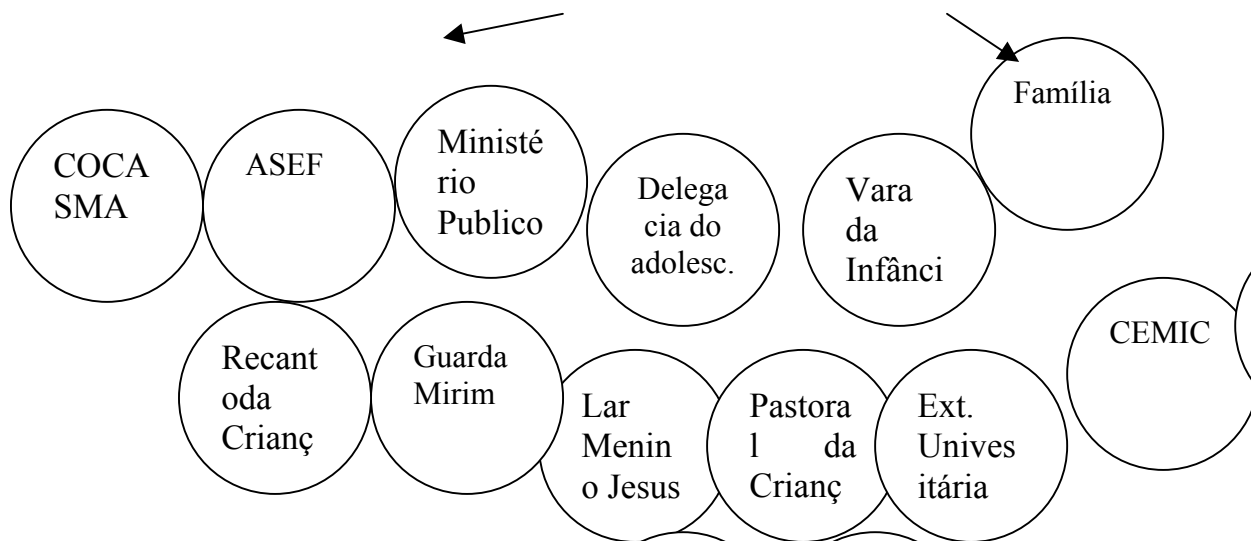


NEGLIGÊNCIA

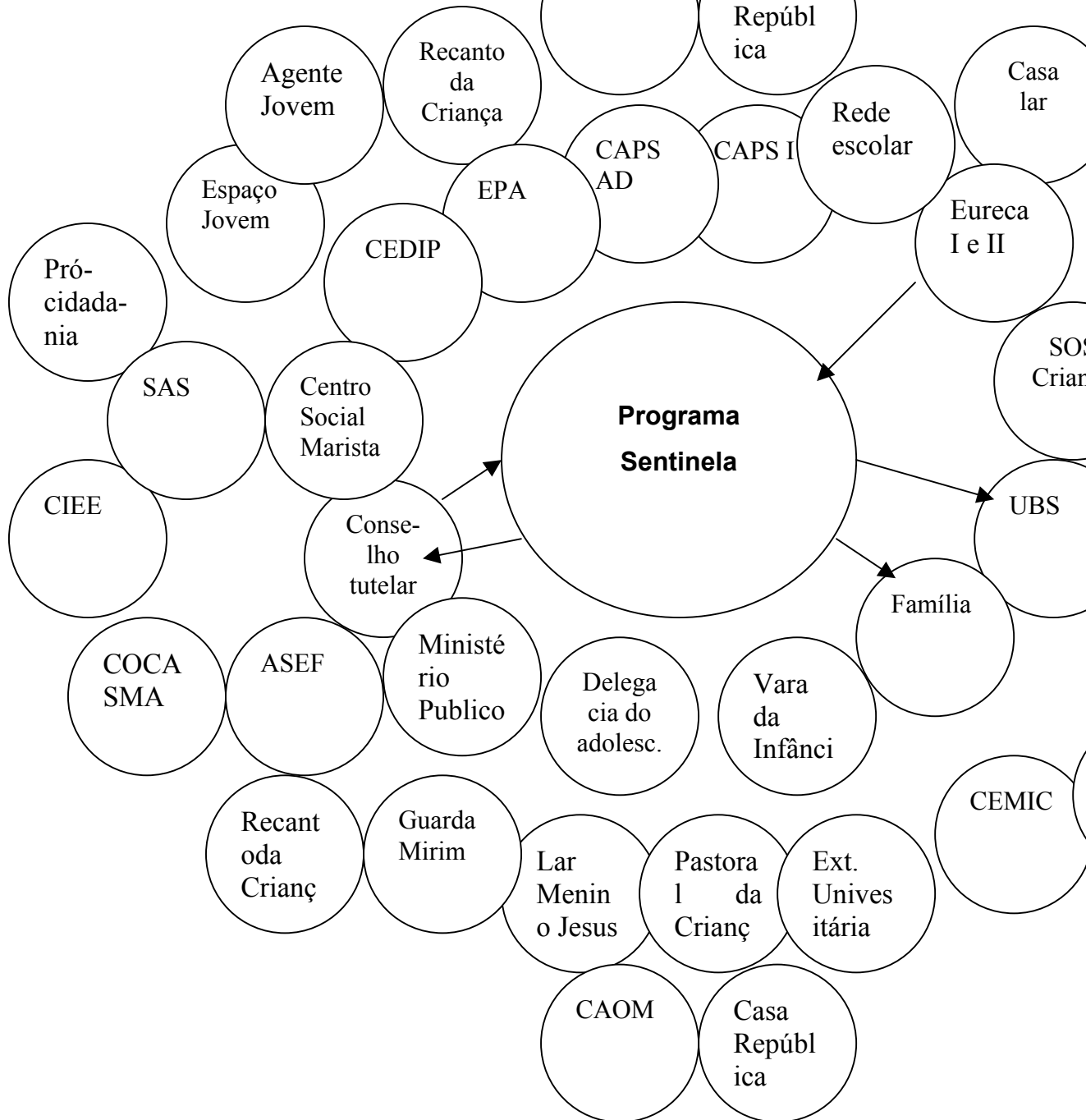


MAUS TRATOS

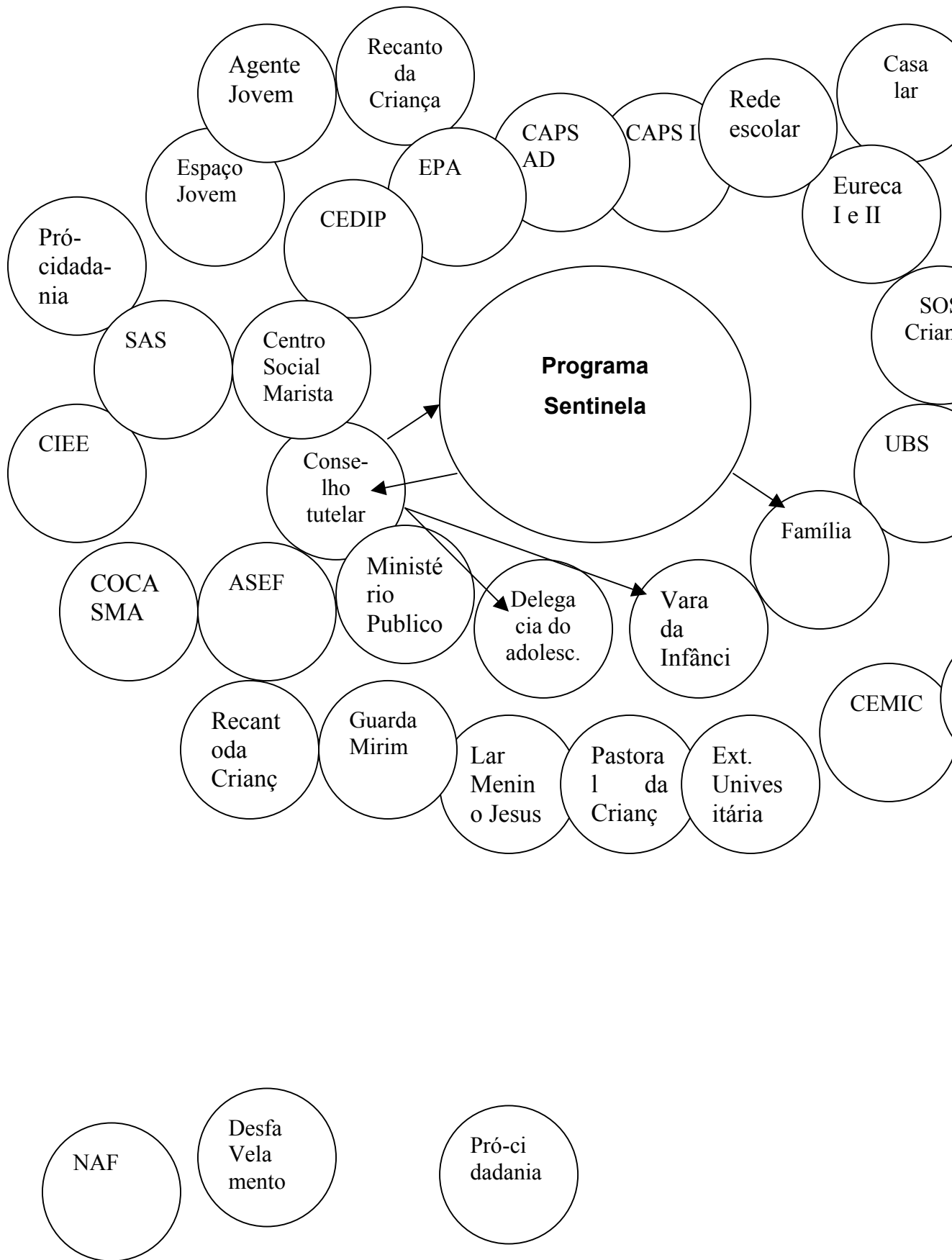




VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA



VIOLÊNCIA FÍSICA



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)